

ECOLOGIA POLÍTICA DA SOJA

ROBERTO DE SOUSA MIRANDA



ROBERTO DE SOUSA MIRANDA

ECOLOGIA POLÍTICA DA SOJA

RELAÇÕES DE PODER E PROCESSOS
DE MUDANÇA SOCIOAMBIENTAL



Campina Grande -PB

2025

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUF CG
atendimento@editora.ufcg.edu.br

Prof. Dr. Antônio Fernandes Filho
Reitor

Prof. Dr. Mario Eduardo Rangel Moreira Cavalcanti Mata
Vice-Reitor

Prof. Dr. Bruno Medeiros Roldão de Araújo
Diretor Administrativo da Editora da UFCG

Haissa de Farias Vitoriano Pereira
Revisão

Luis Eduardo de Melo Corrêa Ramos
Diagramação

Lívia Silva Oliveira
Projeto Gráfico

Lais Silva Oliveira
Capa

CONSELHO EDITORIAL

Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro Costa Rego (CTRN)
José Wanderley Alves de Sousa (CFP)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Mário de Sousa Araújo Filho (CEEI)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Andréa Maria Brandão Mendes de Oliveira (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino Nascimento (CH)
Adriano Azevedo de Mello (CCBS)
Valéria Andrade (CDSA)

M672e Miranda, Roberto de Sousa.

Ecologia política da soja: relações de poder e processos de mudança socioambiental [recurso eletrônico] / Roberto de Sousa Miranda. – Campina Grande: EDUF CG, 2025.
232 p. : il. color.

E-book (PDF)
ISBN 978-85-8001-318-4

1. Agronegócio da Soja. 2. Ecologia Política Figuracional. 3. Territorialização. 4. Sul do Maranhão. 5. Estado do Maranhão – Produção de Soja. I. Título.

CDU 633.34:332.14(812.1)

PREFÁCIO

O Brasil está, há décadas, no centro do debate global sobre meio ambiente. Os sociólogos brasileiros, porém, têm respondido timidamente ao desafio de participar mais ativamente deste debate, com pesquisa empírica criativa e rigorosa. Com a publicação de “A ecologia política da soja”, de Roberto de Sousa Miranda, trabalho produzido originalmente como tese de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, os leitores têm a oportunidade de apreender os efeitos de se fazer sociologia com sensibilidade para as questões ambientais.

Solidamente amparado na abordagem da ecologia política e com uso criativo da perspectiva figuracional de Norbert Elias, Roberto Miranda é capaz de conectar diferentes dinâmicas relacionadas à expansão da soja no país, tendo como lócus de investigação a região Sul do estado do Maranhão. Operando com dados produzidos para diferentes escalas (local, nacional, global) e considerando a ação de migrantes, cientistas, empresários e representantes políticos, o livro oferece um quadro complexo e articulado dos significados sociais e ambientais dos esforços que tornaram o país um dos líderes mundiais na produção de grãos.

A liderança do agronegócio brasileiro – com repercussões políticas que o livro não trata diretamente, mas que abre espaço para que sejam melhor compreendidas contemporaneamente – se construiu como tra-

gédia ambiental e como espoliadora das populações outrora ocupantes do cerrado. É um processo marcado pelo conflito, não apenas entre grupos sociais com diferentes oportunidades de poder, mas também entre diferentes projetos de produção dos territórios de vida, de sociabilidade, de relação com a natureza.

Nascido em São Paulo, filho de maranhenses, mas criado em Balsas, onde a soja é introduzida na década de 1970, Roberto Miranda reconstrói a narrativa da expansão do cultivo do grão no Brasil sem perder de vista os projetos territoriais das populações locais, que resistem e tentam sobreviver diante de um mundo social e natural que não reconhecem mais. Sua pesquisa, porém, não trata de romantizar ou congelar estas populações. O interesse principal parece ser o de apreender sociologicamente o caráter contraditório e excludente dos projetos de desenvolvimento e da “riqueza” produzida pelo agronegócio.

É com base no esforço de contextualização social, histórica e ambiental que o leitor é capaz de desvelar – ao final da leitura do livro – as múltiplas camadas de um processo socioambiental complexo. Este processo é capturado pela pesquisa, ao mesmo tempo socialmente engajada e cientificamente rigorosa, de um sociólogo que respondeu ao chamado de conhecer o Brasil que é povo e natureza. Duas forças indissociáveis e dois ativos que resistem, mesmo diante das tentativas de que sejam exterminadas. Que esse povo e essa natureza possam ser resgatados em sua luta para existir, diante do poder que pretende não apenas governá-los, mas tirá-los do caminho.

Luis Henrique Cunha

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo I: Ocupação e Uso da Terra no Cerrado e na Amazônia: Processos de Marginalização e de Criminalização	18
1.1 Dinâmicas agrárias e intervenção estatal no cerrado	23
1.2 Ocupação da amazônia legal e marginalização das populações locais	30
1.2.1 A intervenção estatal e os grandes projetos de desenvolvimento regional	31
1.2.2 Grandes projetos de investimento e o capital privado	36
1.3 Marginalização e criminalização de populações locais do cerrado e da amazônia	39
Capítulo II: Ecologia Política Figuracional e Processos de Territorialização	42
2.1 As origens da problemática ambiental	46
2.2 A ecologia política: conflitos e mudanças ambientais	49
2.2.1 Apropriação de recursos naturais e conflitos socioambientais	55
2.2.2 Poder e mudanças socioambientais	61
2.2.3 As relações de poder em diferentes níveis de agregação	63

2.3 A sociologia figuracional	66
2.4 Análise dos processos de territorialização	69
Capítulo III: Estabelecimento e Consolidação da Soja no Brasil: do Estado ao Capital Privado	74
3.1 Primeiros cultivos e o avanço da sojicultura no Brasil	76
3.1.1 Estabelecimento da atividade sojícola no Brasil	76
3.1.2 Estratégias produtivas em áreas de fronteira agrícola	79
3.1.3 A institucionalização da soja transgênica	80
3.2 Atividade sojícola e mudanças socioambientais no cerrado e na Amazônia legal	83
3.2.1 Complexo agroindustrial da soja e a competitividade regional	84
3.2.2 A (re)estruturação do agronegócio da soja	90
3.2.3 Sojicultura e conflitos no Sul do Maranhão	94
Capítulo IV: Projetos Territoriais em Disputa no Sul do Maranhão	98
4.1 Ocupação do Sul do Maranhão e Concentração Fundiária	100
4.2 Projeto Territorial Pecuarista	107
4.2.1 Intencionalidades dos atores sociais do projeto territorial pecuário	108
4.2.2 Institucionalização do projeto territorial pecuário	112
4.2.3 Legitimação do projeto territorial pecuário	115
4.3 Projeto Territorial Agropecuário Familiar	117
4.3.1 Intencionalidades dos atores sociais do projeto agropecuário familiar	118
4.3.2 Institucionalização do projeto territorial agropecuário familiar	125

4.3.3 Legitimação do projeto territorial agropecuário familiar	133
4.4 Projeto Territorial Sojícola	136
4.4.1 Intencionalidades dos atores sociais do projeto territorial sojícola	137
4.4.2 Institucionalização do projeto territorial sojícola	148
4.4.3 Legitimação do projeto territorial sojícola	155
Capítulo V: Expansão da Soja, Conflitos e Processos de Territorialização no Sul do Maranhão	160
5.1 O Avanço da Soja nos Gerais de Balsas	162
5.2 Conflitos e Processos de Territorialização	168
Considerações Finais	192
Referências Bibliográficas	200
Lista de Siglas	224



INTRODUÇÃO

A construção de uma ecologia política da soja no Brasil é uma tarefa urgente e que exige a análise das correlações existentes entre as mudanças socioambientais relativas à intervenção do Estado na modernização da agricultura, na infraestrutura e na pesquisa agropecuária; e a atuação do capital privado nacional e internacional, a partir de *tradings*¹ que controlam o processo produtivo da soja, venda de cultivares e insumos, até a compra da produção. Das ações do Estado e do capital privado emergiram projetos territoriais modernizantes que articularam atividades econômicas, agrícolas e não agrícolas, e a apropriação e uso dos recursos naturais.

O agronegócio brasileiro utiliza três argumentos para legitimar o seu projeto agrícola: (1) produção de alimentos, que contribui para a redução da fome; (2) geração de emprego e de renda, que possibilita a redução da pobreza; e (3) uso de práticas agropecuárias ambientalmente sustentáveis, que colabora para preservação da natureza. Contudo, essa narrativa oculta (1) os grupos sociais que tiveram seus direitos negados, que perderam a posse da terra e tiveram que migrar para as cidades ou se converteram em trabalhadores assalariados nas grandes lavouras; e

1. A Archer Daniels Midland Company (ADM), a Bunge, a Cargill e a Louis Dreyfus, que formam o ABCD da soja (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2009).

(2) os problemas ambientais, tais como, desmatamento e contaminação de rios e lagos, que afetam toda a sociedade.

A fim de contribuir para a construção de uma ecologia política da soja, este livro aborda os processos de introdução e expansão da soja no município de Balsas – localizado na Mesorregião Sul Maranhense², na Microrregião Gerais de Balsas –, pioneiro do cultivo no Estado do Maranhão, com um plantio de 32 ha em 1977. Desde então, a área de plantio cresceu, chegando a 125.928 ha em 2010 (IBGE, 2011), assim como o desmatamento³. Balsas foi o sexto município do Cerrado que mais desmatou nos anos 2000 (BRASIL, 2009), tornando-se cenário de inúmeros conflitos pela posse da terra – ao menos oito comunidades do Gerais de Balsas, principal área de cultivo do município, possuem os títulos da terra emitidos pelo Estado, em 1997, mas não podem escriturar porque as terras já foram regularizadas por terceiros.

Os relatórios nacionais da Comissão Pastoral da Terra sobre os conflitos no campo, nos anos 1980 (CPT, 1986, 1987, 1988, 1989), mostram que o município maranhense com mais casos de violência rural foi o de Santa Luzia, localizado na Mesorregião Oeste Maranhense e na Microrregião Pindaré, relacionados à invasão de terras dos índios Guajajaras. O processo de regularização de terras devolutas no Sul do Maranhão, que, em um primeiro momento, não geraram tantos conflitos, avaliado por Almeida (1982), em relatório encomendado pela CPT no início dos anos 1980, mostra que posses de 500 ha, ao serem regularizadas, con-

2. O Sul do Maranhão é conhecido pelos habitantes e estudiosos locais como Sertão maranhense, Alto Sertão, Sertões de Pastos Bons e Território de Pastos Bons. No decorrer do texto, posso utilizar alguma das expressões para manter a ideia original do texto citado, mas procurarei sempre denominar a região de Sul do Maranhão para facilitar a compreensão do leitor alheio às peculiaridades da área de estudo.

3 Até 2002, foram desmatados 32.608 km² de Cerrado maranhense e entre 2002 e 2008 foram mais 14.825 km², o que colocou o Estado na liderança do ranking dos que mais desmataram no período (BRASIL, 2009). Até 2000, foram desmatados 104.256 km² da Amazônia maranhense (INPE, 2002), e, entre 2004 e 2010, foram 5.793 km² (INPE, 2010)..

vertiam-se em áreas de mais de 70.000 ha, em 1979, partilhados entre políticos e comerciantes locais.

A origem da sojicultura em Balsas⁴ foi predominantemente familiar⁵, sem a presença de grandes empresas até 1988, quando a Schneider Logemann & Cia Ltda. (SLC)⁶ instala sua primeira fazenda no Estado do Maranhão; e a CEVAL⁷, em 1989, instala um escritório para financiar as lavouras e comprar a produção. Nos anos de 1990, o processo produtivo se converteu em uma atividade que exigiu investimentos crescentes em inovações tecnológicas, estimulada pela parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para a utilização da Estrada Ferroviária de Carajás (EFC), tendo em vista a exportação da produção para Europa pelo Complexo Portuário de Itaqui. A atuação estatal possibilitou a instalação de grandes projetos, com destaque para o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) e as centrais de recebimento de grãos da Cargill, da Agro Industrial dos Cereais do Vale S/A (CEVAL) e da Ceagro⁸.

A incorporação de Balsas ao agronegócio da soja deu início a uma transformação demográfica expressiva entre 1970 e 2010: em 1970, o

4. O cultivo da soja não é feito exclusivamente no município de Balsas, mas em muitos municípios do seu entorno. Entretanto, a comercialização de insumos, de implementos e da produção ocorre em Balsas.

5. Uso o termo familiar porque o cultivo era realizado em estabelecimentos agropecuários com área média de 300 ha (o módulo fiscal do município é de 75 ha), a organização e o trabalho eram realizados pelas famílias que possuíam de 3 a 4 filhos que operavam as máquinas e 1 ou 2 funcionários temporários (plântio e colheita) para realizar o trabalho braçal.

6. Fundada em 1945, no município de Horizontina (RS), por três famílias de imigrantes alemães. A SLC Agrícola inicia suas atividades em Horizontina, com o cultivo de trigo e soja, mas, atualmente, todas as fazendas da companhia se localizam no Cerrado, nos Estados de Goiás, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Maranhão, da Bahia e do Piauí (SLC, 2011)..

7. Vendida pelo Grupo Hering à multinacional holandesa, Bunge, em 1997. No capítulo 3, o processo de venda será melhor debatido.

8. Comprada pelo grupo multinacional argentino, Los Grobo, em 2008. No capítulo 4, a questão será aprofundada.

município tinha uma população total de 19.385 habitantes, 7.054 urbanos e 12.331 rurais; em 2010, a população era de 83.537 habitantes, 72.786 urbanos e 10.751 rurais (IBGE, 2010, 2011). A pequena redução da população rural pode ser explicada pela expulsão de agricultores familiares de suas terras, pelas ameaças de morte a líderes sindicais e religiosos (CPT, 1996) e pela venda de terras; e o aumento da população urbana, fruto da migração regional (FURTADO, 1993), implicou o crescimento urbano desordenado (FERREIRA, 2011).

Embora o município de Balsas seja o ponto de partida para se pensar uma ecologia política da soja, a dinâmica da sojicultura não será analisada de maneira localizada, mas a partir de uma perspectiva relacional que articulará o local, o regional, o nacional e o global, para que as tensões entre os diferentes grupos sociais em disputa pela posse da terra e outros recursos naturais na região sejam apreendidas. A adoção desta estratégia de análise permitirá a compreensão de como a soja se tornou uma cultura predominante no Cerrado, como os sojicultores conseguiram articular interesses do Estado e do capital privado, nacional e internacional, e transformar a sojicultura em um projeto transnacional, que integra regiões, comércio e consumidores à complexa estrutura produtiva.

A compreensão dos conflitos e dos processos de mudança ambiental em Balsas e no Sul do Maranhão parte de um recorte temporal de 1977 a 2010, e da análise de três projetos territoriais, entendidos como projetos políticos formados por atores e instituições sociais, defensores de interesses muitas vezes difusos, que buscam articular atividades econômicas, agrícolas e não-agrícolas, e a apropriação e uso dos recursos naturais: (1) o projeto territorial pecuarista, formado pelos latifundiários que desenvolviam a pecuária extensiva e pelos grandes produtores que aderiram às políticas de modernização da agricultura, e que adotaram a pecuária intensiva; (2) o projeto territorial agropecuário familiar, composto pelos agricultores familiares dos assentamentos do Projeto Rio Peixe e do Povoado Santa Luzia; e, por fim, (3) o projeto terri-

torial sojícola, constituído pelos sojicultores pioneiros e pelas empresas produtoras e comercializadoras de grãos.

O projeto territorial pecuarista, no momento do predomínio do modelo extensivo, desempenhou importante papel na estruturação e organização social, econômica, política e ambiental de Balsas. As transformações que levaram à adoção do modelo intensivo foram fundamentais para mostrar a viabilidade de cultivos agrícolas nas chapadas. Para reconstruir analiticamente este projeto, a historiografia foi a principal ferramenta metodológica, com consultas à literatura regional, aos documentos da Câmara Municipal de Balsas, do Arquivo Público do Estado do Maranhão e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); e a realização de entrevistas e conversas informais com pecuaristas e comerciantes locais.

A reconstrução do projeto territorial agropecuário familiar apresentou dificuldades especiais à pesquisa. A história é quase sempre contada pelos vitoriosos, ricos e poderosos, especialmente nos pequenos municípios. A falta de documentos confiáveis sobre os atores sociais constituintes desse projeto é a regra. As menções nos livros de história do Maranhão são muito pejorativas e preconceituosas porque essas pessoas e famílias, que se estabeleceram no Sul do Maranhão, no final do século XIX e início do século XX, em sua maioria, eram fugitivos ou ex-escravos do Ceará, Bahia, Goiás e Pernambuco, em busca de terras livres para morar e trabalhar. O medo e a pecuária fizeram com que ocupassem áreas distantes entre 250 e 450 km da sede municipal.

Como, então, identificar as estratégias produtivas e organizacionais dos agricultores familiares em um período de 33 anos? O primeiro passo foi consultar documentos na cúria diocesana de Balsas. Os padres sempre viajavam pelo meio rural municipal para realizar as desobrigas⁹ e organizar as comunidades rurais. Na diocese, contudo, fui encami-

9. Visitas da Igreja Católica a regiões de difícil acesso para catequisar e oferecer os sacramentos aos pagãos.

nhado para a CPT, para a Associação Camponesa (ACA) – onde encontrei jornais que retratavam os conflitos e lutas pela terra nos anos de 1990 – e para o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Balsas (STTR)¹⁰.

As conversas com lideranças sindicais e da ACA foram profícuas. Informaram-me que havia um grande projeto de assentamento no Alto e Médio Rio Balsas, que, embora não tivesse conseguido regularizar todas as áreas, conseguiu frear a ação de especuladores de terras. Das áreas apresentadas, o projeto Rio Peixe – formado pelas comunidades Águas Claras, Boqueirão, Brejo de Raiz, Brejo do Rancho, Buritirana, Buritizal, Caracol, Ferreira, Jatobá, Pedra Branca, Porto Isidoro, São Paulo e Sucupira –, a 220 km da sede municipal, preenchia os requisitos da pesquisa: famílias estabelecidas há mais de 50 anos na região e localizadas nas proximidades de grandes projetos sojícolas.

Tendo informações preliminares sobre as comunidades, realizei minha primeira viagem para os Gerais de Balsas no dia 7 de outubro de 2009. Foram 220 km até a primeira comunidade, Porto Isidoro, onde fiquei hospedado e tinha meus principais informantes. Durante o período que estive no projeto Rio Peixe, visitei todas as comunidades, percorrendo 200 km no projeto. Realizei entrevistas semiestruturadas e conversas informais para resgatar o histórico produtivo, conflitos e a percepção das mudanças ambientais pelas famílias. Foram feitas mais duas visitas no ano de 2010, para observar questões pontuais, como culturas plantadas, animais criados, relação com os sojicultores e a organização local.

Para o projeto territorial sojícola, as fontes de pesquisa foram mais abundantes. Muitos artigos, dissertações e teses forneciam dados sobre a sojicultura no Sul do Maranhão, porque se insere em dois biomas, Cer-

10. Fundado em 27 de abril de 1968 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em abril de 1970. O sindicato foi criado para que os trabalhadores rurais tivessem acesso ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), criado pela Lei n. 4.214, de 2 de março de 1963.

rado e Amazônia, embora possua especificidades locais. No primeiro momento, fiz um levantamento das principais políticas e programas governamentais e percepções acadêmicas sobre o avanço da sojicultura no Brasil, Cerrado, Amazônia e Sul do Maranhão. No caso do município de Balsas, em dezembro de 2008, realizei entrevistas semiestruturadas com sojicultores pioneiros e sojicultores colonos do projeto PRODECER III, implementado nos Gerais de Balsas em 1995.

As fontes históricas foram muito importantes para o entendimento dos três projetos territoriais em conflito pela posse da terra e outros recursos naturais nos cerrados maranhenses, tendo a predominância do projeto sojícola, apesar das resistências, especialmente, dos agricultores familiares. A questão que se colocava era como fazer sociologia a partir dos fatos históricos? A ecologia política forneceu a noção de poder enquanto elemento constituinte dos processos de apropriação de recursos naturais por diferentes grupos e instituições sociais, e a sociologia figuracional de Elias, ao abordar as relações de interdependência entre grupos sociais, permitiu a análise das tensões e mudanças socioambientais e, assim, a operacionalização dos conceitos de figurações sociais e de processos de territorialização.

A ecologia política figuracional proposta exigia, desta maneira, a apresentação das mudanças ambientais decorrentes dos conflitos pela posse e uso de recursos naturais e dos processos de territorialização, que tendem a marginalizar os grupos sociais mais frágeis economicamente e politicamente. Para tanto, foi realizada a análise do desmatamento numa área do município de Balsas entre 1984 e 2009, a partir de imagens do satélite *LandSat*¹¹ 5 (multiespectrais), disponíveis para download na

11. O programa LandSat, desenvolvido pela National Aeronautics and Space Administration (NASA), permite a aquisição de dados espaciais, espectrais e temporais da superfície terrestre, e o estudo do manejo dos recursos naturais da terra. Os satélites LandSat operam numa órbita geocêntrica, a uma altitude de 750 km, cruzam a linha do Equador no sentido Norte-Sul, precisamente às 09:45 horas, horário de Brasília, e apresentam recobrimento repetitivo a cada 16 dias. Percorre o espaço a 7,7 km/seg, e o tempo de obtenção de uma cena é de 24 segundos (BARBOSA, 1996).

homepage do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Nesse período, a área desmatada para fins agrícolas teve um crescimento de 10.658% em 1997 e de 236,16% em 2009. Até 2009, a área plantada teve um crescimento anual médio de 6.037,625 ha, e a produção um crescimento anual médio de 19.339,625 toneladas (IBGE, 2011).

O estudo do processo de expansão do uso das terras voltadas ao cultivo agrícola, especialmente da soja, foi analisado mediante a avaliação de imagens de satélite em três períodos distintos de recobrimento (29/07/1984, 30/05/1997 e 03/08/2009) para que fosse possível observar os processos de transformação da paisagem neste intervalo de tempo. A área escolhida para o estudo, 1.226.772 ha, corresponde à região dos Gerais de Balsas – a de maior dinamismo agrícola no Pólo Agrícola de Balsas, contemplando parte dos municípios de Balsas, Tasso Fragoso e Alto Parnaíba, e uma faixa de terra do Estado do Tocantins, fronteira seca com o Maranhão – e apresenta as seguintes características:

- ◆ Projeção: UTM/SAD69, Zona 23;
- ◆ Retângulo envolvente:
Long 1: 0 47° 00' 00.00" Long2: 0 46° 00' 00.00"
Lat1: s 09° 00' 00.00" Lat2: s 08° 00' 00.00"

Para a realização do processamento digital e interpretação visual das imagens multiespectrais obtidas do sensor TM, dos satélites *Land-Sat 5*, nas bandas de 1 a 7, para os anos de 1984, 1997 e 2009, utilizou-se as instalações do Laboratório de Geoprocessamento do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e os seguintes programas:

- ◆ Programa computacional MicroStation, no uso e processamento dos dados georreferenciados a partir do uso de mapas temáticos, disponíveis da área de estudo e informações contidas nas cartas topográficas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), objetivando o ajuste correto da base de dados na imagem;

- ◆ Programa SPRING 5.1.7, desenvolvido pelo INPE para ambientes UNIX e Windows, é usado na análise dos elementos da imagem (solo, água, vegetação), no modo monocromático, além de manipulação de contrastes e Composição Colorida RGB, a partir das bandas originais, com a finalidade de melhor identificar e definir os alvos avaliados (INPE, 1996; BARBOSA, 1997 e 2000).

No Sistema para Processamento de Imagens e Geoprocessamento (SPRING), a análise de imagens exigiu um estudo comparativo entre as propriedades espectrais que cada fenômeno espacial assume nas diversas cenas registradas, associando diferentes níveis de refletância aos diversos fenômenos, data de aquisição das imagens e alvos espectrais. A identificação das áreas se fundamentou no estudo isolado dos diversos elementos de interpretação e na observação conjunta desses com informações de drenagem e relevo, complementadas pelo trabalho de campo, viabilizando a finalização dos mapas temáticos de identificação de áreas de cultivo no módulo SCARTA.

A organização deste livro foi pensada para que o leitor tenha a liberdade de fazer escolhas. O capítulo 1 apresenta um contraponto às análises mais ortodoxas sobre a ocupação do Cerrado e da Amazônia, ao avaliar o uso da terra nas duas regiões a partir da análise da marginalização e da criminalização das populações locais durante o referido processo. O capítulo 2 se pauta na discussão teórica e metodológica da ecologia política para, ao final, propor uma ecologia política figuracional, a partir das contribuições de Norbert Elias. O capítulo 3 traz uma análise do estabelecimento e da consolidação da sojicultura no Brasil, a partir da atuação do Estado e do capital privado. O capítulo 4 apresenta e problematiza os projetos territoriais pecuarista, agropecuário familiar e sojícola, mediante a análise das intencionalidades, da institucionalização e de legitimação de cada projeto. E, por fim, o capítulo 5 problematiza os conflitos socioambientais e os processos de mudança ambiental e de territorialização no Sul do Maranhão.



OCUPAÇÃO E USO DA TERRA NO CERRADO E NA AMAZÔNIA: PROCESSOS DE MARGINALIZAÇÃO E DE CRIMINALIZAÇÃO

A moderna ocupação e uso dos recursos naturais¹ do Cerrado e da Amazônia vem sendo orientada pela tentativa de fomentar o desenvolvimento regional e a integração destas áreas às demais regiões do país a partir do estímulo a atividades agropecuárias, de mineração e industriais, pautadas na disponibilidade de crédito subsidiado, concentração da posse da terra e na marginalização das populações locais. A década 1970 é chave para a análise das dinâmicas sociais e territoriais que coordenaram fluxos migratórios para o Cerrado e Amazônia porque grandes projetos agropecuários foram implementados no período.

Os principais aspectos que contribuíram para a instalação de grandes projetos agropecuários no Cerrado foram: o desenvolvimento de tecnologias agrícolas adequadas ao bioma (MELO, 1985; INOCÊNCIO, 2002; MUELLER; MARTHA JR, 2008); a construção de rodovias (PEDROSO; SILVA, 2005); o baixo preço das terras (REZENDE, 2009); as políticas e os programas governamentais (SILVA, 2000; YOSHII, 2000; INOCÊNCIO, 2002; AGUIAR; MONTEIRO, 2005; CARVALHO, 2008; REYDON; MONTEIRO, 2009); e as dinâmicas migratórias sulistas (ALVES, 2005).

1. Utilizo a expressão moderna ocupação para destacar que o Cerrado e a Amazônia não eram áreas despovoadas, mas sim alvo das estratégias para regulação e uso de seus recursos naturais pelas populações locais e tradicionais.

A ocupação e o uso dos recursos naturais da Amazônia seguem características comuns a outras regiões, como a incorporação de tecnologias agrícolas (LIMA; MAY, 2008) e os programas governamentais (HALL, 1991; KOHLHEPP, 2002; ARAÚJO *et al.*, 2008); mas traz também especificidades, como o crescimento demográfico decorrente da construção da Belém-Brasília (VELHO, 1972) e demais rodovias (HALL, 1991; ARAÚJO *et al.*, 2008), a atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (MUELLER, 1981) e o estabelecimento de parcerias entre o governo brasileiro e japonês para a exploração de minério de ferro na Serra de Carajás (HALL, 1991).

Os trabalhos que se dedicam ao estudo do Cerrado e da Amazônia, em sua maioria, compartilham a ideia de que a intervenção estatal foi determinante para o povoamento e uso dos recursos naturais da região. Dois programas governamentais afetaram significativamente os biomas em questão: (1) o PRODECER, que estimulou o desenvolvimento da agricultura mecanizada a partir de projetos de colonização em áreas do Cerrado com baixa densidade demográfica, e (2) o Programa Grande Carajás (PGC), que foi responsável pela exploração da maior jazida de minério de ferro do mundo e pela instalação de projetos infraestruturais à altura da disponibilidade do mineral.

O processo de ocupação do Cerrado e da Amazônia, portanto, orientou-se pela implementação de Grandes Projetos de Investimento (GPIs), estimulados pelo Governo Federal, enquanto empresário e órgão creditício até os anos 1980, e pela iniciativa privada a partir dos anos 1990, em virtude da privatização da CVRD, da abertura de capital da Petrobras e da atuação de grandes empresas nacionais e internacionais. A formulação dos GPIs remete a um debate iniciado nos anos 1950, por François Perroux, sobre a teoria dos polos de crescimento². Mudanças

2. A teoria dos polos de desenvolvimento é fortemente estadista (VAINER, 2007). Portanto, a reformulação das estratégias econômicas e políticas ocorridas no Brasil no início dos anos 1990, atribuíram ao Estado a responsabilidade de fornecer e dar a iniciativa privada as condições necessárias à realização de investimentos em fontes de energia e logística.

no desenho dos GPIs ocorreram nos anos 1990, influenciadas pelas discussões propostas por Manuel Castells sobre planejamento. Do debate emergiu o conceito de planejamento estratégico³, adotado pelos planejadores brasileiros (VAINER, 2007).

As diferenças entre o Cerrado e a Amazônia, a respeito da apropriação dos recursos naturais, devem ser consideradas. Entretanto, para três dos Estados – Maranhão, Mato Grosso e Tocantins – que fazem parte dos dois biomas esta linha é tênue. Esses Estados sofreram a influência das práticas socioambientais de diferentes projetos agropecuários e de mineração porque faziam parte de duas superintendências: o Maranhão da SUDENE e da SUDAM⁴; o Mato Grosso da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e da SUDAM; e o Tocantins, antes da divisão do Estado de Goiás, da SUDECO e da SUDAM.

Para analisar a maneira como os diferentes pesquisadores problematizaram o processo de ocupação e apropriação dos recursos naturais do Cerrado e da Amazônia, neste capítulo será feita uma revisão da literatura que aborda o tema, sem se propor a resgatar tudo o que já foi produzido, mas com a intenção de trazer à tona as principais questões e discursos defendidos nas últimas cinco décadas. De antemão, refuta-se a ideia de que o Cerrado e a Amazônia eram desabitados, e defende-se a tese de que a proposta de povoamento, estimulada pelos projetos de colonização, marginalizou e depois criminalizou as populações locais e tradicionais.

3. No Brasil, a materialização do primeiro modelo ocorreu com a criação das superintendências regionais de desenvolvimento e, a do segundo, com as ações internacionais de proteção da floresta amazônica e com Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir da execução de grandes projetos pela iniciativa privada, como a hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, e hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira.

4. Embora esteja inserido numa área de transição entre Cerrado e Amazônia, a porção Sul do Estado Maranhão é muito mais lembrada na literatura como área de Cerrado do que uma área de Amazônia Legal.

O território brasileiro tomou forma a partir de uma dinâmica de migração de grupos nacionais e estrangeiros que (re)definiram os modelos de acesso e uso da terra, e estabeleceram relações pouco amistosas com as populações tradicionais firmadas nas diferentes regiões. O deslocamento populacional entre as regiões brasileiras, por seu turno, foi historicamente condicionado pela escolha de novas áreas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias ou industriais, que privilegiaram as elites regionais e nacionais.

Dois grupos sociais destacam-se nos movimentos migratórios brasileiros: (1) a corrente nordestina em busca de trabalho na indústria; e (2) a corrente sulista em busca de terras para desenvolver atividades agrícolas. A corrente nordestina deslocou-se, a partir de 1930 para o Sudeste e depois para o Centro-Oeste. A sulista tomou caminho inverso, em direção ao Norte e Nordeste, em busca de terras para o desenvolvimento de uma agricultura mecanizada (ALVES, 2005). Apesar de ter priorizado a região Sudeste, famílias nordestinas se deslocaram da Bahia e do Ceará para o Sul do Piauí, Sul do Maranhão e Norte do Brasil em busca de terras livres para desenvolverem atividades agropecuárias a partir do século XVIII.

O Estado apoiou o deslocamento de pequenos agricultores do Sul para áreas de baixa densidade demográfica do Cerrado e da Amazônia, especialmente para estabelecer uma agricultura de mercado pautada na modernização dos processos produtivos, a exemplo do que faziam os agricultores gaúchos. O pequeno produtor gaúcho, então, vendia sua terra para o vizinho, que passava a ter condições de aumentar a produção, e comprava outra numa região de terras mais baratas (ALVES, 2005, p. 51).

No Cerrado, a corrente sulista chega na década de 1970 ao Oeste da Bahia, no município de Barreiras, e no Sul do Maranhão, no município de Balsas (ALVES, 2005). Os primeiros sulistas chegaram em Balsas, em 1974, para desenvolver atividades agrícolas mecanizadas e voltadas para o mercado interno, o arroz e a soja, nessa ordem. Nos anos 1990, houve

um novo fluxo migratório, especialmente de paranaenses e sul-mato-grossenses, para Balsas, em virtude das facilidades de exportação da soja pelo Porto de Itaqui, em São Luís.

Os primeiros relatos da chegada dos gaúchos na Amazônia Legal são de 1906, quando o gaúcho Plácido de Castro foi nomeado governador do Acre. As migrações se acentuam na década de 1970, e a principal porta de entrada dos gaúchos na região foi o Estado do Mato Grosso⁵, para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. No Pará, instalaram-se inicialmente no Sul do Estado para cultivar café e cacau. Em Roraima, os gaúchos ocuparam áreas indígenas para cultivar arroz⁶ (SIMON, 2009).

Expostos os elementos preliminares para o entendimento das dinâmicas agrárias que nortearam a ocupação do Cerrado e da Amazônia Legal, pode-se adentrar nas especificidades de ordem política e econômica que afetaram diretamente o estabelecimento de grandes projetos agropecuários e de mineração na região. Por questões metodológicas, a literatura que trata do Cerrado e da Amazônia serão abordadas separadamente, a fim de não descharacterizar o modo como os trabalhos problematizados foram estruturados, o que não implica, a priori, a concordância ou discordância sobre as argumentações usadas, mas representa a tentativa de contribuir para a sistematização do debate acadêmico sobre a temática.

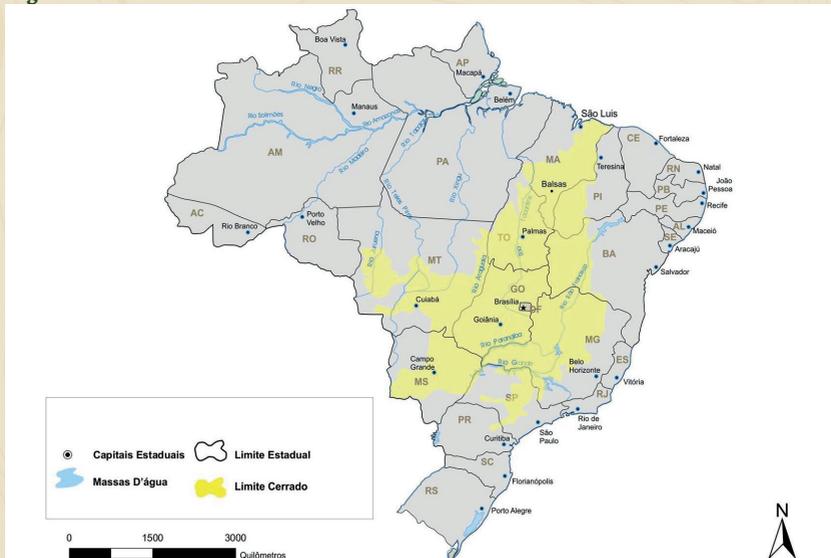
5. A afirmação de que o Estado do Mato Grosso foi a porta de entrada dos gaúchos na Amazônia Legal pode ser observada pela quantidade de Centros de Tradições Gaúchas (CTG). São 39 unidades que mantêm vivas as danças e produzem programas de rádios específicos. Nos Estados amazônicos do Acre, do Pará, de Roraima e do Tocantins existe um CTG em cada (PÁGINA DO GAÚCHO, 2010).

6. Um detalhe importante esquecido por Simon (2009) é que, nos Estados da Amazônia Legal, onde os gaúchos se instalaram, os conflitos pela posse da terra são muito presentes e violentos, como no caso das reservas indígenas em Roraima e no Sul do Pará.

1.1 DINÂMICAS AGRÁRIAS E INTERVENÇÃO ESTATAL NO CERRADO

O Cerrado brasileiro (ver Figura 1) abrange 10 Estados: Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, São Paulo e Tocantins, e o Distrito Federal, sendo que Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins são os Estados que apresentam maiores áreas preservadas, e Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo possuem os menores níveis de vegetação natural desse bioma (BRASIL, 2015). Estudo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conclui que a área do Cerrado é de aproximadamente 2.045.064 km². O estudo incluiu as áreas de transição do Norte do Cerrado, entre o Maranhão e o Piauí, e excluiu as áreas dos estuários sul amazônicos (MACHADO *et al.*, 2004).

Figura 1 – Cerrado Brasileiro



Fonte: IBGE (2005).

O Cerrado brasileiro teve duas grandes fases de ocupação: (1) no período colonial, fim do século XVII, no ciclo de exploração do ouro, quando ocorreu a primeira tentativa de povoamento do interior; (2) nas décadas de 1950 e 1970, momento em que a industrialização e a urbanização tornam a região importante para a organização socioespacial brasileira. Entre 1940 e 1960 o processo de ocupação se consolida economicamente e algumas ações públicas foram extremamente importantes: a Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas e a construção de Brasília (PEDROSO; SILVA, 2005), no Planalto Central, intensificou os investimentos na rede de transportes, que, associada às pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA, contribuíram para o desenvolvimento da agricultura mecanizada (MUELLER; MARTHA JR, 2008).

Na década de 1990, parte do Cerrado, compreendendo o Triângulo Mineiro, o Centro e o Sudoeste do Goiás, Mato Grosso do Sul e Sudoeste do Mato Grosso, eram consideradas áreas de ocupação consolidada e de agricultura comercial moderna. O entorno do Distrito Federal e Oeste de Minas Gerais eram áreas de expansão recente e de agricultura dinâmica. O Norte do Mato Grosso, o Nordeste do Goiás, o Sudeste do Tocantins e o Oeste da Bahia desenvolviam uma agricultura periférica, mas em expansão. O Centro-Sul do Mato Grosso, Nordeste do Tocantins, Sul do Maranhão e Sudoeste do Piauí formavam uma área de agricultura ineficiente, com escasso povoamento (MUELLER; MARTHA JR, 2008).

Uma das principais formas explicativas para ocupação do Cerrado faz uma associação de três fatores: (1) preço da terra, (2) recursos naturais e (3) tecnologia, nessa ordem. O Cerrado não possuía solos aptos ao desenvolvimento agrícola em grande escala, porém a inovação tecnológica agrícola permitiu a correção da baixa fertilidade natural e elevada acidez, denominado de construção do solo, produção do solo ou fabricação do solo (REZENDE, 2009). Concomitantemente, o desenvolvimento de cultivares adequados ao bioma estimulou a ocupação e expansão da agropecuária no Cerrado.

A incorporação do Cerrado, mediante o desenvolvimento constante de tecnologias, pode ser tratada como um fenômeno associado à produção do solo, ao baixo preço da terra e à regularidade pluviométrica. As respostas para a expansão agrícola do Cerrado não se encontram exclusivamente nas políticas públicas, mas também na ideia de que as terras do Cerrado não podem ser utilizadas para assentar famílias, porque a estiagem durante metade do ano impede o desenvolvimento de pequenas atividades agrícolas e a geração de renda (REZENDE, 2009). O argumento da estiagem é frágil e procura mascarar a diversidade produtiva da agricultura familiar: a pecuária, o extrativismo e a criação de miunças⁷.

Outra linha argumentativa é que a incorporação das terras do Cerrado à agricultura ocorreu devido à posição geográfica e características físico-ambientais que possibilitaram a adoção de pacotes tecnológicos da Revolução Verde, e se inicia antes da modernização da agricultura, na década de 1940, com o Projeto de Colonização dos Cerrados (PCC), de Getúlio Vargas, que estabeleceu colônias agrícolas em Dourados (MS) e Ceres (GO), e com a criação da Fundação Brasil Central, em 1943, que realizou a Expedição Rocandor-Xingu, e ações que procuraram estabelecer núcleos populacionais no Centro-Oeste (SILVA, 2000).

A expansão da fronteira agrícola em direção ao Cerrado contou com a efetiva participação do Estado a partir: (1) da construção da ferrovia que ligou São Paulo a Anápolis, no fim da década de 1930, e estimulou o povoamento do Sul de Goiás e do Triângulo Mineiro; e (2) da implementação do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Parnaíba (PADAP), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o PRODECER, que permitiram a capitalização da agricultura (SILVA, 2000; PEDROSO; SILVA, 2005).

7. São animais de pequeno e médio porte, como galinha, bode, porco, etc. que são criados pelos agricultores familiares nas proximidades da casa de morada.

Um dos primeiros programas de desenvolvimento dos Cerrados foi o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), de 1972-1975. O PCI foi criado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) a partir de empréstimos junto ao Banco Mundial, com o objetivo de promover o desenvolvimento da média e grande agricultura no Cerrado, a partir da cafeicultura e da sojicultura (CARVALHO, 2008).

O PADAP, de 1972-1974, foi o primeiro plano de colonização dirigida para o Cerrado mineiro que, dentre outros critérios, previa que 80% dos colonos assentados deveriam ser descendentes de imigrantes japoneses. O PADAP desapropriou 60 mil hectares para o cultivo de soja, café e trigo, e foi coordenado pela Cooperativa Agrícola Cotia, ligada aos japoneses (CARVALHO, 2008). Essa experiência dá sinais de que o PADAP foi muito importante para o estreitamento das relações agrícolas entre Brasil e Japão e serviu de modelo para a criação e implementação do PRODECER.

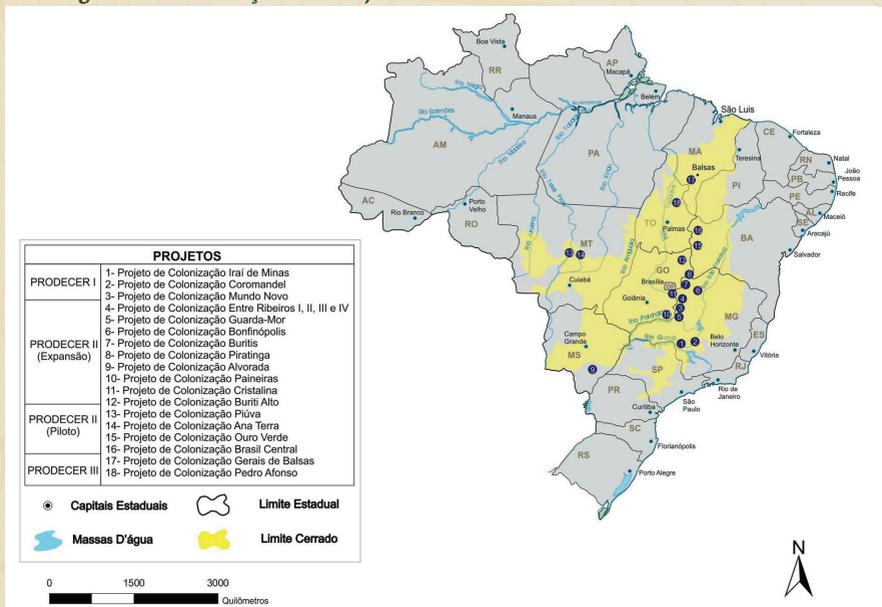
O POLOCENTRO tinha como meta incorporar 3.700.000 ha de Cerrado, 1.800.000 ha para a lavoura, 1.200.000 ha para a pecuária e 700.000 ha para reflorestamento, nos Estado do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e nas regiões mineiras do Triângulo, Alto Parnaíba, Alto e Médio São Francisco e Vão do Paracatu. Os recursos eram destinados para o armazenamento, produção de energia, assistência técnica, pesquisa agropecuária, transportes e crédito rural (SILVA, 2000). O POLOCENTRO beneficiou, especialmente, os médios e grandes produtores (PEDROSO; SILVA, 2005; REYDON; MONTEIRO, 2009).

O PRODECER é fruto de uma parceria entre o governo brasileiro e o japonês, em 1974, para estimular o desenvolvimento agrícola no Cerrado e o crescimento da oferta de alimentos no mundo. Em março de 1978, foi criada a holding japonesa Japan-Brazil Agricultural Development Corporation (JADECO), com sede em Tóquio. Em outubro do mesmo ano, foi fundada a holding brasileira Companhia Brasileira de Participação Agro-Industrial (BRASAGRO), com sede em Belo Horizonte. A JADECO investiu 49% e a BRASAGRO 51% do capital necessário para a fundação,

em novembro de 1978, da Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), coordenadora do programa (YOSHII, 2000).

A supervisão do PRODECER ficou a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); a coordenação, uma responsabilidade da CAMPO; e a execução, feita pelas cooperativas agrícolas. Entre 1979 e 1999, foram implantados 21 Projetos de Colonização (PC), 10 projetos piloto e 11 projetos de expansão, assentando um total de 758 famílias numa área de 334.000 ha, nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Maranhão e Tocantins (ver Figura 2), em áreas de baixa densidade demográfica (YOSHII, 2000).

Figura 2 – Localização dos Projetos do PRODECER



Fonte: Adaptado de Mendonça (2004).

O Estado brasileiro foi muito presente na expansão da fronteira agrícola em direção ao Cerrado e na modernização da agricultura através de políticas públicas que estimularam a ampliação das fronteiras

agrícolas e o aumento da produtividade a partir da modernização da agricultura, que transformou a base técnico-produtiva (incorporação de máquinas, fertilizantes, defensivos e novas cultivares). Essas políticas foram elaboradas e implementadas durante a ditadura militar no Brasil, na tentativa de articular a expansão da agricultura e a criação de agroindústrias para o abastecimento interno e as exportações (INO-CÊNCIO, 2002).

Como pode ser visto, a ocupação do Cerrado ocorreu em diferentes momentos e velocidades. A abertura de áreas de pastagem para a pecuária de corte foi a principal causa do desmatamento em áreas periféricas do Cerrado (Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins), onde as atividades agropecuárias tradicionais deram lugar à soja, ao algodão, ao milho, ao milheto, ao sorgo e ao girassol. De acordo com as imagens de satélites analisadas, até o ano de 2004, 54,9% da área original do bioma já havia sido desmatada (MACHADO *et al.*, 2004).

Em termos socioeconômicos, o recente processo de ocupação do Cerrado foi orientado pelo desenvolvimento de atividades agropecuárias que modernizaram a agricultura⁸ regional, privilegiaram os grandes produtores rurais e, em muitos casos, estimularam a migração de agricultores do Sul do país, através do PADAP e do PRODECER, para implementarem uma agricultura comercial. Os agricultores familiares ficaram à margem da modernização agrícola local, muitos deles sendo expulsos das suas terras para darem lugar à soja, como será visto no caso de Balsas, Maranhão, à pecuária, à cana-de-açúcar, ao milho, entre outras.

Se olharmos um pouco para o passado, veremos que as primeiras tentativas de ocupação do Cerrado foram violentas e massacraram

8. A modernização da agricultura brasileira se orientou pela produtividade e cristalizou o predomínio do grande proprietário rural em detrimento do pequeno. Para Graziano da Silva (1981), o processo de modernização agrícola foi doloroso, porque reproduziu a concentração da posse da terra e manteve privilégios às elites rurais brasileira.

populações indígenas inteiras. Os Timbira, no Maranhão, foram praticamente exterminados ou obrigados a se deslocarem para outras áreas (RIBEIRO, 1996; CABRAL, 2008). O elemento que permeou o desenvolvimento das primeiras atividades agropecuárias e a modernização da agricultura no Cerrado foram, portanto: (1) o pressuposto de que o território era despovoado e (2) o extermínio (no caso dos índios), a expulsão ou a marginalização das populações tradicionais e locais.

Após a implementação dos grandes projetos agropecuários voltados para a colonização e adensamento demográfico do Cerrado, as populações locais vivenciaram situações conflituosas que restringiram suas atividades agrícolas e pecuárias. Em alguns casos, os pequenos criadores foram incriminados porque os seus animais invadiam as lavouras dos grandes produtores, fato este que era estranho, porque o processo produtivo era orientado de modo tradicional (costumes que constituíam uma espécie de direito consuetudinário⁹), ao invés de seguirem a, até então desconhecida, legislação que obrigava que os animais deveriam ser criados confinados e a agricultura desenvolvida em áreas abertas, sem cercas.

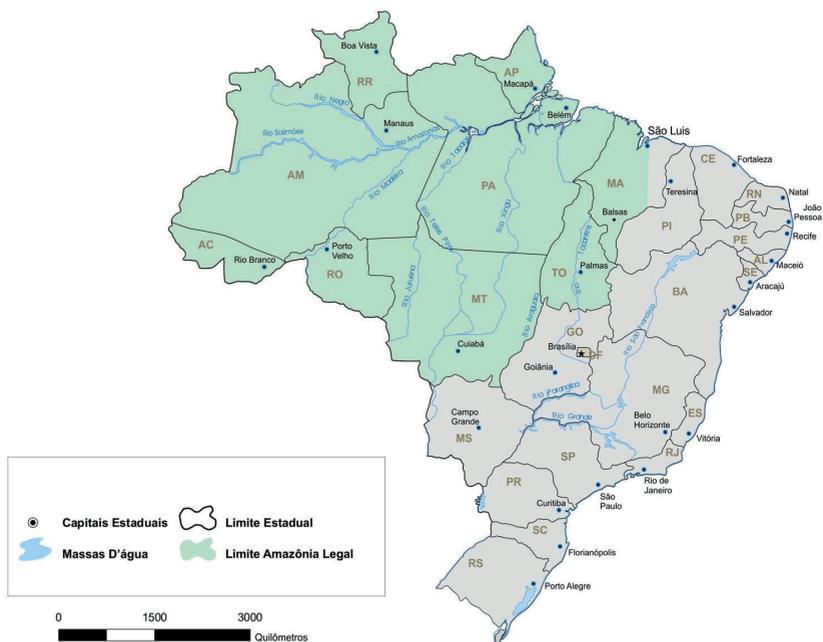
A cerca, para os pequenos pecuaristas representou a desarticulação de parte de suas atividades, porque não possuíam recursos financeiros para plantarem pastos e muito menos para cercá-los, e pelo risco constante de ter que comparecer à delegacia para responder a queixas sobre os animais que invadiam as lavouras alheias. A desarticulação da produção agropecuária familiar do Cerrado levou às últimas instâncias o processo de marginalização de um grupo social, a sua criminalização.

9. A temática será mais bem explorada no capítulo IV a partir do caso de Balsas, em que antes dos grandes projetos agropecuários os animais eram criados soltos e as áreas de cultivo, as roças, é que eram cercadas.

1.2 OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL E MARGINALIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES LOCAIS

A ocupação da Amazônia Legal (ver Figura 3), dos anos 1950 aos 2000, pautou-se na colonização dirigida, na migração espontânea e na implementação de GPIs. Até os anos 1980, o Estado brasileiro foi o executor de grandes projetos de colonização e de mineração, que marginalizaram as populações locais. Dos anos 1990 em diante, as empresas privadas passam a ser as principais executoras de grandes projetos e o Estado regulamenta ações que procuram preservar e conservar a natureza, mas que acabam criminalizando as populações locais.

Figura 3 – Amazônia Legal



Fonte: IBGE (2005).

1.2.1 A intervenção estatal e os grandes projetos de desenvolvimento regional

Otávio Guilherme Velho, no livro *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica*, publicado em 1972, faz uma boa análise dos impactos da construção da BR-010 (Belém-Brasília) e da BR-230 (Transamazônica), do crescimento demográfico e do desenvolvimento de cidades nas margens das rodovias. A argumentação do autor não aborda as rodovias como elementos determinantes, mas incorpora o processo de urbanização, iniciado nos anos 1940, as pré-condições socioeconômicas existentes nos Estados do Maranhão e Pará, e as inter-relações entre as frentes de expansão¹⁰ pecuária, agrícola, extrativista e mineradora enquanto elementos constituintes de uma dinâmica econômica.

Nas duas pontas do que seria a rodovia Belém-Brasília, a movimentação econômica mais intensa data do final da década de 1940 e início da década de 1950. Na ponta Sul, existia uma pecuária ultra-extensiva, quase abandonada, e o estímulo governamental com a Marcha para o Oeste, de Getúlio Vargas. Na ponta Norte, houve um estímulo econômico nos anos 1930, com o crescimento agrícola da juta, da malva e da pimenta-do-reino, e uma revalorização da borracha em decorrência da segunda Grande Guerra.

As inter-relações entre as diferentes frentes de expansão, para Velho (1972), seriam distinguidas a partir da relação que estabelecem com a natureza. A expansão da pecuária contribuiu para o povoamento do Sul do Maranhão e para o surgimento de conflitos entre pecuaristas e índios. Já a frente agrícola destacou-se pelo cultivo do arroz. Entre 1953 e 1963, a área de cultivo de arroz e o volume de produção dobraram no

10. Para Velho (1972, p. 13), as frentes de expansão seriam constituídas pelos “segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas”.

Maranhão. O arroz maranhense, depois da construção da Belém-Brasília, passou a ser beneficiado em Imperatriz e vendido para Anápolis (GO), como carga de retorno nos caminhões.

Em síntese, Velho (1972) não acredita que a ocupação e o soerguimento econômico da Amazônia estejam limitados à construção da Belém-Brasília, da Transamazônica, aos incentivos fiscais e à criação da SUDAM, fatores que estimularam o desenvolvimento regional. Apesar das frentes de expansão agrícola sempre avançarem a partir da abertura de novas estradas, as quais, no caso da Amazônia, quebraram o isolamento da região em relação ao restante do país, a problematização dessa questão exige a inclusão de fatores locais e regionais, como as atividades econômicas passadas e ações nacionais de desenvolvimento.

A expansão da fronteira agrícola¹¹, por sua vez, pode ser vista de duas maneiras principais: (1) a ocupação dos espaços vazios, para o desenvolvimento de grandes projetos nacionais, que, em decorrência disso, (2) provocou vários problemas sociais e ambientais, especialmente na Amazônia. No pós-guerra, a população excedente que habitava próximo ao litoral começou a penetrar no Centro-Oeste e na Amazônia, áreas pouco habitadas e de populações indígenas, ou de remanescentes das frentes de mineração e da borracha, área que inclui o Maranhão e é denominada de a Grande Fronteira (SAWYER, 1981).

Mueller (1981) discorda das abordagens tradicionais e apresenta quatro aspectos determinantes para a expansão da fronteira agropecuária: (1) de subsistência, quando novas áreas são incorporadas à agricultura, e (2) quando é impulsionada pelo mercado, decorrente do crescimento da demanda por alimentos. O autor propõe a incorporação de dois aspectos: (3) a expansão especulativa, compra e regularização de terras em áreas remotas para obter ganhos futuros, e (4) o envolvimento do Estado na disponibilização de incentivos à ocupação de

11. Sawyer (1981) define a expansão da fronteira como “processos de ocupação ou incorporação de novas áreas” e “atividades econômicas antes ausentes, ou presentes em escala menor”.

terras, a fim de orientar e controlar o processo de expansão horizontal da agropecuária.

A Amazônia teve, também, uma fase espontânea de expansão da atividade agropecuária a partir da construção da rodovia Belém-Brasília, concluída no início dos anos 1960. Com essa rodovia, intensificou-se a ocupação de terras e a atividade agropecuária. No Pará, a rodovia Cuiabá-Santarém também contribuiu para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. A expansão da fronteira agropecuária trouxe consigo problemas ambientais e conflitos pela posse da terra (MUELLER, 1981).

A partir dos anos 1950, é possível identificar cinco fases de ocupação da Amazônia: (1) a incipiente (1966-1970), marcada pela criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), mudança da SPVEA para SUDAM, Operação Amazônica e criação da Amazônia Legal e do Banco da Amazônia S/A (BASA) (MUELLER, 1981; HALL, 1991); (2) a empresarial, com a criação da Associação de Empresas da Amazônia (AEA), em 1968 (HALL, 1991); (3) a de lançamento de programas governamentais (1970-1974), Plano de Integração Nacional (PIN) e o Projeto Integrado de Colonização (PIC), para assentar migrantes nordestinos; (4) a caracterizada por formas alternativas de exploração da Amazônia (1974-1978), orientadas por programas de desenvolvimento regional (MUELLER, 1981; HALL, 1991); e (5) dos grandes projetos de mineração, como o PGC, na década de 1980 (HALL, 1991).

O avanço de Hall (1991), especialmente em relação a Mueller (1981), é a investigação de como o empresariado da região Sudeste se organizou para defender os seus interesses, a oferta de crédito subsidiado e a isenção de impostos, a partir da AEA, sediada em São Paulo (SP). A AEA foi fundamental para modificar o perfil dos assentamentos às margens das rodovias. Em vez de uma agricultura familiar, defendeu e conseguiu a implantação de uma colonização privada em larga escala, que privilegiou agricultores sulistas e, conseqüentemente, a agricultura patronal e a concentração da posse de terra.

Em 1970, o Brasil implantou o PIN, que, orientado pelo conceito de planejamento de eixos, viabilizou a construção de estradas de longa distância, a Transamazônica (BR-230), a Perimetral Norte (BR-210), a Cuiabá-Santarém (BR-163) e a Cuiabá-Porto Velho-Manaus (BR-364 e BR-319). As novas rodovias funcionaram, também, como rotas de migração e foram planejadas para a criação de corredores de desenvolvimento de 200 km de extensão. Dando sinais de que o Estado havia tomado consciência dos privilégios concedidos ao empresariado rural e, agora, garantiria espaço para a pequena produção agrícola. A criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970, abriu caminho para um amplo programa de colonização na Amazônia. Todas as terras devolutas, situadas a 100 km de cada lado das rodovias federais construídas, em construção ou projetadas, seriam utilizadas para o assentamento de famílias nordestinas sem-terra (ARAÚJO *et al.*, 2008).

As áreas destinadas à colonização foram divididas em lotes de 100 ha e ligadas às rodovias principais por meio de estradas vicinais. Os lotes formavam o PIC. No entanto, o projeto de colonização do governo militar não atendeu às expectativas. Os custos de construção da Transamazônica, em 1974, já haviam superado em três vezes o orçamento inicial, e, sem infraestrutura para escoar a produção e sementes adequadas para o cultivo, a produção era baixa e os gastos não compensavam a manutenção da atividade agrícola (ARAÚJO *et al.*, 2008).

Inicialmente estava previsto o assentamento de 1 milhão de famílias. Depois, o INCRA reduziu o número para 100 mil famílias e, no final da década de 1970, apenas 7% do número planejado estava assentada na Transamazônica e o foco da colonização estatal voltou-se para Rondônia. A colonização ao longo da Transamazônica, segundo Kohlhepp (2002), fracassou em virtude do planejamento e da organização terem sido inadequados, e devido ao fato das agrovilas dos assentamentos não corresponderem às expectativas e experiência das famílias nordestinas.

O II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PDN), 1975-1979, incorporou o conceito de polos de desenvolvimento, muito discutido na América Latina nos anos 1960, para fomentar atividades de mineração e agropecuárias. Nesse contexto, surge o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), que priorizou as seguintes áreas: (1) Xingu-Araguaia, (2) Carajás, (3) Araguaia-Tocantins, (4) Trombetas, (5) Altamira, (6) Pré-Amazônia Maranhense, (7) Rondônia, (8) Acre, (9) Juruá Solimões, (10) Roraima, (11) Tapajós, (12) Amapá, (13) Juruema, (14) Aripuanã, (15) Marajó, para a implementação de polos agropecuários e/ou agrominerais (BRASIL, 1974).

O POLAMAZÔNIA, através de incentivos fiscais e tributários, tornou vantajoso a bancos, companhias de seguro, mineradoras e até mesmo a empresas estatais o investimento na atividade pecuária na Amazônia. O tamanho máximo para as fazendas era de 60 mil hectares, mas havia fazendas da Volkswagen do Brasil de 140 mil hectares, e da multinacional Liquigas Group de 566 mil hectares. As fazendas estavam localizadas, especialmente, no Sudeste e Leste do Pará e no Norte do Mato Grosso (KOHLEPP, 2002). Apesar da pecuária ter se destacado, a exploração de recursos minerais era o objetivo central do programa.

Dois outras contribuições de Hall (1991) são: (1) a discussão sobre o POLAMAZÔNIA, criado em 1974, com a estratégia de estabelecer polos de desenvolvimento em áreas específicas, precursor da exploração de minerais na Serra de Carajás; e (2) o PGC, inaugurado em 1980, 13 anos após a descoberta da jazida de minério de ferro de Carajás, que foi importante para impulsionar o desenvolvimento da Amazônia e trazer graves problemas sociais e ambientais.

O principal projeto para a Amazônia Legal, nos anos de 1980, foi o PGC. Apesar dos equívocos cometidos nos programas e projetos anteriores, as estratégias de implementação se mantiveram. As populações afetadas não obtiveram as informações necessárias, nem mesmo os governos locais e a SUDAM tinham pleno conhecimento do PGC, que objetivava estabelecer projetos de infraestrutura (ferrovia e hidrelétrica).

ca), mineração e indústria nas proximidades da maior jazida de minério de ferro do mundo, na Serra de Carajás.

1.2.2 Grandes projetos de investimento e o capital privado

As dinâmicas sociais, econômicas e ambientais da Amazônia, a partir dos anos 1990, não podem ser analisadas sem a consideração de que as ações privadas, orientadas por investimentos em todos os setores econômicos (mediante incentivos fiscais e redução de tributos disponibilizados pelo Estado) foram decisivas para o desenvolvimento regional (KOHLHEPP, 2002). Por outro lado, não se pode desconsiderar as ações de organismos internacionais interessados na preservação e conservação do bioma e na definição de estratégias de exploração dos recursos naturais locais, minérios e plantas nativas.

Nos anos de 1990, há uma mudança no perfil dos projetos na Amazônia Legal, que passam a implementar estratégias de preservação e conservação do bioma. Um bom exemplo é o Programa Piloto Internacional para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7), uma iniciativa da Alemanha, na reunião de cúpula dos 7 países mais ricos (G7), em Houston, em 1990. O programa propunha financiar a reorganização dos modelos de desenvolvimento da Amazônia, através de uma parceria entre o governo brasileiro, o Banco Mundial e o G-7, que deveria contribuir para o uso sustentável dos recursos naturais e para a redução do desmatamento da floresta (KOHLHEPP, 2002).

O PPG-7 seguia quatro linhas de ação: (1) experimentação e demonstração, promoção de experiências de preservação da natureza, desenvolvimento sustentável e educação ambiental em comunidades locais; (2) conservação, desenvolvimento de projetos de manejo em áreas protegidas, parques, reservas naturais e extrativistas, e demarcação de terras indígenas; (3) fortalecimento institucional, disponibilização de suporte técnico aos governos estaduais e suas instituições públicas;

(3) pesquisas científicas, com o objetivo de aprimorar o conhecimento científico sobre o ecossistema da Amazônia.

Depois do PPG-7, as atividades estatais na Amazônia se restringiram ao melhoramento da infraestrutura e estímulo ao crescimento econômico regional. Entre 1996 e 1999, o Programa Brasil em Ação, uma parceria entre Estado e iniciativa privada, procurou melhorar a infraestrutura do país. Sucedendo esse programa, o governo brasileiro implementa o Programa Avança Brasil, com planejamento para 2000-2003 e 2004-2007, para melhorar a infraestrutura e acelerar o desenvolvimento econômico. Os projetos na área de infraestrutura ofereceram grandes oportunidades para o setor privado (KOHLHEPP, 2002).

O governo projetou o uso de 40 bilhões de dólares em projetos de desenvolvimento, principalmente na Amazônia, através do Programa Avança Brasil. Na região amazônica, os projetos centraram-se em quatro frentes: (1) integração internacional do Norte, (2) logística na região do Madeira-Amazonas, (3) logística no Brasil central, e (4) geração de energia hidrelétrica e linhas de transmissão. Os Estados de Roraima e Amapá, por exemplo, passaram a possuir estradas pavimentadas para se ligarem aos países vizinhos. A viagem de Manaus a Caracas hoje pode ser feita de carro, o que impulsionou o crescimento do comércio regional.

Um dos objetivos do planejamento infraestrutural foi facilitar o transporte da produção agrícola e pecuária através de vias fluviais e terrestres. O rio Madeira teve sua via navegável melhorada para transportar a soja, em embarcações que suportam até 6 mil toneladas, que descem pelo rio Itacoatiara e chega a leste de Manaus. De Manaus, a soja é embarcada no Porto de Manaus e segue para o mercado europeu em navios de até 80 mil toneladas.

Outra grande obra de infraestrutura foi a pavimentação e melhoria da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) e da BR-163 (Cuiabá-Alta Floresta), que em associação com as hidrovias possibilitaram a redução dos custos de transporte da produção da soja e da carne do Mato Grosso. O avanço do

cultivo da soja no Centro-Oeste, especialmente em Mato Grosso, coloca Porto Velho como um novo centro de distribuição de grãos a partir de seu terminal portuário, que, em 1998, movimentou 1,6 milhões de toneladas de carga (KOHLHEPP, 2002).

Recentemente, o Estado brasileiro, através do PAC, vem estimulando a implementação de GPIs na Amazônia pela iniciativa privada. São projetos nas áreas de energia e transporte que procuram disponibilizar as condições necessárias para o crescimento da produção industrial e logística de transporte de *commodities*¹² (minério de ferro e soja, principalmente). Apesar de haver semelhanças, a principal diferença em relação aos GPIs dos anos 1980 e 1990 é que todo grande projeto é, comumente, acompanhado de ações de preservação da natureza.

Empresas de mineração implantam, em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), projetos de Manejo Florestal Comunitário (MFC) para mitigar os impactos ambientais e naturalizar a paisagem e as populações tradicionais (LEROY, 2010). O Estado, por seu turno, através da criação de Florestas Nacionais (FLONA) e Reservas Biológicas (REBIO), institucionaliza a criminalização de grupos indígenas, ribeirinhos, seringueiros e pequenos produtores rurais, ao proibir ou restringir o acesso e uso de recursos naturais indispensáveis à manutenção desses grupos sociais (COELHO; CUNHA; WANDERLEY, 2010).

12. Na área de energia estão em execução ou com execuções previstas as hidrelétricas de Belo Monte (PA), Serra Quebrada (PA), Santo Antônio (RO), Jirau (RO), Rondon II (RO), Estreito (MA), Dardanelos (MT), Cachoeirão (MT), Água Limpa (MT), Toricoejo (MT), São Salvador (TO), Novo Acordo (MT), Tocantins (TO) e Tupiratins (TO), e as termelétricas movidas a Óleo de Tocantinópolis (TO), a Óleo de Nova Olinda (TO) e a Carvão Termomaranhão (MA). Na área de transporte, estão previstas a conclusão da Ferrovia Norte Sul, da Ferrovia de Integração Centro-Oeste e a construção ou melhoria de mais de 33 terminais hidroviários (UOL, 2010).

1.3 MARGINALIZAÇÃO E CRIMINALIZAÇÃO DE POPULAÇÕES LOCAIS DO CERRADO E DA AMAZÔNIA

Os megaprojetos implementados no Cerrado e na Amazônia foram responsáveis pela marginalização das populações locais porque privilegiaram os grupos associados aos projetos territoriais modernizadores da agricultura, que, na sua maioria, habitavam as regiões Sudeste e Sul, e migraram para o Centro-Oeste e Norte do Brasil, ou eram membros das elites regionais; e os projetos territoriais estratégicos das grandes empresas nacionais e internacionais. Os resultados desse processo podem ser vistos na expulsão dos trabalhadores rurais do campo e invasão dos territórios indígenas.

A criminalização das populações locais se inicia com a institucionalização de mecanismos e ações de conservação e preservação da natureza que, no caso da Lei de Gestão Ambiental, recompensam os grandes produtores, ao permitir que o bom madeireiro explore, de modo sustentável a floresta; e punem severamente os pequenos produtores que a exploram (LEROY, 2010). Outra faceta desse processo é o controle do crescimento populacional na medida em que, nas áreas de FLONA e REBIO, bloqueia o livre movimento dos moradores, proíbe a coleta da castanha-do-pará, a caça e a pesca, e nega o direito de comercialização dos recursos pesqueiros (COELHO; CUNHA; WANDERLEY, 2010).

Deste modo, os processos de territorialização que estruturam e reestruturam as dinâmicas territoriais do Cerrado e da Amazônia fragilizaram os índios, os quilombolas, os ribeirinhos, os extrativistas e os pequenos agricultores, porque: (1) o processo de modernização da agricultura e industrialização regional não os incluiu, e (2) a legislação para a conservação e preservação do meio ambiente torna ilegais suas práticas produtivas e inibe o seu crescimento populacional.

O processo de marginalização das populações tradicionais e locais, em grande medida, é decorrente de ações governamentais que visavam e visam o desenvolvimento econômico regional e terminam por

priorizar as elites locais ou grupos sociais de outras áreas. O processo de criminalização, por sua vez, é fruto das ações governamentais e de projetos ambientais que procuram conservar a natureza, restringindo ou limitando o acesso aos recursos naturais. No entanto, nos novos projetos de infraestrutura que estão sendo implementados pelo PAC é possível observar a junção desses dois processos, marginalização e criminalização.

Os principais programas estatais, entre os anos de 1960 e 1980, direcionados para o Cerrado, (PCC, PADAP, POLOCENTRO e PRODECER) colocaram as populações locais à margem do processo de desenvolvimento econômico e modernização agrícola regional porque estimularam a instalação de agricultores oriundos das regiões Sudeste e Sul, e, para a Amazônia Legal (PIN, POLAMAZÔNIA e PGC), priorizaram a colonização dirigida, o investimento em infraestrutura de transportes e de energia, que contribuíram para a migração espontânea e para o estabelecimento de grandes projetos agropecuários e de mineração, que, por sua vez, relegaram ao segundo plano as populações indígenas, os ribeirinhos e os seringueiros.

O ingresso da temática ambiental na agenda pública brasileira exigiu do Estado ações que procurassem conter o desmatamento e possibilitassem a preservação da fauna e da flora, especialmente na região amazônica, e a institucionalização de mecanismos de monitoramento e de controle dos recursos naturais. O processo de institucionalização da preservação e conservação da natureza abriu caminho para a criminalização das populações tradicionais e locais porque não as considerou como constituintes do espaço, mas como potenciais destruidores da base de recursos naturais.

Além de possuir um caráter conservacionista demasiado, principalmente a REBIO, que impede o acesso e o uso de recursos naturais, alguns mecanismos de preservação ambiental, como a Lei de Gestão Ambiental, acabam criminalizando as populações locais, que dependem do uso dos recursos naturais e beneficiam os grupos sociais histórica-

mente privilegiados pelos programas governamentais para a Amazônia, ao recompensar o bom madeireiro, permitindo que este explore mais áreas de floresta.



ECOLOGIA POLÍTICA FIGURACIONAL E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO

As questões socioambientais emergem como um importante campo de pesquisa e a ecologia política se apresenta como abordagem teórica que fornece elementos analíticos indispensáveis para o estudo dos conflitos e processos de mudança ambiental, rejeitando a ideia de que a natureza é um ambiente neutro, e ressaltando que a degradação ambiental é fruto da interação de diferentes atores sociais e de processos políticos (LASCHEFSKI; COSTA, 2008) que refletem relações de poder assimétricas.

Na ecologia política, os conflitos socioambientais estão associados às relações entre diferentes atores e grupos sociais, identidades, culturas e discursos (GEZON, 2004). Questões étnicas e de gênero (GEZON; PAULSON, 2004), intervenções do Estado através de programas e políticas que visam o desenvolvimento regional (MEDEIROS, 1996; GROSSMAN, 1998, JANSEN, 1998) e a adoção de novas biotecnologias agrícolas podem contribuir para o fim das populações tradicionais (GARI, 2000; BELMONTE, 2004), entre outros fatores. Em todos os casos, estamos diante de processos de apropriação de recursos naturais e de mudança ambiental mediados por relações de poder.

A ecologia política emerge no final dos anos de 1960, em contraposição às abordagens que negligenciavam os aspectos políticos das interações entre seres humanos e ambiente (VAYDA; WALTERS, 1999). Entre 1970 e 1980, os trabalhos focalizavam os processos de mudança

ambiental associados às questões políticas e à marginalização de grupos sociais. A partir da década de 1990, temáticas de pesquisa associadas à conservação dos biomas e ecossistemas passam a ocupar um espaço significativo (ROBBINS, 2004).

Desde os anos de 1970, a ecologia política tem sido marcada pela divisão entre autores com perfil de intervenção na resolução de conflitos socioambientais e autores com perfis mais acadêmicos. Do primeiro grupo, fazem parte os ecologistas políticos que tratam a abordagem como um movimento que coloca a pesquisa a serviço da militância ambientalista. No segundo, estão inseridos os ecologistas políticos que analisam os aspectos relacionados ao surgimento de conflitos e processos de mudança ambiental, na tentativa de ampliar o debate acadêmico¹.

Embora os estudos sobre as questões ambientais tenham se tornado tão presente nas agendas de pesquisa contemporâneas, a temática é problematizada há muito tempo. Gregos e romanos, por exemplo, consideravam que o ambiente interferia prontamente nas populações. Séculos depois, Malthus ressaltava que o crescimento populacional estrangulava a capacidade produtiva da agricultura. Boserup (1987) destacou que o crescimento populacional estimulou a intensificação do uso da terra e a inovação tecnológica para aumentar a produção agrícola.

A teoria malthusiana inspirou fortemente o debate sobre a questão ambiental nos anos 1960 e 1970: o Relatório do Clube de Roma², de 1972, que tratava do crescimento populacional, desenvolvimento tecnológico e do meio ambiente; e a nascente sociologia ambiental. Os chamados neomalthusianos consideravam que a explosão demográfica do pós-guerra era a causa do aumento da pobreza nos países pobres e

1. Do primeiro grupo, podem ser enquadrados os trabalhos de Lipietz (2003), Escobar (2005). Do segundo, os trabalhos de Vayda e Walters (1999), Gezon e Paulson (2004), Little (2006), entre outros.

2. O Clube de Roma, fundado em 1968, agrupa estudiosos de questões políticas, economia internacional, demografia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

representava um sério problema para o meio ambiente à medida que aumentava a demanda por recursos naturais.

A ecologia política focaliza as questões ambientais sem deixar de lado as complexas interações entre os aspectos políticos e ambientais que produzem as mudanças socioambientais (VAYDA; WALTERS, 1999) e fomenta propostas analíticas que possuem um caráter interdisciplinar. O que não implica dizer que se faça uma sobreposição das questões políticas em relação às ambientais e socioeconômicas, mas que seja feita uma análise processual das mudanças.

Os maiores avanços no campo da ecologia política se deram em disciplinas como a economia política, a antropologia e a geografia, que pautaram fortemente as agendas de pesquisa e os instrumentos teórico-metodológicos. Da sociologia, esta abordagem tem tido menor atenção – ainda que possa contribuir fortemente para seu aprimoramento, em particular no debate sobre o poder enquanto variável explicativa dos conflitos e dos processos de mudança ambiental, cada vez mais presente.

A fim de superar essa lacuna, o presente trabalho procura realizar o esforço de incorporar criativa e não dogmaticamente a abordagem de Norbert Elias sobre o poder, através da utilização da noção de figurações sociais e dinâmicas figuracionais. Procedimento que servirá como alternativa às conceituações de poder, de inspiração marxista, com foco mais estrutural em diferenças de classe ou na dinâmica capitalista, muito influente no âmbito da ecologia política nos anos 1980.

As sociedades são figurações de indivíduos interdependentes (ELIAS, 2001), que refletem equilíbrios de tensões, mesmo que as diferenças de poder entre os grupos que compõem a figuração social sejam pequenas ou grandes. As mudanças numa figuração social, portanto, ocorrem a partir de alterações nas relações globais de interdependência funcional que podem induzir um grupo a contestar o poder de coerção do outro grupo e, assim, redefinir as estruturas de poder (ELIAS, 2005).

Partindo da noção de figurações sociais são pensados os projetos territoriais dos grupos sociais que tentam legitimar e/ou institucionalizar modelos de regulação, de acesso e de uso de recursos naturais. Sendo os processos de territorialização fruto das tensões entre os diferentes projetos territoriais, numa figuração específica, o esboço teórico elaborado se distancia das propostas pautadas na descontinuidade e unilateralidade ao defender a continuidade dos processos de territorialização.

Os novos paradigmas ecológicos possuem genealogias complexas e híbridas. Emergem em reação às velhas abordagens e se diferenciam por incorporarem outras tradições analíticas (economia política, antropologia simbólica e antropologia histórica). A complexidade das genealogias pode ser vista na relação entre os novos e os velhos paradigmas ecológicos e na problemática de se apresentar o que é genuinamente novo nas pesquisas e debates atuais (BIERSACK, 1999) sobre mudanças e conflitos socioambientais.

A seguir apresento, primeiro, as perspectivas tradicionais que abordaram e abordam a problemática ambiental, ressaltando os aspectos analisados e considerados centrais para o surgimento de conflitos e processos de mudança ambiental. Ao final, problematizo, então, as origens da ecologia política, com o intuito de mostrar os seus elementos constituintes e diferenciar as propostas analíticas que compõem a abordagem, para em seguida incorporar as contribuições da sociologia figuracional de Norbert Elias.

A ecologia política figuracional aqui proposta parte da ideia de que mudança ambiental e processos de territorialização são equivalentes, pois refletem transformações nas relações entre sociedade e natureza. O que diferencia essas duas categorias analíticas é que os processos de mudança ambiental focalizam as transformações ambientais provocadas pelas práticas dos atores sociais, ao passo que os processos de territorialização se centram no entrelaçamento das práticas dos atores sociais e seus efeitos sobre o espaço (CUNHA; SILVA; NUNES, 2008).

2.1 AS ORIGENS DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

Os debates sobre as questões ambientais remontam à filosofia clássica e pós-socrática. Hipócrates, Aristóteles e outros pensadores gregos estabeleceram uma linha de raciocínio em que a geografia (o ambiente físico) era utilizado para justificar e legitimar a dominação de outros povos e nações. Os romanos seguiram a mesma linha. “Cícero atribui esse sucesso [as conquistas] à localização [geográfica], (...) Vitruvius atribuiu-o à superioridade dos povos situados nas latitudes médias” (MORAN, 2008, p. 51).

No século XVIII, as influências climáticas e geográficas voltaram a ser as explicações predominantes, com Bodin e Montesquieu, destacando a superioridade das latitudes médias em relação às demais e, assim, justificando a superioridade europeia. Além disso, o livro “Ensaio sobre a população”, publicado em 1798 por Thomas Robert Malthus, constitui-se um marco no estudo das questões populacionais e ambientais da época e inspirou teorias relevantes no campo da biologia, no século XIX, destacando-se a teoria da evolução de Charles Darwin³ (MORAN, 2008).

Malthus (1983, p. 238) é comumente considerado o primeiro teórico sobre as relações entre população e ambiente, por ter destacado “que a população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica, e os meios de subsistência numa progressão aritmética” e proposto à adoção de mecanismos de controle que afetassem a natalidade e a migração, a fim de evitar que o crescimento populacional excedesse a capacidade produtiva da agricultura.

3. A teoria evolucionista moderna e a genética se desenvolveram a partir da teoria darwiniana, que tem como principais elementos: (1) todas as populações apresentam variação genética, seja através de mutação ou recombinação; (2) todas as populações buscam crescer quantitativamente, até que as restrições ambientais limitem; (3) em dadas circunstâncias, os fenótipos mais adaptados de uma população serão selecionados; (4) o efeito do meio ambiente sobre o genótipo é indireto. Deste modo, todas as mudanças adaptativas de todos os organismos estão associadas ao material genético hereditário (MORAN, 2008).

Dois equívocos podem ser apontados na teoria malthusiana: (1) ter desconsiderado a possibilidade do crescimento da produtividade agrícola não seguir uma progressão aritmética e, por conseguinte, (2) não ter incluído as inovações tecnológicas agrícolas como possíveis reações à escassez de alimentos (VANWEY; OSTROM; MERETSKY, 2009). A revolução verde no pós-guerra se mostrou o maior exemplo de que as argumentações malthusianas eram frágeis.

Assim como Malthus foi um dos expoentes do debate acadêmico sobre a problemática ambiental no campo da economia do século XVIII, George Perkins Marsh o foi na geografia, na virada do século XIX, ao publicar o livro “The earth as modified by human action”, em 1898. Marsh ressaltava que a ação humana causava a degradação dos ecossistemas, dos rios, dos lagos e dos oceanos, e que a ciência tinha a responsabilidade de defender a conservação do planeta (ROBBINS, 2004).

O interesse de Marsh pelos impactos humanos na paisagem e seu foco nos efeitos da extração descontrolada de madeira o coloca como um dos precursores da ecologia política, embora seu trabalho denote pequena relação com a economia política e o poder político. Apesar de sua preocupação com a capacidade produtiva dos ecossistemas, as populações locais, tradicionalmente administradoras dos recursos naturais, eram relegadas ao segundo plano para que órgãos externos realizassem a gestão desses recursos (ROBBINS, 2004).

No século XX, a publicação do livro “Evolução agrária e pressão demográfica”, de Boserup, em 1965, foi importante para se repensar as teorias malthusianas e neomalthusianas. Para Boserup (1987), a adoção de novos sistemas de cultivo, a partir da redução do período de pousio, poderia reduzir o desmatamento e estimular a adoção de novas atividades agropecuárias. Contudo, toda redução do período de pousio incide diretamente sobre a adoção de técnicas mais avançadas de cultivo que permitam a manutenção da fertilidade do solo e sobre a intensificação do uso da força de trabalho.

A análise de Boserup (1987) baseia-se no fato de que nos períodos de escassez moderada, os agricultores não eram motivados a buscar meios que permitissem o aumento da produtividade. Por sua vez, ao enfrentarem situações de grande escassez eram estimulados a ampliarem seus esforços e a incorporarem novas técnicas para, assim, aumentarem a produção de alimentos. Pelo fato de focalizar os agricultores, o trabalho de Boserup tem sido utilizado satisfatoriamente para a realização de estudos em comunidades rurais.

Boserup (1987) construiu uma argumentação distinta das anteriores, especialmente, porque não tentou explicar as mudanças populacionais, mas examinar as possíveis consequências desse processo. Além disso, deixou-nos a lição de que não há um teto agrário ou uma capacidade de suporte natural para regiões ambientais particulares. A produtividade possível numa região particular depende da tecnologia ou do capital físico adotado ou inventado, e da mão de obra disponível (VANWEY; OSTROM; MERETSKY, 2009)

2.2 A ECOLOGIA POLÍTICA: CONFLITOS E MUDANÇAS AMBIENTAIS

A ecologia política surge em reação a determinadas características da ecologia humana ou antropologia ecológica, praticada nos anos 1960 e início dos anos 1970, que negligenciavam as dimensões políticas das interações entre seres humanos e o meio ambiente, e preocupavam-se com os processos de adaptação, abordando as comunidades humanas como se fossem unidades bastante homogêneas e autônomas (VAYDA; WALTERS, 1999). Ao passar dos anos, a abordagem se desdobrou em duas orientações principais: (1) a ecologia política normativa, que defende a preservação do meio ambiente e a

justiça social, e (2) a ecologia política analítica, que analisa os conflitos e as mudanças socioambientais⁴.

A ecologia política normativa reflete sobre a atuação de intelectuais e do movimento trabalhista na defesa ambiental (LIPIETZ, 2003), defende a cultura local em contraposição à globalização (ESCOBAR, 2005), explora a expansão do ecologismo ou ambientalismo em reação ao crescimento econômico (ALIER, 2007), e discute a relação entre riscos à saúde e ao ambiente, em virtude do desrespeito à natureza (PORTO, 2007). Apesar de tratar de diferentes aspectos, a ecologia política normativa é perpassada pela tentativa de difusão da preservação da natureza e a garantia de acesso aos recursos naturais pelas gerações futuras.

Advogado da ecologia política normativa, Lipietz (2003) ressalta que a abordagem representa o movimento sociopolítico com melhores condições de transformar a realidade através de análises teóricas, militâncias e luta política. Ou vislumbra-se na ecologia política a possibilidade de reintrodução do local nas discussões relativas à globalização, ao permitem a incorporação de práticas econômicas orientadas pelo contexto local em que as comunidades estão inseridas, ou seja, uma valorização da cultura local (ESCOBAR, 2005).

A ecologia política proposta por Escobar (2005), articulada pelos movimentos sociais, defenderia a identidade, o lugar e a região sem considerá-los estáticos. A construção dessa argumentação se baseia no confronto de forças e discursos nacionais e transnacionais que tratam da exploração de minérios e madeira e do avanço da agroindústria, com discursos de preservação do meio ambiente e de decomposição e recomposição de identidades locais e regionais. O esforço empreendido pelo autor é pertinente, procura repensar as relações entre o local e o

4. Aspectos normativos e analíticos nem sempre se encontram separados e as obras de muitos autores são caracterizadas pela combinação de estudos empíricos com prescrições, as mais variadas possíveis, sobre a problemática ambiental.

global, mas o problema é sua tentativa de redefinir práticas políticas e ambientais.

Uma análise crítica da ecologia política normativa, com o auxílio do trabalho de Vayda e Walters (1999), mostra-nos que, na maioria dos casos, essa vertente coloca a prática de pesquisa a serviço de uma ordem política populista, um romanticismo verde, de pensar que devolvendo o controle dos recursos naturais para as comunidades locais, mitigar-se-ia as influências do sistema político-econômico, e o uso dos recursos naturais se tornaria mais sustentável. Não há, portanto, uma preocupação com o aprofundamento do debate teórico sobre os conflitos e os processos de mudança ambiental, mas uma militância ambientalista.

Segundo Vayda e Walters (1999), a ecologia política representa uma alternativa à ecologia sem política. A ecologia sem política dos anos 1960, para estes autores, transformou-se numa política sem ecologia nos anos 1990, que se apresentou como ecologia política, ao invés de políticas de recursos naturais, antropologia política ou ciência política. Os pretensos ecologistas políticos ressaltavam, em seus trabalhos, que procuravam explicar as mudanças ambientais, quando na verdade estudavam os controles ou competições políticas sobre o uso dos recursos naturais, deixando, assim, de abordar o modo como os recursos naturais são afetados pelos controles e competições políticas.

Se o objeto do estudo é a mudança ambiental, uma alternativa programática à ecologia política, para Vayda e Walters (1999), seria a de ecologia de evento⁵. O método é começar a pesquisa com o foco nos eventos ambientais ou mudanças que se procura explicar e analisar o tempo e espaço exterior pregressos, de modo que sejam reconstruídas as causas e os efeitos desses eventos ou mudanças. Evitar-se-ia, assim, a prática de concentrar a investigação no acesso aos recursos naturais

5. Vayda e Walters (1999) nomearam a proposta teórica alternativa à ecologia política de *evenemental or event ecology*, que traduzi como ecologia de evento.

ou na mudança do acesso, e dar pouca ou nenhuma atenção para as questões socioambientais que de fato devem ser tratadas.

A ecologia de evento tem a pesquisa guiada por perguntas abertas, por exemplo, por que as mudanças socioambientais acontecem? Vayda e Walters (1999) criticam os ecologistas políticos que privilegiam os eventos políticos e econômicos em vez de analisar como estes podem ser causas importantes de mudanças ambientais, e aos que analisam eventos políticos como o acesso a recursos naturais, e usam os dados de pesquisa para fazer reivindicações políticas e ambientais.

Para Vayda e Walters (1999), a ecologia de evento, enquanto uma alternativa à ecologia política, oferece duas vantagens: (1) diminui a probabilidade de conclusões equivocadas fundamentadas em bases teóricas preconcebidas; por exemplo, mudança e degradação ambientais podem ser causadas por ricos e pobres; e (2) não prejudica os fatores políticos para eleger qual destes é o mais importante de antemão. Todos os eventos políticos devem ser considerados da mesma maneira que os fatores biofísicos o são para explicar as mudanças ambientais.

A proposta de Vayda e Walters (1999) representa um esforço teórico de se repensar a ecologia política, sendo que o seu foco principal não é negligenciado, e faz um alerta para os equívocos analíticos decorrentes da dissociação entre conflitos e processos de mudança socioambiental. Porém, a ecologia de evento possui duas limitações: (1) não fica claro como os eventos ou mudanças ambientais locais podem estar associados a questões políticas e econômicas regionais, nacionais ou internacionais; e (2) a definição de eventos utilizada encobre as inter-relações existentes entre os diferentes atores e grupos sociais envolvidos em conflitos e mudanças socioambientais.

Enquanto campo de pesquisa, a ecologia política mescla perspectivas (1) da ecologia humana, inter-relações que as sociedades mantêm com os ambientes em que habitam (LITTLE, 2006); (2) da economia política, com o foco nas relações estruturais de poder entre sociedades; e (3) da ecologia cultural, em relação às adaptações dos indivíduos ou grupos

ao meio ambiente (CUNHA, 2004). A inserção da economia política no paradigma ecológico trouxe à tona o impacto dos sistemas produtivos nas mudanças socioambientais e a importância das relações de poder na determinação do acesso e uso dos recursos naturais (BIERSACK, 1999).

A ecologia política se desenvolveu em torno de quatro pontos centrais: (1) a ideia de que a utilização dos recursos é organizada e transmitida através de relações sociais que podem resultar numa pressão excessiva sobre o ambiente; (2) o reconhecimento da pluralidade de posições, interesses e racionalidades em relação ao ambiente, de modo que o lucro de uma pessoa pode representar a pobreza de outra; (3) a ideia de uma conexão global através da qual os processos políticos e econômicos externos estruturam e são influenciados pelos espaços locais; e (4) a defesa de que a degradação da terra é, ao mesmo tempo, um resultado e uma causa da exclusão social (GEZON; PAULSON, 2004).

A ecologia política, nesse sentido, é o reflexo do diálogo intenso entre biólogos, antropólogos, geógrafos, historiadores e cientistas políticos, que criaram um espaço interdisciplinar entre as ciências naturais e as ciências sociais, sem eliminar as diferenças existentes entre cada uma das áreas de conhecimento. Pelo contrário, cada uma emprega seus conceitos e técnicas de pesquisa, na tentativa de esclarecer diferentes questões. A antropologia, por exemplo, contribui na análise das especificidades culturais relativas ao processo de adaptação ecológica de distintos grupos sociais. (LITTLE, 2006).

Embora Little (1996) reconheça a importância das adaptações ecológicas dos grupos sociais, o autor deixa claro que as contribuições da antropologia à ecologia política extrapolam esses processos. O uso da etnografia para analisar os conflitos socioambientais que afetam os grupos sociais que se apropriam coletivamente de recursos naturais talvez seja o maior subsídio da antropologia, porque direciona os holofotes da pesquisa para as interações entre indivíduos orientados por práticas ambientais específicas e contraditórias.

Como pode ser visto, a ecologia política não se constitui em um corpo teórico unificado. Existem propostas teórico-metodológicas independentes e que, em muitos casos, colidem umas com a outras, o que dificulta a sistematização da abordagem (ROBBINS, 2004). Entretanto, é consenso que a ecologia política analisa os processos de mudança socioambiental. As divergências, então, materializam-se no modo como os conflitos e mudanças socioambientais são problematizados.

Por outro lado, as diferentes teses representam o desenvolvimento da abordagem e do campo de pesquisa. Trabalhos que articulam mudança ambiental e marginalização emergem primeiro nos anos 1970 e 1980, como uma tentativa de aplicar a teoria da dependência para analisar crises ambientais (ROBBINS, 2004). A problemática dos efeitos globais e locais nos esforços de conservação, incluindo locais e biomas de grande diversidade (Amazônia), parques nacionais e áreas de biodiversidade, torna-se crescente nos anos de 1990.

A gama de trabalhos em ecologia política apresenta inúmeros resultados, diferindo argumentos e sugerindo novas temáticas de pesquisa, que em grande medida é a expressão do seu caráter interdisciplinar:

- ◆ Mudanças e conflitos socioambientais;
- ◆ Política ambiental e movimentos sociais;
- ◆ Ação coletiva e manejo de recursos naturais em comunidades tradicionais;
- ◆ A interferência da ação humana nos processos de mudança ambiental;
- ◆ Diversidade das percepções das mudanças ambientais;
- ◆ Causas e efeitos da corrupção política;
- ◆ Relação entre conhecimento e poder.

Atualmente, os trabalhos em ecologia política vêm abordando questões ambientais e territoriais, cada uma regulamentada por regras e normas próprias. Três princípios compõem o núcleo da ecologia

política atual, e a aplicação de cada um varia de acordo com o tema e lugar da pesquisa (LITTLE, 2006):

- ◆ O foco central da ecologia política deve ser sempre relações (sociais, naturais ou socioambientais) e não objetos substantivos (cadeias tróficas, fluxos de energia);
- ◆ O uso de análises que colocam as relações dentro dos seus respectivos marcos históricos e ambientais, os conceitos de nicho ou de adaptação, só têm sentido quando se sabe o contexto em que ocorrem as relações;
- ◆ Uso de metodologias processuais que acompanham os fluxos (de energia, de pessoas de sementes etc) e suas dinâmicas internas.

O aprofundamento discursivo da ecologia política foi beneficiado pelo aumento do interesse nos processos que desencadeiam conflitos e mudanças socioambientais em diferentes biomas e ecossistemas. No Brasil, o debate político e acadêmico sobre as problemáticas sociais e ambientais da Amazônia, Cerrado, Pantanal e Caatinga estão se tornando mais presentes. No entanto, poucos tratam da relação dos aspectos políticos e ambientais enquanto produtores de mudanças.

2.2.1 Apropriação de recursos naturais e conflitos socioambientais

No campo da economia dos recursos naturais, não existem muitos textos que sejam breves e tão famosos como “A tragédia dos comuns”, publicado em 1968, em que Garret Hardin analisa a relação entre crescimento populacional e o uso de recursos naturais. A partir do exemplo do uso de pastagens coletivas, o autor nos mostra como o processo de maximização de benefícios e a redução de

custos podem ocasionar o esgotamento de recursos naturais⁶. Como solução para a degradação ambiental, Hardin propõe a privatização ou estatização dos recursos naturais (CUNHA, 2004).

Box 1 – Apropriação de recursos naturais: ação coletiva e provimento de bens comuns

Olson (1999), ao analisar as organizações sociais, constata que há um propósito que as perpassa: a promoção dos interesses de seus membros. Deste modo, não há sentido algum em formar uma organização quando uma ação individual independente pode promover os interesses dos indivíduos tão bem ou melhor que uma organização. Por outro lado, quando um determinado grupo de indivíduos possui interesses comuns ou coletivos, a ação individual independente não poderá promover esses interesses adequadamente.

As organizações têm a tarefa de prover benefícios comuns ou coletivos aos seus membros. Os benefícios comuns são usualmente chamados de benefícios públicos (OLSON, 1999). Um benefício público ou comum, é aquele que, se for consumido por uma pessoa X_i em um grupo $X_1, \dots, X_i, \dots, X_n$, não pode ser negado a nenhum dos demais membros desse grupo. O fornecimento de bens públicos é

6. Hardin (1968) utiliza o dilema da ação coletiva da tragédia dos comuns, que hipotetiza a seguinte situação: um pasto compartilhado entre pastores, que possuem um determinado número de animais, e observam que parte da pastagem não é consumida. Assim, cada um passa a colocar mais animais dentro da área coletiva. Contudo, em algum momento o aumento do uso do pasto excederá sua capacidade de prover alimento para os animais, devido a superexploração do recurso. Outro dilema de ação coletiva muito conhecido é o do prisioneiro, em que "(...) dois prisioneiros suspeitos de um crime violento são mantidos em celas diferentes, e a cada um é oferecido o seguinte acordo pelo promotor: Se você confessar e o outro prisioneiro não o fizer, você será libertado; se o outro prisioneiro também confessar, você receberá uma sentença moderada. Se nenhum de vocês confessar, vocês receberão sentença menor do que se ambos confessarem; se o outro confessar, mas você não, você receberá a sentença máxima" (TSEBELIS, 1998, p. 69). Os dois dilemas ilustram uma contradição entre racionalidade individual e racionalidade coletiva que dificulta a cooperação entre os indivíduos.

caracteristicamente institucional, já que os benefícios não-coletivos comuns sempre podem ser alcançados a partir da ação individual.

O processo de aquisição de um bem público, que ocorre a partir da ação coletiva empreendida pelos membros da instituição, traz consigo uma contradição entre racionalidade individual e racionalidade coletiva. Embora todos os membros de uma instituição tenham o interesse comum em alcançar o benefício coletivo, eles não têm nenhum interesse comum em pagar o custo do provimento do mesmo. A resolução dos dilemas de ação coletiva se daria mediante a atuação de um interventor externo que estimularia os indivíduos racionais a agirem de forma coletiva (OLSON, 1999).

Ostrom (1998) constata, empiricamente, que os indivíduos se ocupam sistematicamente de ações coletivas para prover bens públicos ou administrar recursos comuns sem uma autoridade externa que ofereça incentivos ou imponha sanções. Deste modo, o modelo teórico construído da autora se contrapõe à proposta de Olson (1999), ao ressaltar que normas, reciprocidade e confiança possibilitam a superação dos dilemas de ação coletiva sem a necessidade de incentivos ou sanções externas ao grupo.

Hardin tem sido criticado por confundir acesso livre com propriedade comum, em que o acesso e uso de recursos naturais são regulados por regras e normas sociais (KLINK, 1992; CUNHA, 2004). Elinor Ostrom⁷, vencedora do Prêmio Nobel de Economia de 2009, notabilizou-se por demonstrar empiricamente que as propriedades comuns, com áreas de floresta e estoques pesqueiros, eram geridas com sucesso pelos próprios usuários, refutando, assim, a tradicional tese de que a gestão dos recursos naturais deve ser externa ou privada.

7. Ver Ostrom (1990, 1994, 1998).

A apropriação de recursos naturais e os conflitos socioambientais decorrentes desse processo constituem temas importantes para a ecologia política enquanto disciplina e campo de pesquisa. A literatura nos mostra que: (1) a análise dos programas governamentais e dos conflitos referentes à apropriação coletiva de recursos naturais (MEDEIROS, 1996; KLINK, 1992), (2) a problematização da perda da biodiversidade (GÖRG; BRAND, 2000) e sua relação com biotecnologias agrícolas e desaparecimento das populações tradicionais (GARI, 2000; BELMONTE, 2004) e (3) a identificação dos conflitos a partir da análise dos atores sociais envolvidos (LITTLE, 2006), são temas recorrentes.

Para os ecologistas políticos normativos, os problemas ambientais constituem um dos fatores que podem explicar a origem de formas de cooperação internacional e de regulação global que não abrangem todos os atores sociais e muitas vezes manifestam relações de poder assimétricas. Ações internacionais de proteção ao meio ambiente, por exemplo, têm sido implementadas para combater o tráfico internacional de animais e espécies vegetais silvestres em vias de extinção, proteger a camada de ozônio, dentre outras. (GÖRG; BRAND, 2000).

A luta pela manutenção da biodiversidade, para esses autores (GARI, 2000; GÖRG; BRAND, 2000; BELMONTE, 2004), constitui-se um dos problemas ambientais mais importantes da atualidade e as novas dimensões dos conflitos socioambientais são marcados pelos novos desenvolvimentos técnicos (biogenéticos) para a apropriação dos recursos naturais, o que leva a uma nova forma de biopolítica, orientada pelo controle e apropriação dos recursos, que tende a beneficiar os países ricos.

Para Belmonte (2004), as novas biotecnologias agrícolas estão supondo, na prática, o desaparecimento do camponês, das pequenas e médias empresas de sementes e das empresas tradicionais dedicadas ao processamento de alimentos. A biotecnologia está presente na agricultura há certo tempo. Contudo, as novas biotecnologias modificaram os protagonistas históricos do processo (camponeses, pecuaristas e

artesãos na área de alimentos), agora os laboratórios e empresas transnacionais são os maiores beneficiários⁸.

Na tentativa de empreender um esforço teórico, Gari (2000) propõe a ecologia política da biodiversidade (que compreenderia a riqueza da vida sobre a terra, incluindo ecossistemas, espécies e a base genética), para auxiliar na exploração das conexões entre os regimes de biodiversidade e as lutas pela justiça social. As argumentações do autor se pautam na constatação de que os regimes locais de biodiversidade não fazem parte dos mecanismos convencionais de conservação ambiental e dos direitos de propriedade biotecnológica, corroendo o bem estar ecológico, social e cultural de muitas comunidades rurais⁹.

Os pesquisadores ligados à ecologia política normativa levantam questões pertinentes sobre a produção, uso e controle de novas biotecnologias, contudo não as problematizam a fim de identificar os processos sociais que as engendraram, pelo contrário, partem do pressuposto de que as comunidades tradicionais são as mais preparadas para regular o acesso e uso de recursos naturais. As conclusões propostas não são de todo errôneas, mas são frágeis à medida que a intenção principal é alterar práticas políticas e econômicas em defesa do ambientalismo.

Os conflitos socioambientais estão associados especialmente ao controle dos recursos naturais. Portanto, a identificação desses conflitos requer a análise dos principais atores sociais envolvidos e a incorporação dos grupos sociais marginalizados, a partir de uma etnografia que não deve ser meramente descritiva. A diferença entre a etnografia

8. Segundo Belmonte (2004), as maiores empresas da agroindústria são sediadas em países ricos: os Estados Unidos possui 17, o Reino Unido 7, a Suíça 7, a Alemanha 3, o Japão 3 e o México 1.

9. Para Gari (2000), os sistemas globais de conservação de biodiversidade segregam ao: (1) ignorar a dimensão humana da biodiversidade que revela os processos de conservação e uso da biodiversidade entre povos indígenas; (2) conservar a biodiversidade sem atender a sua importância nos sistemas de vida; (3) facilitar o fornecimento de recursos genéticos a elites científicas globais, excluindo as bases rurais na gestão dos recursos naturais; (4) descontextualizar a biodiversidade; (5) sugerir que as populações tradicionais não podem ser responsáveis pela conservação da biodiversidade.

dos conflitos socioambientais da etnografia tradicional reside em quatro aspectos: (1) foco na análise dos conflitos socioambientais e nas múltiplas interações sociais e naturais relativas a estes; (2) trata-se de uma análise de diferentes grupos simultaneamente; (3) avaliar os diferentes níveis de articulação do grupo social local; (4) o ambiente físico é fundamental (LITTLE, 2006).

O material etnográfico, deste modo, precisa identificar os diferentes discursos em choque e suas respectivas bases de legitimidade cultural e política. “Em conflitos socioambientais, a agência humana e natural deve ser analisada na sua interação para compreender melhor a dinâmica do conflito” (LITTLE, 2006, p. 94). A análise das inter-relações é fundamental porque os grupos locais, por exemplo, podem receber apoio de atores sociais regionais, nacionais ou internacionais para promover seus interesses.

Box 2 – Conflitos socioambientais: o caso das quebradeiras de coco babaçu

Ao analisar o caso das quebradeiras de coco babaçu, Medeiros (1996) assinala que, na década de 1970, as políticas e programas governamentais voltados para a modernização da agricultura e de povoamento se tornaram vetores de conflitos associados à apropriação de recursos naturais. Nos Estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará, especialmente nas áreas de transição entre o semiárido nordestino e a Amazônia, os conflitos entre quebradeiras de coco, que dependem da extração e comercialização do coco babaçu e da pequena agricultura, e os grandes fazendeiros emergiram a partir da implementação de grandes projetos agropecuários na região.

Os programas de desenvolvimento brasileiros desenhados para modernizar e ampliar a produção agropecuária, com o objetivo de incorporar o interior do país à economia nacional, afetaram irrever-

sivelmente a estrutura agrária e, conseqüentemente, a organização da pequena produção agrícola, pecuária e extrativista. Os governos militares mantiveram uma política de estímulo à ocupação e desenvolvimento da região Centro-Norte, geopoliticamente nomeada de Amazônia Legal, e considerada, pelos poderes públicos, desabitada.

Nas áreas de coleta do coco babaçu, os programas de estímulo à atividade pecuária e à agricultura patronal, fomentados pelos governos estaduais e federais, levaram à expropriação (por meios legais e não legais) das terras dos pequenos produtores; o cercamento e/ou derrubada das palmeiras, o que impediu o trabalho de coleta do coco babaçu; e a transformação das relações de produção, de modo que alguns proprietários passaram a cobrar taxas ou exigir a preferência de compra do babaçu coletado, tornando-se atravessadores.

A estratégia principal adotada pelas quebradeiras de coco babaçu para superar as dificuldades vivenciadas foi a cooperação, materializada na criação de associações de quebradeiras e do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Em alguns casos, as associações organizaram cooperativas para realizarem a comercialização de amêndoas de babaçu e, assim, evitarem os atravessadores, que muitas vezes são os proprietários das terras. Outra conquista resultante da criação do MIQCB foi a politização da definição quebradeiras de coco.

Os conflitos associados à apropriação de recursos naturais, direta ou indiretamente, têm como cerne as relações de poder entre atores e grupos sociais que buscam legitimar seus projetos. Para a realização de estudos que procurem ir a fundo na compreensão dos processos de mudanças socioambientais, é indispensável trazer à baila a noção de poder enquanto elemento analítico capaz de mapear e explicar as assimetrias constituintes dos embates entre os diferentes atores sociais que acessam e usam recursos naturais.

2.2.2 Poder e mudanças socioambientais

Críticas feitas à ecologia política como um todo e à crescente importância das questões ambientais nas lutas sociais, debates políticos e nas pesquisas que enfatizam amplamente as diferentes relações de poder nas interações entre grupos humanos e seus ambientes biofísicos motivaram sérias reflexões sobre os conceitos e métodos da disciplina. Na tentativa de trabalhar estritamente com política, economia e questões ecológicas têm-se procurado olhar para além da comunidade local, a fim de explicar o uso dos recursos naturais, a dinâmica do poder presente nas interações cotidianas e nos espaços políticos formais, nas práticas de grupos sociais diferenciados pela raça, etnia ou gênero (GEZON; PAULSON, 2004).

Nesse sentido, não basta analisar as dinâmicas locais, apesar de sua importância. É preciso introduzir o conceito de poder para se compreender satisfatoriamente os processos de mudança ambiental (GREENBERG, 1994). Portanto, o estudo das relações entre sociedade e natureza não pode ser apenas uma reflexão particular e romântica, mas uma reflexão que trate o poder enquanto mediador dessas complexas relações (ALIMONDA, 2007).

Ao enfatizar a análise dos processos de tomada de decisão e o contexto social, político e econômico que moldam políticas e práticas ambientais, a ecologia política volta sua atenção para a distribuição e controle dos recursos naturais. Em termos metodológicos, focaliza e mapeia as fontes de oposição política aos projetos de modificação da apropriação dos recursos naturais, e considera que os recursos naturais são construídos e não dados (CUNHA, 2004).

Partindo da premissa de que a mudança ambiental e as condições ecológicas são produto de processos políticos, a ecologia política une três suposições fundamentais: (1) a ideia de que os custos e benefícios associados com mudanças ambientais são distribuídos desigualmente entre a maioria dos atores, (2) reforçando ou reduzindo a desigualdade

social e econômica existente e, por fim, (3) as implicações políticas relacionadas às alterações sofridas pelos atores sociais mais afetados com as transformações ambientais (BRYANT; BAILEY, 1997).

Os debates contínuos permitiram à ecologia política realizar uma integração balanceada entre as questões ecológicas e as dimensões políticas dos temas sobre o meio ambiente. Até pouco tempo, muitos ecologistas políticos enfatizavam só uma destas dimensões. Esse desenvolvimento teórico e metodológico permitiu, ainda, a incorporação das escalas sociais e ecológicas e seus efeitos sobre os problemas ambientais (ZIMMERER; BASSETT, 2003).

O controle político e econômico é um processo, nunca é completo e sempre está em mudança, seja no contexto das ideologias ou nas práticas cotidianas de poder. Apesar da força avassaladora das instituições financeiras internacionais e dos regimes de investimento de capital, as previsões de dominação global nem sempre resultam em formas esperadas de controle político, econômico e em mudanças culturais, como alguns ecologistas políticos associados aos movimentos ambientalistas afirmam (GEZON, 2004).

Apesar dos esforços em incorporar as relações de poder nas análises, a maneira como a ecologia política problematiza o conceito o torna abstrato, não fica explícito quem são os atores sociais que, a partir de suas práticas sociais e ambientais, estão ligados aos conflitos e processos de mudança ambiental. Os pesquisadores se referem a segmentos da sociedade, como é o caso dos grandes produtores e de populações tradicionais ou locais, mas não os apresentam, no sentido de destacar quem são os indivíduos que compõem o grupo, as relações de interdependência e quais as tensões internas que desencadeiam mudanças nas estratégias de apropriação dos recursos naturais.

2.2.3 As relações de poder em diferentes níveis de agregação

O olhar para o local e suas relações com o global, a fim de compreender os conflitos e os processos de mudança ambiental, abriu caminho para uma ecologia política de escalas ou ecologia política multiescalar¹⁰, que trata das variações sociais e biofísicas em diferentes níveis de agregação (local, regional, nacional e global). A ecologia política de escalas deve ser socialmente construída, relacional e contingente para realçar as faces das relações de poder (NEUMANN, 2009) e dos conflitos oriundos da apropriação de recursos naturais.

A ecologia política trabalha com escalas para compreender as relações de poder que se configuram em nível local, regional, nacional ou global, e a centralidade e inseparabilidade em relação aos processos biofísicos. Estas condições são significativas porque incorporam o social e o ecológico, o material e a dinâmica simbólica, o espacial e o temporal que coletivamente constituem o foco analítico da ecologia política (NEUMANN, 2009).

Segundo Vanwey, Ostrom e Meretsky (2009), as abordagens multiescalares tratam de:

- ◆ Como as características dos indivíduos afetam as decisões sobre o uso dos recursos naturais? E como afetam o manejo individual ou coletivo da terra?
- ◆ Como as políticas regionais e nacionais, os padrões culturais e as forças sociais articulam os aspectos individuais e decisões sobre o uso dos recursos naturais?

10. O termo multiescalar possui variações devido à natureza interdisciplinar do conceito de escalas: “As escalas de interesse social variam entre os níveis do indivíduo, das unidades domésticas, das comunidades, do estado e internacional. As escalas de interesse ecológico, entretanto, podem ser as de indivíduo, de população, ecossistemas ou planetária (...). Para complicar ainda mais, tanto as escalas sociais como as ecológicas mostram dimensões temporais diversas. Diferentes processos sociais são mais evidentes entre um ano e outro do que entre décadas ou séculos. A história ecológica é afetada tanto pela história humana como pelas diferentes formas de perturbação que podem ocorrer em períodos muito diferentes: os incêndios florestais, as glaciações, a deriva de continentes” (VANWEY; OSTROM; MERETSKY, 2009, p. 72).

- ◆ Como as políticas e as condições sociais e ambientais locais mediam as relações entre os aspectos individuais e as decisões sobre o uso dos recursos naturais?

O uso das escalas nas pesquisas orientadas pela ecologia política permite a incorporação de variáveis analíticas fundamentais para a compreensão de como relações políticas e econômicas (poder) definem e redefinem aspectos locais e internacionais e são vetores de mudanças socioambientais. No entanto, a adoção das escalas requer alguns cuidados referentes ao papel das relações de interdependências entre os atores e grupos sociais que engendram os processos de mudanças ambientais.

Muitos estudos em ecologia política têm incorporado o uso das escalas para compreender as transformações locais decorrentes do estabelecimento de atividades agrícolas ou de mineração, orientadas por estratégias nacionais e internacionais de exploração de recursos naturais que fragilizam economicamente e culturalmente as populações locais (GEZON, 2004; HORNBORG, 2004; PAULSON, 2004; STEVENS, 2004). O mapeamento das estruturas de poder realizado pelos pesquisadores dá conta da realidade, mas não permite o entendimento das inter-relações entre os diferentes grupos sociais.

O método adotado para mapear os indivíduos inseridos num determinado espaço (local, regional ou nacional) pauta-se em técnicas estatísticas que isolam os grupos sociais para que sejam feitas a caracterização da organização social, econômica e cultural, e a avaliação da distribuição de poder. Na sociologia, essa separação deve ser temporária, como sugerem Elias e Scotson (2000), porque todos os aspectos de uma figuração social só existem enquanto tais em virtude da posição e função que possuem nela.

Box 3 – O local e o global no caso da exploração de minério de ferro na Serra de Carajás

Bunker (2007a), mediante estudos sobre a exploração de minérios na Serra de Carajás – que redefiniu práticas globais devido à possibilidade de produção em grande escala, da topografia e da geografia favoráveis ao escoamento da produção –, na Amazônia brasileira, ressalta que incorporar o local ao global coerentemente é um grande desafio e sugere que ao invés de buscar o local no global é mais importante procurar os modos pelos quais o local pode organizar o sistema mundial.

Para a construção da mina de Carajás, o Brasil realizou o maior empréstimo internacional da história da mineração, e parte do dinheiro foi utilizado na construção da ferrovia e do porto. O escoamento do minério de ferro pelo rio Tocantins, 150 km a leste da mina, foi descartada pela CVRD, sob influência japonesa e da União Europeia, porque o porto fluvial de Belém (PA) só acomodava navios de 40 e 60 mil toneladas ao passo que o porto de São Luís (MA) acomodava navios de mais de 400 mil toneladas, o que justificou a construção de 890 km de estrada de ferro pela floresta.

O processo de exploração de minério de ferro em Carajás implicou profundas mudanças ambientais devido à instalação da infraestrutura para a extração, processamento e transporte do minério de ferro, e mudanças socioeconômicas ligadas à chegada de trabalhadores e migrantes em busca de oportunidades. As maiores tensões ocorriam entre os proprietários de terras, agricultores familiares, coletores de castanha-do-pará, índios e a CVRD.

Trazendo as ponderações de Elias e Scotson (2000) para a ecologia política, significa dizer que a análise de conflitos e de mudanças

ambientais a partir do uso de escalas, não pode se restringir ao mapeamento dos atores sociais envolvidos e das relações assimétricas de poder entre os diferentes níveis, muito menos a uma avaliação sempre negativa das interferências externas, que em alguns casos contribuem para a resolução de conflitos.

2.3 A SOCIOLOGIA FIGURACIONAL

Em contraposição às orientações nominalistas da sociologia, Elias (2001) propõe a investigação de como as formas sociais enquanto figurações de indivíduos interdependentes preparam o caminho para uma sociologia realista. Nessa proposta, os indivíduos¹¹ não são apresentados como seres totalmente fechados em si mesmos, mas interdependentes, compondo figurações que podem ser observadas e comprovadas empiricamente, podendo, assim, precisar o nascimento e desenvolvimento de figurações específicas.

O conceito de figuração expressa claramente e inequivocamente o que chamamos de sociedade, ao expressar as redes de interdependência que ligam e tornam os seres humanos mutuamente orientados (ELIAS, 1994), servindo “portanto de simples instrumento conceptual que têm em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o «indivíduo» e a «sociedade» fossem antagônicos e diferentes” (ELIAS, 2005, p. 141).

Em termos analíticos, o estudo de uma figuração não pode ser dissociado das categorias de interdependência, função¹² e coerção, e centra-se na compreensão dos condicionamentos que os seres humanos

11. Para Elias (2005, p. 136), “o conceito de indivíduo se refere a pessoas interdependentes, e o conceito de sociedade a pessoas interdependentes no plural”.

12. Para Elias (2005), o conceito de função deve ser compreendido como um conceito de relação, pois só podemos falar em função quando falamos de interdependências que constroem pessoas, umas mais e outras menos.

estabelecem mutuamente e nas transformações que sofrem, individualmente ou em grupo, devido ao aumento ou à redução de suas interdependências e às variações de poder (QUINTANEIRO, 2006).

Uma figuração social representa uma teia de inter-relações que se aplica:

(...) tanto a grupos relativamente pequenos como sociedades constituídas por milhares ou milhões de pessoas interdependentes. Professores e alunos numa aula, médico e doentes num grupo terapêutico, clientes habituais num bar, crianças num infantário – todos eles constituem configurações relativamente compreensíveis. (ELIAS, 2005, p. 143).

A apreensão das figurações sociais exige um raciocínio que não se paute em individualidades ligadas umas às outras, mas em termos de relações variáveis entre as posições definidas pelas relações estabelecidas entre indivíduos e/ou grupos de indivíduos:

Pensar em termos de configuração é, ao mesmo tempo, complexificar o modelo da dominação, não mais concebido como uma ação exercida do exterior e em uma só direção, por um objeto sobre um outro objeto: somente há ação eficaz no interior de uma mesma configuração, que restringe – mesmo que de maneira desigual – não somente os fracos, mas também os poderosos, os escravos e seus mestres (...), os inferiores e os superiores, os marginais [outsiders] e os estabelecidos que se constroem como tais, estigmatizando-os, os cortesãos tolhidos pela etiqueta e o soberano obrigado a fazer que ela seja respeitada (HEINICH, 2001, p. 125).

Os processos de mudança numa figuração, por seu turno, são explicados a partir de modelos abrangentes que mapeiem, temporal e

especialmente, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais de um grupo ou sociedade, permitindo, assim, a compreensão das relações de interdependência existentes entre os diferentes grupos sociais e no interior destes. A descoberta das interdependências, portanto, são fundamentais para a reprodução da identidade, da singularidade e da diferenciação de todos os indivíduos que formam a figuração (ELIAS, 2001).

O declínio e a ascensão de um grupo social dentro da figuração são determinados pelas correlações de forças produzidas pelas relações de interdependências entre os diferentes grupos sociais e no interior destes. Quando o balanço de tensões da figuração de indivíduos é alterado, devido às tensões e aos conflitos entre os grupos sociais e entre os membros do grupo, ocorre uma movimentação no interior da figuração (ELIAS, 2001), marcada pela redefinição das posições sociais e dos projetos políticos e econômicos.

Neste sentido, as formas de dominação são resultantes de lutas sociais que estabilizam, por um determinado momento, a distribuição de poder (ELIAS, 2001). Apesar da dominação consolidar um modo de partilha do poder, ainda assim haverá um equilíbrio instável de tensões enquanto existir uma interdependência funcional entre as pessoas, mesmo que as diferenças de poder sejam grandes, porque o poder não é como amuleto, que um indivíduo possui e outro não, é intrínseco às relações humanas, todas elas (ELIAS 2005).

Para esse trabalho, o conceito de figuração contribuirá para a análise das ações de grupos que interagem por meio de discursos e estratégias a fim de legitimar e institucionalizar processos de regulação, acesso e uso de recursos naturais, porque permite distinguir dois tipos de interdependência, uma que liga os membros do grupo e articula suas ações e outra que conecta todos os grupos envolvidos na tentativa de apropriação dos recursos naturais.

2.4 ANÁLISE DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO

Ao trazer para o debate os processos de territorialização, seria insensato não fazer ao menos uma breve discussão sobre o conceito de território que vem sendo amplamente utilizado não só pela geografia, mas também pela antropologia e ciências políticas (HAESBAERT, 2007). Acrescentaria a essas a sociologia, a economia e o próprio Estado brasileiro, que, a partir da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), deu ao conceito uma nova roupagem, procurando associar o território a uma identidade e estratégias produtivas específicas.

Um resgate histórico do conceito de território nos leva a dois referenciais teóricos principais: (1) o binômio materialismo e idealismo que se vincula a uma visão totalizante e parcial em relação ao vínculo sociedade-natureza e às dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais; e (2) à historicidade que, em sua abrangência histórica qualquer sociedade está circunscrita a períodos ou grupos sociais, ou em seu caráter relacional (HAESBAERT, 2007). A partir dessas conceituações foi sendo pensada a territorialização.

Na geografia, a territorialização é uma realidade produzida pelas relações de classes e o lugar social, criando e recriando possibilidades de conquista de parte do território (FERNANDES, 1999), à criação de uma agência de recursos materiais e simbólicos capazes de estruturar as práticas de existência de um coletivo social e de informá-lo sobre sua própria identidade (LÉVY; LUSSAULT, 2003). Há também discussões sobre desterritorialização, ou seja, processos de exclusão social e socioespacial (HAESBAERT, 2007).

A desterritorialização representaria o desaparecimento de territórios em virtude de tragédias naturais ou de disputas entre grupos sociais ou com o Estado, para a redefinição das atividades de um território que termina por deslocar a população. A definição carrega aspectos culturais (local de nascimento, local onde os pais foram enterrados etc), que, para a geografia, são apreendidos a partir das concepções de

lugar e da paisagem. Se tratarmos a territorialização como um conceito dinâmico e contínuo, essas mudanças se configuram como processos de territorialização, e não de desterritorialização.

Nas ciências sociais brasileira, a antropologia, talvez por estudar populações tradicionais que procuram se (re)estabelecer territorialmente, saiu na dianteira do debate. Para Oliveira (1998), o indigenismo e a ação indigenista são formas de territorialização que não podem ser explicadas:

(...) por argumentos e evidências etnohistóricas, nem se reporta apenas às instituições e costumes tradicionais daqueles que sobre ela exercem a sua posse. Seu delineamento ocorre em circunstâncias contemporâneas e concretas, cuja significação precisa ser referida a um quadro sempre relativo de forças e pressões adversas, contrabalançadas por reconhecimento de direitos e suporte político, não correspondendo de modo algum à livre e espontânea expressão da vontade dos membros dessa coletividade. Ademais tal manifestação jamais terá um caráter estático e final, modificando-se segundo os contextos históricos e as conjunturas políticas locais, variando inclusive em suas afirmações internas e de acordo com os diferentes projetos étnicos ali desenvolvidos. (OLIVEIRA, 1998, p. 9)

A definição de Oliveira (1998) é abrangente e se pauta no caráter dinâmico e relacional dos processos sociais que envolvem a institucionalização de áreas indígenas. Por sua vez, Almeida (2004) pensa a territorialização enquanto capacidade de organização de grupos sociais em torno de discursos que institucionalizam demandas – como os seringueiros, as quebradeiras de coco babaçu e as comunidades quilombolas –, e volta seu olhar para o reconhecimento de direitos contestados historicamente e para a habilidade de organização política de grupos sociais em torno de territórios (terra), recursos naturais ou questões étnicas.

Uma característica marcante das proposições antropológicas é a ideia de exclusividade do território para um grupo social que muitas vezes se redefine (quilombolas, quebradeiras de coco, ribeirinhos) a fim de construir identidades específicas junto aos territórios em formação, o que não desmerece os trabalhos, que reconhecem as disputas entre os diferentes grupos sociais pela apropriação dos recursos naturais. Contudo, alguns pesquisadores pecam por acreditarem que não existem tensões dentro do grupo social e que o processo de territorialização termina quando ocorre a aquisição do benefício coletivo (a terra, o rio, os babaquais).

Para não restringir a territorialização à ocupação social do espaço, como fazem Mejia e Moreira (2005), a definição de território adotado incorpora as contribuições de Suertegaray (2001), que vincula ao território a ideia de poder, expressa na apropriação do espaço e seus recursos e na “coexistência de grupos, por vezes num mesmo espaço físico em tempos diferentes” (SUERTEGARAY, 2001, p. 6). Portanto, o território é um espaço de disputas entre projetos territoriais que procuram institucionalizar modelos de apropriação do espaço e de seus recursos naturais dentro de uma figuração social particular, refutando, assim, a tese de que o território é um espaço exclusivo dos grupos sociais locais há muito estabelecidos e de seu uso político pelas Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos ambientalistas e órgãos públicos.

Os projetos territoriais são fundamentalmente políticos, porque envolvem atores sociais e instituições que podem defender interesses divergentes e que são orientados por uma atividade econômica dominante que articula outras atividades, atores sociais e ambientes. Sua análise parte de três dimensões: (1) uma relativa às intencionalidades dos atores sociais, que é apresentada na fala dos envolvidos; (2) uma que se refere ao grau de institucionalização dos projetos, percebido no grau de formalização de modelos e estratégias de apropriação dos recursos naturais; e (3) uma dimensão relativa aos diferenciais de legitimação

apresentados entre os projetos, referente aos esforços discursivos que dão sentido às intencionalidades.

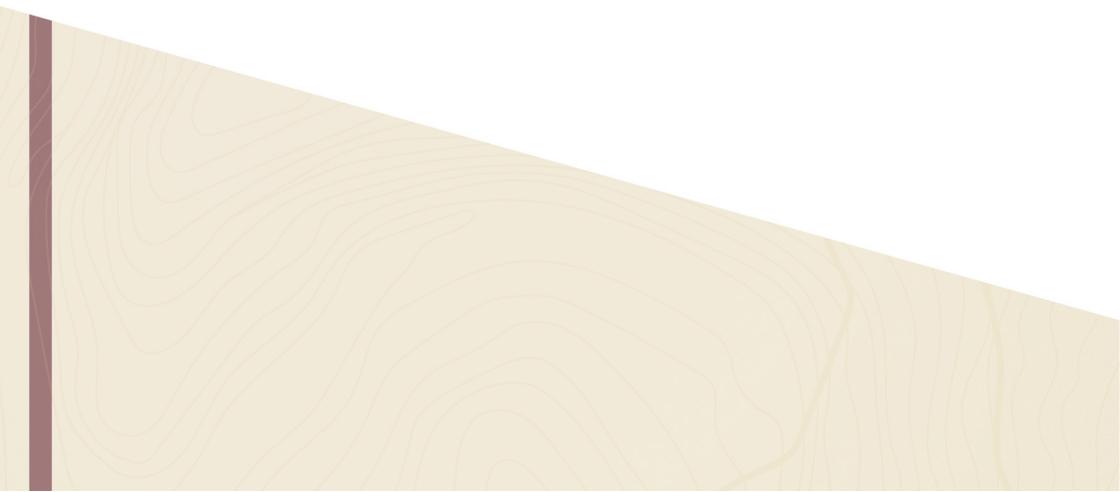
A dimensão institucional pode se referir a um projeto territorial com alto grau de institucionalização, formalmente estabelecido pela legislação vigente, e projetos territoriais com baixo grau de institucionalização. A dimensão de legitimação também pode se referir a projetos territoriais com alto e baixo grau de legitimação, que se diferem através das possibilidades de justificativa discursiva das intencionalidades. Na esfera da legitimação, os discursos podem ser modificados ao longo do tempo, porque refletem disputas de poder entre grupos sociais.

Deste modo, os processos de territorialização são o resultado das tensões entre os diferentes projetos territoriais e estão relacionados às:

(...) transformações, numa da figuração social, nas formas de controle exercidas sobre recursos e na organização do espaço, que é permanentemente estruturado, desestruturado e reestruturado pelas práticas de grupos sociais interdependentes, ligados uns aos outros pela rede de interesses e tensões que caracterizam as figurações sociais. Essa visão dos processos de territorialização abarca as estratégias de produção do espaço, de reprodução social e os exercícios de dominação, que informam também os processos de mudança ambiental. (CUNHA; SILVA; NUNES, 2008, p. 86).

Os processos de territorialização e de mudança ambiental são equivalentes, pois refletem transformações nas relações entre sociedade e natureza. A diferença é que os processos de territorialização se centram no entrelaçamento das práticas dos atores sociais e seus efeitos sobre o espaço, enquanto os processos de mudança ambiental focalizam as transformações ambientais provocadas pelas práticas dos atores sociais (CUNHA; SILVA; NUNES, 2008).

As origens dos processos de territorialização remetem aos conflitos, às contradições e aos consensos entre os grupos sociais e seus respectivos projetos territoriais, que representam um paralelo entre diferentes poderes e estratégias de gestão. Entretanto, para a compreensão destes, é necessário tratar as formas de acesso e uso dos recursos naturais enquanto parte dos processos de conversão de atores sociais (trabalhadores rurais em agriculturas familiares, por exemplo). Não é possível compreender os processos de territorialização sem levar em consideração as dinâmicas constituintes do espaço.



ESTABELECIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA SOJA NO BRASIL: DO ESTADO AO CAPITAL PRIVADO

O estabelecimento do cultivo da soja no Brasil e seu rápido avanço pelo território nacional, por um lado, apresentou a fragilidade da infraestrutura do país, e, por outro, engendrou conflitos pela posse da terra e uso dos recursos naturais, migração regional e mudanças ambientais. Como as transformações de ordem econômica, social e ambiental foram muito expressivas, a quantidade de estudos propostos para entendê-las seguiu o mesmo caminho. Dentre as disciplinas que se debruçaram sobre a problemática, destacam-se: a agronomia, a economia, a sociologia, a antropologia, a geografia e a história.

A proposta do capítulo, portanto, é problematizar a literatura que trata do estabelecimento da soja no Brasil e sua expansão pelo território nacional, sem enfatizar as políticas e programas governamentais, discutidas no capítulo I, mas ressaltando duas questões fundamentais: (1) como o tema vem sendo abordado e quais as principais questões apresentadas, de modo a identificar os eixos centrais da discussão, o que permitirá (2) a análise do projeto territorial da soja no sentido de mapear as estratégias que envolveram os atores e instituições responsáveis pelo desenvolvimento da atividade sojícola, e as mudanças nesse projeto em virtude da reestruturação das estratégias produtivas e comerciais.

Há uma gama de questões levantadas pela literatura que não serão totalmente expostas para não fugir do objetivo central do trabalho, mas uma questão perpassa transversalmente todos os debates acadêmicos:

a atuação do Estado, a partir de políticas e programas de colonização, da oferta de crédito subsidiado e do fomento à pesquisa agropecuária (KASTER e BONATO, 1981; BERTRAND; LAURENT; LECLERCQ, 1987; GIORDANO, 1999; BICKEL, 2003; ZANCOPE; NASSER, 2005; ALVES, 2006; DALLAGNOL, 2007; LIMA; MAY, 2008; FERREIRA, 2008).

É possível fazer um recorte analítico entre os trabalhos conservadores, para os quais o boom da soja representa a nova glória da agricultura brasileira (BERTRAND; LAURENT; LECLERCQ, 1987), a agricultura que deu certo no Brasil (ZANCOPE; NASSER, 2005), e o papel do complexo da soja na geração de emprego e renda (ROESSING; LAZZAROTTO, 2004). Os trabalhos mais críticos, por sua vez, destacam os impactos da institucionalização da soja transgênica (CASTRO, 2006); os impactos sociais e ambientais da atividade sojícola (SCHLESINGER, 2006; ANDRADE, 2008), e que o recente avanço da soja representa uma reciclagem do latifúndio e a privatização dos recursos naturais (MELLO, 2006).

A estruturação da discussão partirá da problematização das condições que permitiram o estabelecimento da sojicultura no Brasil, a institucionalização da soja transgênica e a importância da oleaginosa no agronegócio, o que possibilitará o entendimento da atuação dos atores e instituições na defesa do projeto territorial da soja, atendo-se à expansão e consolidação da sojicultura no Cerrado e na Amazônia, para mostrar as estratégias produtivas e comerciais, assim como as mudanças socioambientais causadas nos biomas, enfatizando a cidade de Balsas, no Sul do Maranhão.

3.1 PRIMEIROS CULTIVOS E O AVANÇO DA SOJICULTURA NO BRASIL

Em sua origem, a soja era uma planta rasteira que habitava a costa Leste da Ásia, especialmente a região Norte da China. Sua evolução é decorrente de cruzamentos naturais entre espécies de soja selvagem,

domesticadas e melhoradas por cientistas chineses. No Brasil, o primeiro relato de cultivo da soja data de 1882, quando Gustavo D'Utra realizou, na Bahia, a primeira experiência, sem êxito (VERNETTI, 1977 apud KASTER; BONATO, 1981). O desenvolvimento da atividade sojícola brasileira ocorreu apenas quando os americanos iniciaram sua exploração comercial, como forrageira, a partir dos anos 1950 (DALLAGNOL *et al.*, 2007, p. 1).

As primeiras tentativas de cultivo da soja no Brasil não obtiveram êxito devido às dificuldades de adaptação de cultivares norte-americanas e, além disso, as pesquisas agropecuárias eram escassas e desarticuladas, e a agricultura brasileira dependia de técnicas tradicionais de cultivo. Em síntese, as condições internas não eram propícias para o estabelecimento da atividade sojícola no Brasil e não havia mercado. O aproveitamento da oleaginosa como forrageira nos Estados Unidos foi a pedra de toque para que os agricultores brasileiros, especialmente do Sul do país, passassem a se interessar pela cultura e intensificassem as experiências.

3.1.1 Estabelecimento da atividade sojícola no Brasil

Apesar das primeiras experiências datarem do final do século XIX, no Nordeste a soja só passou a ocupar lugar de destaque na agricultura brasileira a partir de 1950, momento em que o Estado do Rio Grande do Sul apresentou uma pequena produção e os Estados do Paraná e de São Paulo empreenderam algumas tentativas. A soja só passou a apresentar índices expressivos de produção na metade dos anos 1960. Na década de 1970, o crescimento da produção de soja anual beirou a taxa de 30% (KASTER; BONATO, 1981).

A elevada taxa de crescimento deveu-se aos seguintes fatores (KASTER; BONATO, 1981; DALLAGNOL, 2007):

- ◆ Condições favoráveis no mercado interno e externo;

- ◆ Estabelecimento da operação tatu, calagem e fertilização dos solos ácidos e inférteis, nos anos 1960;
- ◆ Incentivos fiscais aos produtores de trigo, nos anos 1960 e 1970;
- ◆ Possibilidade de mecanização de todas as fases de cultivo;
- ◆ Programas de crédito agrícola e a atuação de cooperativas;
- ◆ Apoio da pesquisa e da assistência técnica.

A partir de um levantamento histórico é possível periodizar o cultivo da soja no Brasil em três fases: infância, que vai da primeira tentativa de plantio, em 1882, até 1951, ano do lançamento do primeiro óleo comestível brasileiro; adolescência, que data de 1951 a 1973, quando é criada a EMBRAPA; e maturidade, que se inicia em 1973 e se mantém até os dias atuais, período em que a soja se torna um produto de exportação. Para estes autores, a sojicultura é a atividade agrícola brasileira de maior sucesso (ZANCOPÉ; NASSER, 2005).

A primeira cultura mecanizada do Brasil foi o trigo, e o primeiro agricultor a ser modernizado foi o imigrante europeu que se instalou na região Sul. Essas expressões são usadas para identificar as atividades agrícolas organizadas a partir de fundamentos técnicos e, assim, diferenciá-las das culturas tradicionais (café, cana-de-açúcar, algodão etc). À medida que a produção nacional de trigo era aprimorada, através de melhoramento genético, o governo viabilizava economicamente a sua produção.

O desenvolvimento da triticultura beneficiou demasiadamente o cultivo da soja. Tendo uma cultura de inverno, o trigo e os produtores rurais procuraram agora uma cultura de verão para amortizar os custos produtivos e atender a imposições do Banco do Brasil, seu maior financiador. O milho era considerado a cultura que poderia ser plantada no verão, mas o mercado não era favorável nos anos 1950. A soja era a única cultura de verão que preenchia os critérios de adaptabilidade ao trigo, em termos de equipamentos agrícolas e de rotação de culturas, formando, portanto, o binômio trigo-soja.

As razões para o sucesso da soja no Brasil devem-se às (1) externalidades, uma vez que o pioneirismo norte-americano transformou a soja numa atividade lucrativa e o interesse japonês no potencial do Cerrado; à (2) ciência e à tecnologia da soja, responsáveis pela adaptação de cultivares norte-americanas, superação do fotoperiodismo¹ e pelo desenvolvimento da indústria brasileira de máquinas agrícolas; ao (3) agricultor, os colonos gaúchos descendentes de europeus que se tornaram os novos bandeirantes; e à (4) base institucional, criação das cooperativas, do sistema nacional de crédito e da EMBRAPA (ZANCO-PÉ; NASSER, 2005).

O cultivo da soja avançou significativamente no Brasil no período de 1989 a 2005. Entre 1989 e 1995, houve um leve crescimento da sojicultura, a área plantada total passou de 11.551.400 ha para 11.678.700 ha, a produção total cresceu de 20.101.300 t para 25.934.100 t e o número de municípios que cultivam a oleaginosa aumentou de 815 para 889. Agora, se analisarmos o período de 1999 a 2005, veremos que as mudanças foram expressivas, a área plantada total avançou de 13.622.900 ha para 23.301.100 ha, a produção total cresceu de 32.890.000 t para 52.304.600 t e o número de municípios que cultivam a oleaginosa aumentou de 1.014 para 1.369 (CONAB, 2010).

Outro dado importante a ser avaliado é o avanço da soja sobre o território brasileiro e, especialmente, o crescimento da produção municipal. O Cerrado nordestino quase não aparecia entre as regiões produtoras de soja na safra de 1989/1990, com exceção do Oeste da Bahia e do município de Balsas no Sul do Maranhão. Na safra de 2004/2005, a região vivenciou um grande avanço da sojicultura com a incorporação de novas áreas ao cultivo, no Sul do Maranhão e do Piauí, e no extremo Oeste da Bahia, locais em que a soja se tornou a principal atividade agrícola.

1. O fotoperiodismo descreve os efeitos e adaptações das plantas ao fotoperíodo, que por sua vez consiste na duração do período de luz de um determinado lugar, dependendo da latitude e da estação do ano.

A expansão da soja entre 1989 e 2005 se deve à ampliação do mercado internacional, uma vez que grande parte da produção nacional é importada, e aos investimento do Estado em infraestrutura e em programas de fomento ao desenvolvimento de atividades agrícolas no Cerrado e Amazônia Legal (CONAB, 2010). Hoje, o Cerrado concentra os maiores produtores nacionais de soja e os municípios que mais colhem por safra, desbancando a região Sul, área tradicional de cultivo da oleaginosa.

3.1.2 Estratégias produtivas em áreas de fronteira agrícola

A dinâmica do desenvolvimento da agricultura no Cerrado e na Amazônia não se refere apenas a questões econômicas, mas possui relação com as dimensões política, social e cultural regionais. Partindo desse pressuposto, Fernández (2007) mostra-nos que a migração gaúcha para o Sul do Mato Grosso, por exemplo, não possui uma relação causal direta com a atividade sojícola. A aquisição das terras foi estimulada pelas políticas e programas de colonização do governo federal e, à medida que os gaúchos foram se estabelecendo, as condições produtivas se tornaram favoráveis ao cultivo da soja.

Para refutar a costumeira ideia de que a chegada dos gaúchos no Cerrado deu início à atividade sojícola, ou o contrário, Fernández (2007) analisa as condições em que ocorreu a migração de famílias de colonos para o Mato Grosso. Ao mapear a trajetória dos diferentes grupos, para identificar suas regiões de origem e as estratégias que definiram as áreas em que adquiriam terras no Estado, o autor observa que há um padrão corrente entre os colonos, venda da propriedade no Rio Grande do Sul e utilização dos recursos para comprar novas terras e iniciar o preparo do solo.

No Rio Grande do Sul, os efeitos da *operação tatu* – que consistia na prática de sulcar profundamente o solo para a aplicação de calcário e adubo, além de ter sido um grande estímulo estatal ao desenvolvimento

de atividades agrícolas modernas, orientadas pela mecanização e uso de corretivos, adubos, insumos e defensivos – e o consórcio entre o trigo (inverno) e a soja (verão), promoveram alterações na estrutura fundiária, concentração da terra e, conseqüentemente, a migração se tornou uma saída.

Os colonos gaúchos que migraram para o Mato Grosso, com a finalidade de ampliar suas atividades agrícolas, compraram as terras através de colonizadoras particulares ou de terceiros. As terras públicas e devolutas foram pouco requeridas pelos colonos, visto que parte dessas áreas já havia sido regularizada pelas colonizadoras, empresas e grileiros. O processo de regularização de terras devolutas era estimulado pelo governo do Estado, para atrair incentivos fiscais concedidos pelo governo federal às empresas que atuassem na Amazônia Legal. A expansão da soja no Cerrado em direção à Amazônia, portanto, foi um processo desencadeado pela relação entre concentração da posse da terra no Rio Grande do Sul, decorrente da modernização da agricultura, e das ações implementadas pelo governo federal (FERNÁNDEZ, 2007).

3.1.3 A institucionalização da soja transgênica

A partir dos anos 1990, o cultivo da soja no Brasil adquiriu importância econômica e política, em virtude do crescimento da demanda interna e externa. A Europa passou a demandar uma quantidade maior de soja para alimentação bovina – depois da crise da vaca louca do final da década de 1980² – porque os rebanhos não poderiam mais ser alimentados com restos de animais, responsáveis pela transmissão da doença; e, para a alimentação humana, muitos europeus substituíram o consumo de carnes pela proteína de soja (CASTRO, 2006).

2. Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), vulgarmente conhecida como doença da vaca louca, teve seu primeiro caso confirmado em 1986, na Europa (CASTRO, 2006). A doença não possui cura, é de difícil diagnóstico e pode ser transmitida aos seres humanos.

Associado ao crescimento da demanda europeia pela oleaginosa, seja para alimentação animal, seja para alimentação de seres humanos, tem-se a entrada da China no mercado consumidor internacional. Mesmo sendo um dos maiores produtores mundiais, a China se tornou um dos maiores importadores, visto que a soja é um dos principais alimentos da dieta da numerosa população (CASTRO, 2006; BICKEL, 2003). A junção dos fatores estimulou pesquisas no Brasil para o desenvolvimento de cultivares de soja mais resistentes e programas privados de engenharia genética que permitissem o aumento da produtividade.

As discussões internacionais sobre transgênicos ganham forma no ano de 1994, quando um acordo costurado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), conhecido como rodada do Uruguai, formalizou um novo modelo de proteção jurídica da propriedade intelectual, que orientava os países membros a adequarem suas legislações às novas regras e atribuía à OMC a responsabilidade de monitorar o seu cumprimento e, caso necessário, aplicar sanções aos países que desrespeitassem o acordo internacional.

A porta de entrada para as novas biotecnologias no Brasil foi a adequação de sua legislação nacional à rodada do Uruguai, mediante a sanção, em abril de 1997, da Lei 9.456, da Lei de Cultivares e Patentes (GARCIA, 2002), que abriu caminho para as empresas multinacionais de biotecnologia ampliarem suas atividades no país. A Lei 9.456 estabeleceu que as empresas poderiam desenvolver novos cultivares e poderiam registrá-las no MAPA e, assim, garantir os direitos comerciais do produto.

As implicações da liberação para o desenvolvimento de cultivares transgênicos de soja foram muitas. Segmentos organizados da sociedade civil, órgãos ambientais e de defesa do consumidor entraram na justiça, no final dos anos 1990, contra o plantio de grãos geneticamente modificados, porque não se sabia quais os impactos que poderiam ser causados na natureza, e contra a utilização destes grãos na produção de alimentos, como também contra o plantio. Além disso, o Movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) destruiu lavouras de soja transgênica no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

No início dos anos 2000, várias cidades brasileiras proibiram a produção e venda de produtos transgênicos. Belo Horizonte (MG) e Florianópolis (SC) aprovaram leis em 2000, exigindo a retirada imediata dos estabelecimentos comerciais de produtos feitos a partir de transgênicos. Em 2001, o prefeito de Porto Alegre (RS) sancionou a lei que exigia que todos os produtos elaborados com qualquer quantidade de material geneticamente modificado deveriam fornecer a informação no rótulo. Nos anos seguintes, outras cidades também elaboraram leis semelhantes.

A soja transgênica começou a ser plantada no Rio Grande do Sul, e do Estado vinham os principais argumentos em defesa do seu cultivo. Os agricultores defensores da soja transgênica assinalavam que a principal vantagem era a redução dos custos produtivos. A soja convencional necessitava de 3,75 kg de agroquímicos por hectare, ao passo que a soja transgênica requeria apenas 1,44 kg por hectare. Além disso, a soja transgênica representava um aumento da produtividade, porque não divide os nutrientes do solo com plantas daninhas.

Os argumentos contrários ao cultivo da soja transgênica se pautam no fato da produtividade da soja convencional ainda ser maior que a transgênica, por hectare plantado, e que estudos em Palmeira das Missões (RS) mostraram que o principal cultivar de soja transgênica, *Roundup Ready* (RR) da Monsanto, está produzindo super-ervas-daninhas, o que acaba aumentando o uso de herbicidas. Outro argumento contrário é que o cultivo de soja transgênica pode representar o desaparecimento da soja convencional devido ao contato com máquinas agrícolas utilizadas em lavouras transgênicas.

3.2 ATIVIDADE SOJÍCOLA E MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS NO CERRADO E NA AMAZÔNIA LEGAL

O Estado desempenhou papel fundamental para o estabelecimento e desenvolvimento da soja no Cerrado e na Amazônia (GIORDANO, 1999; BICKEL, 2003; FERREIRA, 2004; ALVES, 2006; DALL'AGNOL, 2007; LIMA e MAY, 2008; FERREIRA, 2008; ANDRADE, 2008) através de políticas de desenvolvimento agrícola e de programas de colonização. O PRODECER, por exemplo, promoveu o assentamento de agricultores considerados experientes do Sudeste e Sul do Brasil, para assegurar uma fonte alternativa de soja aos japoneses e modernizar a agricultura no Cerrado (SCHLESINGER, 2006).

Os investimentos governamentais em infraestrutura contribuíram para o desenvolvimento da sojicultura na região amazônica. A pavimentação da BR-163, no Pará, foi essencial para a expansão da soja a partir do Mato Grosso e do Maranhão. O baixo custo para o escoamento da produção de grãos do Mato Grosso, pelo Porto da Cargill, em Santarém (PA), e sua articulação com o Porto de Itacoatiara (AM), contribuiu para que grandes grupos compradores e processadores de grãos se instalassem na região Norte, estrategicamente na calha do rio Amazonas: ADM, Bunge, Cargill e Maggi (ARAÚJO *et al.*, 2008).

O Pará é um dos Estados brasileiros que vem apresentando maior crescimento do plantio de soja. Com o estabelecimento do terminal graneleiro da Cargill, em Santarém, as grandes empresas produtoras de grãos passaram a se interessar pelas terras do planalto santareno. A logística para o transporte da soja na Amazônia utiliza rodovias até Porto Velho e balsas, passando pelo Porto de Itacoatiara (AM) até o Porto de Santarém (PA). Esse sistema multimodal representa uma diminuição de 1.000 km em relação ao Porto de Paranaguá (PR).

O avanço da soja no planalto santareno representou um intenso processo de valorização das terras cultiváveis e a concentração de terras compradas ou griladas. Por outro lado, o cultivo da soja não represen-

tou um aumento do desmatamento, porque as áreas plantadas já eram utilizadas na atividade pecuária. Entretanto, a expulsão dos pequenos produtores de suas terras e a capitalização de madeireiros implicou a formação de novas frentes de desmatamento (ARAÚJO *et al.*, 2008).

Além do desmatamento, a taxa de crescimento da soja na Amazônia é proporcional ao número de conflitos pela posse de terra. O desenvolvimento da atividade sojícola, na região amazônica, representou o surgimento de conflitos agrários e grilagem; são mais de 100 milhões de hectares grilados (BICKEL, 2003). A grilagem afeta principalmente os agricultores familiares, que não possuem a documentação da terra, e populações indígenas que não tiveram suas reservas demarcadas pelos órgãos públicos responsáveis pelo processo.

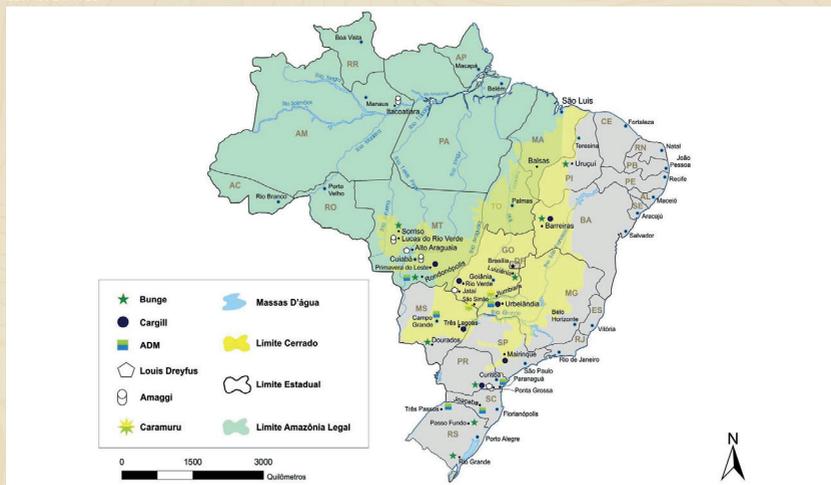
3.2.1 Complexo agroindustrial da soja e a competitividade regional

Castro (2002) analisou o Subsistema Agroalimentar da Soja (SAS) e os planos de expansão industrial no Centro Oeste, a fim de avaliar o papel das empresas esmagadoras de grãos, no avanço da sojicultura, no Cerrado e na Amazônia Legal. O complexo agroindustrial da soja, até 1997, era composto pelos grandes grupos nacionais que atuavam no processamento de grãos e carnes, que instalaram esmagadoras de grãos no Centro Oeste, para aproximar suas plantas industriais da matéria-prima. Os grupos internacionais adotavam estratégias conservadoras com poucos investimentos.

No final dos anos 1990, o complexo agroindustrial da soja começou a ser modificado, e os grandes grupos empresariais de capital nacional passaram a focalizar o seu negócio principal e vender os demais para fazer frente às dificuldades financeiras. A Sadia vendeu suas plantas industriais processadoras de grãos para a ADM para investir nos produtos da cadeia proteica e no setor das refeições prontas. O Grupo Hering vendeu a CEVAL para a Bunge, em 1997, a fim de centrar suas atividades no segmento têxtil (CASTRO, 2002).

O mercado de soja no Brasil é formado por quatro empresas multinacionais que detêm 44% da produção de farelo e óleo bruto, Bunge, Bunge, ADM, Cargill e Coimbra (Louis Dreyfus), duas empresas nacionais, a Caramuru e a Maggi (ver Figura 4), e a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO). As quatro gigantes multinacionais adquiriram $\frac{2}{3}$ da produção de grãos do Brasil e não se limitaram apenas a comercializar a produção, uma vez que passaram, também, a priorizar a industrialização (SCHLESINGER, 2006). Deste modo, as multinacionais dominam o mercado mundial de soja e utilizam estratégias agressivas de aquisição de empresas para ampliarem suas atividades.

Figura 4 – Unidades de processamento de soja das principais empresas que atuam no Brasil



Fonte: IBGE (2005).

O crescimento da produção de soja nas áreas que formam o Cerrado e a Amazônia, e a consolidação das opções de escoamento da produção, reduziram os custos de transporte das regiões produtoras aos mercados consumidores nacionais e aos portos exportadores (CASTRO,

2002). A nova infraestrutura de transporte possibilitou a ampliação dos investimentos nas estruturas de recebimento, armazenagem e esmagamento da soja. A Tabela 1 mostra o crescimento da capacidade de processamento da soja nos dois biomas a partir dos anos 2000, com destaque para Mato Grosso, que ultrapassa São Paulo em capacidade de processamento, e Rondônia que passa a processar a soja em 2010.

Tabela 1 – Capacidade de processamento da soja no Cerrado e Amazônia Legal (t/dia)

Ano	MT	GO	SP	MS	MG	BA	PI	AM	MA	RO	Total Anual
2001	10.820	8.600	14.700	7.330	5.750	5.200	260	-	-	-	52.660
2002	14.500	9.060	12.950	6.630	6.450	5.460	260	2.000	-	-	57.310
2003	14.500	10.320	14.450	6.980	6.350	5.344	1.760	2.000	-	-	61.704
2004	20.600	16.920	14.950	7.295	6.400	5.344	2.360	2.000	-	-	75.869
2005	21.000	18.150	15.600	8.295	6.600	5.344	2.360	2.000	-	-	79.349
2006	21.400	18.800	16.400	9.360	6.600	5.500	2.460	2.000	-	-	82.520
2007	22.000	19.650	16.650	9.560	6.600	5.500	2.460	2.000	2.000	-	86.420
2008	24.800	19.250	17.780	9.575	6.600	5.530	2.530	2.000	2.000	-	90.065
2009	32.300	20.050	17.780	9.575	6.800	5.530	2.530	2.000	1.500	-	98.065
2010	36.600	20.950	16.880	10.225	9.100	5.500	2.600	2.000	1.500	700	106.055
Total	218.520	161.750	158.140	84.820	67.250	54.252	19.580	18.000	7.000	700	

Fonte: ABIOVE (2011).

No Cerrado nordestino, o estabelecimento da sojicultura não implicou a agregação de valor à produção. No Maranhão, o processamento de soja só tem início em 2007 e reduz a capacidade em 2009. No Piauí, a capacidade de processamento teve um salto de 2001 a 2004, mas depois se manteve estável. A Bahia é o Estado que destoa um pouco pela regularidade de processamento. A região Centro-Oeste, contemplada pelo Cerrado e pela Amazônia, possui uma grande capacidade de processamento, em crescimento.

Quando a capacidade de refino do óleo de soja é analisada, (ver Tabela 2), constata-se uma disparidade muito grande em relação à capa-

cidade de processamento. Olhando para os Estados que refinam o óleo, observa-se que São Paulo é o Estado que tem a maior capacidade de refino instalada do Cerrado, embora não seja o maior produtor de soja do Brasil, posto ocupado pelo Mato Grosso, que apresenta crescimento a partir 2004. No norte do país não há um Estado que refine a soja, Amazonas perdeu a capacidade instalada a partir de 2006 e Rondônia processa a soja, mas não refina. No Maranhão não há indústria para o refinamento de óleo, o que sugere que a produção seja exportada ou enviada para outros Estados refinarem.

Tabela 2 – Capacidade de refino do óleo de soja no Cerrado e na Amazônia Legal (t/dia)

Ano	MT	GO	SP	MS	MG	BA	PI	AM	MA	RO	Total Anual
2001	600	1.420	6.256	490	1.050	570	120	-	-	-	10.506
2002	650	1.570	5.840	540	1.270	970	120	-	-	-	10.960
2003	650	1.610	5.880	540	1.270	880	120	-	-	-	10.950
2004	1.250	2.090	6.230	540	1.270	880	120	450	-	-	12.830
2005	1.250	2.230	6.010	540	1.270	880	120	450	-	-	12.750
2006	2.450	2.770	5.850	540	1.270	970	120	-	-	-	13.970
2007	2.700	3.070	6.220	540	1.270	970	120	-	-	-	14.890
2008	2.600	3.510	5.920	720	1.270	970	120	-	-	-	15.110
2009	2.600	3.560	6.200	1.370	1.300	970	120	-	-	-	16.120
2010	3.200	3.560	6.100	830	1.330	1.010	120	-	-	-	16.150
Total	17.950	25.390	60.506	6.650	12.570	9.070	1.200	900	-	-	

Fonte: ABIOVE (2011).

Em relação ao envase do óleo de soja (ver Tabela 3) se constata que os Estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso, nessa ordem, são os que possuem a maior capacidade industrial. Maranhão e Rondônia estão fora do seletor grupo de Estados com indústrias de envase do óleo de soja. De maneira geral, pode-se concluir que o Brasil exporta grande parte de sua produção sojícola do Cerrado e da Amazônia Legal, porque a disparidade entre a capacidade de processamento, refino e envase do

óleo de soja aumentam significativamente à medida que o processo de industrialização da soja se desenvolve.

Tabela 3 – Capacidade de envase do óleo no Cerrado e na Amazônia Legal (t/dia)

Ano	MT	GO	SP	MS	MG	BA	PI	AM	MA	RO	Total Anual
2001	600	1.370	3.836	690	968	795	180	-	-	-	8.439
2002	600	1.370	3.310	690	1.070	1.195	180	-	-	-	8.415
2003	745	1.570	4.080	540	1.034	1.000	180	-	-	-	9.149
2004	945	2.020	4.170	520	1.034	1.000	180	230	-	-	10.099
2005	755	2.190	4.000	520	1.034	1.000	180	-	-	-	9.675
2006	1.755	2.287	4.700	520	1.084	1.000	180	-	-	-	11.526
2007	1.755	1.750	5.000	520	1.084	1.000	180	-	-	-	11.289
2008	1.721	2.312	4.420	520	1.084	1.040	180	-	-	-	11.277
2009	1.721	2.392	4.420	1.017	1.000	906	180	-	-	-	11.636
2010	2.461	2.412	4.370	543	963	939	180	-	-	-	11.868
Total	13.058	19.673	42.306	6.080	10.355	9.875	1.800	230	-	-	

Fonte: ABIOVE (2011).

A partir de 2007, os Estados produtores de soja do Cerrado e da Amazônia Legal, com exceção do Pará, passaram a processar a oleaginosa. Em relação à capacidade de refino e de envase do óleo de soja, apenas os Estados do Amazonas, do Maranhão e de Rondônia não possuem capacidade industrial instalada para realizarem essas atividades. Como no Amazonas e em Rondônia o cultivo de soja é recente e há uma dificuldade de escoamento da produção, é até justificável a ausência. Mas, no Maranhão, um dos Estados com crescentes índices de produtividade e facilidade de escoamento da produção, a ausência de indústrias de refino e envase colocam o Estado entre os que menos agregam valor à soja.

As áreas do Cerrado nordestino, hoje ocupadas pela soja, apresentavam, outrora, baixa densidade demográfica e eram consideradas desabitadas. Os vazios demográficos podem ser, em parte, explicados pelo

fato das chapadas, ideais para o desenvolvimento da atividade sojícola, não serem utilizadas pelas populações locais, em virtude da dificuldade de nelas cultivarem lavouras a partir de técnicas tradicionais. Nas chapadas, as pessoas coletavam frutas e os rebanhos andavam soltos em busca de alimento e água.

Uma análise da competitividade regional de fronteiras agrícolas no Cerrado nordestino, pautada na avaliação da estruturação da atividade sojícola, da disponibilidade de infraestrutura (de transporte, de armazenamento e de processamento) e a presença de instituições creditícias que possibilitam a consolidação da sojicultura e a ampliação da produção e da rede de serviços (GIORDANO, 1999), nos mostra as diferenças das duas cidades que polarizam a produção na região, Barreiras (BA) e Balsas (MA).

No Oeste da Bahia, a município de Barreiras polariza a produção de soja estadual. Iniciado nos anos 1970, o cultivo da soja na região, a partir da migração de agricultores gaúchos, se tornou viável devido ao desenvolvimento de cultivares adaptados às condições edafoclimáticas locais, e oferta de assistência técnica (GIORDANO, 1999). A associação desses fatores alavancou a produção de soja no Oeste baiano e possibilitou a formação de novas cidades, como o caso de Luis Eduardo Magalhães (LEM), antigo Mimoso do Oeste.

O escoamento da soja baiana, é feito pelo Corredor de Exportação Norte, que utiliza o Porto de Itaquí, em São Luís (MA); pelo rio São Francisco e seus afluentes navegáveis, e a rodovia BR-242 (Barreiras-Salvador) até o porto de Salvador; ambos como base de ligação ao mercado internacional. De maneira geral, a infraestrutura de transportes de cargas baiana é deficiente e mal conservada. Em contrapartida, a região de Barreiras possui um parque industrial que agrega valor à soja (GIORDANO, 1999).

Localizada na porção Sul do Maranhão, a cidade de Balsas polariza a produção de soja regional, juntamente com mais doze municípios: Porto Franco, Estreito, Carolina, Riachão, Tasso Fragoso, Alto Parnaíba,

Loreto, Fortaleza dos Nogueiras, Sambaíba, São Raimundo das Mangabeiras, São Félix de Balsas e Benedito Leite, forma o Polo Agroindustrial de Balsas. A região de Balsas é a que apresenta a melhor intensidade de precipitação pluviométrica e melhor regularidade de distribuição das chuvas no Cerrado.

Em termos de infraestrutura, o Polo Agroindustrial de Balsas conta com um sistema intermodal de transporte, rodovias, MA-006, MA-140, BR-230 e BR-010; ferrovias, Ferrovia Norte-Sul (FNS) e EFC, que se conectam ao Porto de Itaqui em São Luís, o de maior calado no Brasil e o mais próximo do mercado europeu. Apesar de apresentar uma significativa competitividade, em termos produtivos, a região de Balsas necessita de uma infraestrutura industrial para agregar valor à soja (GIORDANO, 1999).

3.2.2 A (re)estruturação do agronegócio da soja

O arranjo produtivo da soja demanda elevados custos financeiros, tanto em investimentos (terras, máquinas etc), quanto em custeio (sementes, fertilizantes, fungicidas, etc.). Portanto, o fim dos incentivos fiscais e do crédito subsidiado pelo Estado representou uma ampla modificação na estrutura creditícia do setor e no perfil do produtor. Para continuarem competitivos, os sojicultores brasileiros tinham que possuir grandes propriedades ou capital para incorporar as novas tecnologias ao processo produtivo (CARNEIRO; NARCISO SOBRINHO; COELHO, 2006).

A redução dos financiamentos públicos para a agricultura brasileira, nos anos 1990, permitiu ao capital privado assumir o papel de principal agente financiador do setor agrícola. Do novo modelo de financiamento, fazem parte bancos oficiais e comerciais, seguradoras, cooperativas e empresas de comercialização de grãos e de insumos agrícolas (ALVES, 2006). As empresas processadoras de grãos aumentaram expressivamente o volume de crédito concedido aos produtores rurais.

Os financiamentos concedidos pelas agroindústrias seguem o modelo do setor bancário e incorporaram aspectos que tendem a aumentar a dependência do agricultor à empresa credora. Ao realizar o financiamento, o agricultor recebe o dinheiro e formaliza a obrigação, na maioria dos casos, de entregar parte da produção diretamente ao financiador, que estipula o preço a ser pago pela produção recebida (ALVES, 2006). Essa prática foi regulamentada pela Lei de Cultivares, que permite a compra da cultura verde.

No caso da soja, é comum o agricultor realizar esse tipo de financiamento (porque muitos possuem débitos com os bancos oficiais de crédito rural), e vender uma parcela da produção, a soja verde, com o preço fixado pelo mercado futuro. Os contratos firmados entre as agroindústrias e os produtores rurais possuem uma cláusula de exclusividade para a aquisição de fertilizantes e defensivos, fabricados ou comercializados pela empresa, além dos serviços de assistência técnica específicos. Essa prática é conhecida como venda casada.

A partir do trabalho de Salomão e Seibel (2005), é possível ver o impacto do novo modelo de financiamento agrícola, que incorporaram cooperativas e empresas que processam, comercializam ou produzem fertilizantes e insumos agropecuários. A redefinição do arranjo creditício representou também a emergência de novos polos agropecuários, concentrados no Cerrado e na Amazônia (ver Quadro 1). Em cada cidade polo, existe ao menos uma grande empresa, a maioria delas internacionais, que concentra a comercialização e processamento.

Alves (2006) critica o modelo de financiamento das agroindústrias porque a produção não atende às necessidades alimentares da população brasileira, mas à exportação, que traz retornos financeiros imediatos. Schlesinger (2006, p. 70) é mais taxativo e afirma que “o aumento contínuo da produção de soja também não se dá em favor da redução da fome no mundo (...), a maior parte da soja produzida é destinada à conversão de proteína vegetal em animal, com o objetivo de suprir o mercado consumidor de carnes”.

Quadro 1 – Os novos polos do agronegócio brasileiro

Município	População	Principais Empresas	Principais Produtos
Balsas (MA)	83.528	AGROSERRA, Bunge, Cargill, SLC	Soja, Cana-de-açúcar, Algodão
Linhares (ES)	141.306	Aracruz, Caliman, Gaia, Suco Mais	Café, Fruta, Madeira
Luis Eduardo Magalhães (BA)	60.105	Bunge, Cargill, Galvani Fertilizantes	Algodão, Milho, Soja
Mineiros (GO)	52.935	Frigoestrela, Perdigão	Frango, Gado, Milho, Soja
Primavera do Leste (MT)	52.066	ADM, Cargill, Multicotton	Algodão, Milho, Soja
Rio Verde (GO)	176.424	Cargill, Comigo, Perdigão	Frango, Milho, Soja
Santarém (PA)	294.580	Cargill	Arroz, Gado, Milho, Soja
Sorriso (MT)	66.521	Monsanto	Arroz, Milho, Soja
Uruçui (PI)	20.149	Bunge	Milho, Soja
Vitória (RO)	76.202	Amaggi, Cargill, Friboi, Rical	Arroz, Gado, Milho, Soja

Fonte: Salomão e Seibel (2005); IBGE (2010).

A soja brasileira é voltada para a exportação que mostra as empresas que mais exportaram no Brasil entre 2000 e 2009. Entre 2000 e 2008, as empresas que comercializam e processam soja figuraram na lista dos 8 maiores exportadores brasileiros. A Bunge ocupa lugar de destaque, ficando na quinta posição em 2000, 2001 e 2006, e na quarta de 2002 a 2005 e de 2007 a 2008. O ano de 2008, aliás, foi o ano de ouro das *tradings* da soja no ranking das exportações, a Bunge ficou em quinto, seguida da ADM, e a Cargill em oitavo (BRASIL, 2010b).

A balança comercial brasileira é dependente das exportações de *commodities* e de grandes empresas de capital internacional para comercializarem os grãos produzidos. Disto pode-se concluir que o Brasil deixa de agregar valor à parte dos produtos exportados, no caso dos grãos, e, assim, de gerar mais postos de trabalho e mais renda para a população; e que a concentração da posse da terra continua a predominar no território nacional, especialmente no Cerrado e na Amazônia Legal, áreas estratégicas para as *tradings* da soja.

Por outro lado, defensores da sojicultura destacam que o agronegócio representa o setor mais dinâmico da economia brasileira, respon-

sável por cerca de 36,4% do PIB (ROESSING; LAZZAROTTO, 2004). As conclusões são fruto da avaliação da participação do principal produto de exportação agrícola na economia interna e do número de empregos gerados pela cadeia produtiva sojícola, que vai desde a produção de insumos até o consumidor final do produto beneficiado.

Para discutir a geração de empregos no complexo agroindustrial da soja, Roessing e Lazzarotto (2004) realizaram análises e estimativas sobre a criação de empregos na produção primária da soja, o que permitiu a obtenção de informações sobre a geração de postos de trabalho nos demais segmentos constituintes do complexo agroindustrial da soja; para, posteriormente, problematizarem sobre os empregos gerados direta e indiretamente. Todos os dados analisados pelos pesquisadores foram sistematizados pelo IBGE.

A cada posto de trabalho criado no setor rural, aproximadamente, 6 postos de trabalho são criados nos setores que fornecem material e serviços à agricultura. Apesar da tendência de crescimento da produção de soja ser de 9% ao ano, os novos postos de trabalho se concentram no setor terciário, porque o setor produtivo e o setor industrial apenas intensificam sua capacidade produtiva. As contribuições do setor na criação de novos postos de trabalho nas últimas décadas foram muito expressivas, mas a cadeia produtiva da soja não vislumbra grande potencial de geração de emprego futuros (ROESSING; LAZZAROTTO, 2004).

A Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), em 2005, analisou os postos de trabalho na sojicultura e concluiu que cada 1.000 ha de soja plantados geram 10 empregos. Como no Sul do Maranhão foram plantados 351.126 ha em 2009, foram gerados, consequentemente, 2.772 empregos diretos, o que é pouco. A concentração de terra que viabiliza a expansão da soja e a industrialização de seus derivados inviabiliza as atividades de pequenas e médias empresas, geradoras de emprego e renda, e representam um nefasto processo de concentração de riqueza e renda (SCHLESINGER, 2006).

3.2.3 Sojicultura e conflitos no Sul do Maranhão

A instalação da agricultura empresarial no Sul do Maranhão e seus impactos na agricultura familiar são expressos na incorporação das chapadas ao mercado de terras, na expropriação de terras, na atuação dos poderes públicos e no favorecimento do médio produtor sulista. Segundo a autora, a intervenção estatal possibilitou o estabelecimento, na região, de um produtor rural considerado moderno em oposição ao agricultor sertanejo, os gaúchos, denominação que inclui todos os agricultores vindos da região sul (ANDRADE, 2008).

O desenvolvimento de um novo modelo de agricultura em Balsas e região afetou agregados, vaqueiros, proprietários e trabalhadores rurais. O principal mecanismo de expropriação de terras, nesses primeiros momentos, anos 1970, foi a constituição de um mercado de terras, que incorporava as chapadas, áreas consideradas improdutivas pela população local. Nas chapadas, eram coletados o pequi, o bacuri, outras frutas nativas e o mel de abelha; caçados o tatu, o veado, o tamanduá, a cotia, a anta, a ema, a seriema, entre outros animais; e desenvolvida a atividade pecuária extensiva.

Em Balsas existiam os proprietários (como se denominavam as pessoas que possuíam terra), os agregados, os moradores de terras da nação e os vaqueiros. Todo proprietário era um criador de gado, mas nem todo criador era um proprietário. A implantação de projetos agropecuários ocasionou um desordenamento territorial e social no Sul do Maranhão. Muitos proprietários venderam parte (as chapadas) ou a totalidade de suas terras, quem não tinha terra passou a ser assalariado ou migrou para a cidade, e a profissão de vaqueiro, paulatinamente, foi sendo extinta.

Os primeiros gaúchos chegaram à cidade de Balsas na década de 1970. Eram produtores que possuíam pouca terra e viram a chance de adquirir áreas de 500 ha a 3.000 ha. A intenção primeira era ocupar as

devolutas terras dos Gerais de Balsas³ (ANDRADE, 2008). Como não conseguiram legalizar os títulos, e a infraestrutura para que pudessem cultivar e escoar a produção era inexistente, os gaúchos mudaram-se para áreas mais próximas da cidade.

A instalação dos projetos agropecuários, segundo Andrade (2008), não foi tranquila, como pode aparentar. Uma das principais tensões foi a proibição de criar miunças, o que afetou muito os agregados e os moradores da região. Os animais eram criados à solta, com o cultivo de arroz e soja, e os mesmos deveriam ser presos para que não comessem as plantações. Os animais que invadiam as lavouras eram sacrificados. Muitos casos foram parar na justiça e as sentenças favoreciam os rizicultores.

O impedimento de criar miunças e as dificuldades de relacionamento com os novos vizinhos, os gaúchos, estimularam muitos pequenos agricultores a venderem suas terras e mudarem para a cidade. O assédio por parte dos gaúchos era constante. Como a grande maioria dos moradores locais não possuía instrução formal, foram enganados e passados para trás, sendo levados a assinar documentos que não sabiam o conteúdo, o que resultou, em grande parte, na perda das suas terras. Outro problema enfrentado foi o cercamento das fontes de água, que deixou proprietários, agregados e moradores sem acesso ao recurso natural indispensável às famílias e a seus animais.

No Sul do Maranhão, os primeiros cultivos de soja remontam aos anos 1970, sendo que o plantio, colheita, armazenamento e organização do estabelecimento eram realizados pelas famílias, que moravam na propriedade de agricultores vindos do Rio Grande do Sul, como destaca Andrade (2008). A atividade sojícola se tornou um empreendimento de grande porte, aos moldes empresariais, na segunda metade dos anos de 1990, após a implementação do Corredor de Exportação Norte e o

3. A distância dos Gerais de Balsas para a sede do município pode chegar a 400 km. Hoje, a área está cheia de grandes projetos agropecuários, são os melhores solos para o cultivo.

estabelecimento de empresas que armazenam, comercializam e processam os grãos.

Na última década, na região de Balsas, a área destinada ao cultivo de soja foi duplicada e a produtividade aumentou dez vezes, entre 1990 e 2000. Apesar do representativo crescimento da produção, a produtividade média nessas áreas ainda é considerada baixa, inferior a 2.000 kg/ha, devido à ausência de assistência técnica e cultivares adequados às condições climáticas locais (TOLEDO, 2005). Para Ferreira (2004), o aumento da produtividade se deve ao desenvolvimento de pesquisas para produção de novos cultivares.

Ferreira (2009) assinala que, a partir de 1991, a região de Balsas passa a produzir soja em grande escala, através da intensificação das pesquisas, da criação do Programa Corredor de Exportação Norte, financiado pelo Banco do Brasil e participação do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), BASA e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de parceria com a CVDR, proprietária da EFC. Castro (2002) enfatiza que a CVRD, entre 1992 e 1998, aumentou significativamente o volume de soja transportada pela EFC, embarcada a partir do complexo portuário de Ponta da Madeira, em São Luís (MA).

Os resultados da expansão da soja no Sul do Maranhão têm sido tratados de diferentes maneiras pelos pesquisadores. Para Ferreira (2009), do ponto de vista socioeconômico, houve uma ampliação do dinamismo da vida urbana, ampliação permanente dos bens e serviços especializados necessários à agricultura e crescimento das periferias e da pobreza. Já Bickel (2003) assinala que houve um crescimento dos conflitos, resultantes da grilagem de terras, do massacre do trabalhador rural João Mineiro e da derrubada de casas e cercas das famílias que moravam nos Gerais de Balsas.



PROJETOS TERRITORIAIS EM DISPUTA NO SUL DO MARANHÃO

A expansão da soja no Sul do Maranhão, a partir de finais da década de 1970, tem sido um processo marcado por contradições, mobilizações e conflitos. A apreensão dessa dinâmica passa pela análise das disputas entre diferentes estratégias de apropriação do espaço e de seus recursos naturais (SUTERGARAY, 2001), que aqui chamamos de projetos territoriais. O que temos chamado de projeto territorial sojícola será confrontado a outros dois projetos territoriais que, no período analisado, apresentaram graus variados de mobilização de atores: o projeto pecuário e o projeto da agropecuária familiar.

Projetos territoriais expressam intencionalidades mais ou menos explicitadas pelos atores sociais responsáveis por sua implantação, referentes às formas desejadas de apropriação do espaço e de seus recursos, e à definição das formas de acesso e usos dos recursos a serem priorizados. É, portanto, um projeto de poder, que informa padrões de distribuição do poder entre diferentes grupos sociais e lutas para alteração desses padrões. A chegada da soja no Sul do Maranhão, neste sentido, deve ser apreendida como parte de um processo de transformação socioambiental amplo e não apenas pelos efeitos modernizantes.

A rigor, não é possível falar num único projeto sojícola. A expansão da soja no Sul do Maranhão apresenta duas fases diferenciadas: (1) de 1977 até os anos 1990, quando era cultivada principalmente por agricultores familiares vindos do Sul do país; e (2) a partir dos anos de

1990 até os dias atuais, que se caracteriza pela concentração fundiária, pela chegada de grandes grupos empresariais produtores de grãos (SLC Agrícola) e das *tradings* (Algar Agrícola, Bunge, Cargill, Ceagro e Multi-grain). Os dois momentos serão considerados em suas especificidades, mas entendemos que são parte do processo de reconversão produtiva (mudança de posição dos atores), inserido num projeto de ocupação do Cerrado pela soja.

As intencionalidades dos atores foram apreendidas a partir da análise cuidadosa de seus discursos, da consulta a documentos e da realização de entrevistas. De acordo com Cunha, Silva e Nunes (2008), duas variáveis principais orientam a comparação entre os projetos territoriais: as formas institucionais criadas ou mobilizadas para implementação dos projetos de apropriação do espaço e dos seus recursos, com o cuidado de considerar o poder diferencial de atores e grupos sociais; e os esforços de legitimação destas intencionalidades, ancoradas em objetivos sociais mais gerais, conseguindo assim a adesão ou a simpatia de um espectro mais amplo da sociedade, extrapolando inclusive as fronteiras regionais. Neste sentido, foi empreendida tanto uma análise institucional quanto das lutas simbólicas, nos termos de Bourdieu (2005), como parte dos esforços de realizar uma ecologia política da soja.

É importante dizer que os processos de institucionalização e de legitimação dos projetos territoriais possuem diferentes graus ou níveis. Existem projetos territoriais com alto e baixo grau de institucionalização e alto e baixo grau de legitimação. A avaliação dos diferentes graus de institucionalização e de legitimação dos projetos territoriais analisados será orientada pelo uso das escalas de fatores socioambientais: a local, a regional, a nacional e a global (VANWEY; OSTROM; MERETSKY, 2009). Assim, um projeto territorial poderá ter um alto grau de institucionalização a nível nacional e um baixo grau de institucionalização no nível local, por exemplo. Com isso, as especificidades de cada projeto serão consideradas.

Este capítulo se inicia com um breve relato dos processos de ocupação do Sul do Maranhão, antes de abordar diretamente a análise dos projetos territoriais em disputa nos últimos 33 anos. A apreensão detida destes projetos no que tange aos modelos de apropriação do espaço e dos seus recursos naturais, com os diferenciais de poder inerentes, será fundamental para analisar os conflitos potenciais e os processos de territorialização e de mudança ambiental no próximo capítulo, o que permitirá entender as formas pelas quais os antigos padrões de exclusão social e de concentração fundiária foram sendo combatidos e, ao mesmo tempo, atualizados, no que Mello (2006) tem chamado de a reciclagem do latifúndio.

4.1 OCUPAÇÃO DO SUL DO MARANHÃO E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

O Sul do Maranhão – outrora chamado de Sertões Maranhenses, por serem áreas mais afastadas dos pontos até então conquistados, ou de Território de Pastos Bons – diferencia-se da outra metade do Estado – de ocupação colonial mais antiga, baseada no trabalho escravo e na predominância de grandes engenhos – porque foi povoado por criadores de gado que partiram das entradas do rio São Francisco, atingindo o Piauí e, em seguida, as margens sul maranhenses do rio Parnaíba (COELHO NETTO, 1979). Ao passar pela região, em 1815, o Major Francisco de Paula Ribeiro (1848, p. 64) a descreve:

Não chega a ter vinte fogos [casas], e todos os seus edifícios são ridículas palhoças, á exceção [sic] da igreja matriz, único templo seu, e do quartel do destacamento militar, quando alli [sic] o havia; porque esses são construídos de pedra e cal, e cobertos de telha, porém muito arruinados, especialmente a matriz, cujas paredes mestras já fóra do equilíbrio estão proximas [sic] de vir a

terra por falta de reedificação a tempo. (...) Tem elle [sic] mais de sessenta annos [sic] de estabelecido, e é matriz de todo o districto desde 1764.

Os colonizadores do Sul do Maranhão não traziam consigo escravos, eram brancos, portugueses de origem ou descendência, da Bahia e de Pernambuco. Muitos destes eram procuradores da Casa da Torre¹, aventureiros e sonhadores que priorizavam ter gado e depois a posse imediata das terras distantes das sesmarias. Os encarregados ou vaqueiros dos pioneiros eram atraídos pela forma de pagamento, a quarteação (que permitia a formação de um rebanho), e aspiravam ser criadores, proprietários e fazendeiros (COELHO NETTO, 1979).

Os primeiros criadores a chegarem na região eram da família Coelho, procedentes da Bahia:

Entraram no Maranhão pelo Território de Pastos Bons [Sul do Maranhão] os dois ramos mais importantes são os chefiados pelos irmãos Alberto Coelho Sousa e Francisco de Sousa Coelho (...) fundaram grandes fazendas de criação e tiveram grande atividade agropastoril, povoaram grande parte do território maranhense, nas regiões, Baixada, Centro Oeste, e no Sul, desde Pastos Bons, Loreto, Balsas, Riachão, Carolina, por todo o alto sertão, até as margens do Tocantins (...). (COELHO NETTO, 1979, p. 59).

A partir de então, as fazendas de gado foram sendo instaladas próximas aos rios da região. Nas margens do rio Balsas, na altura do Porto Caraíbas, ficavam duas das principais fazendas da época: a Fazenda

1. "A casa Torre teve como seu Senhor, Francisco Dias D'Ávila que em 1673 entrava no Nordeste e cumpria as ordens do Governador Afonso Furtado, fazendo a expansão territorial (...) dando logo entrada ao amplo sertão entre o baixo São Francisco, o Maranhão e as serras do Goiás". (COELHO NETTO, 1979, p. 19).

Bacaba, de propriedade do Coronel Tito Coelho de Sousa Miranda; e a Fazenda Testa Branca, do Coronel Ignácio Alves do Rego, depois herdada pelo seu filho, o Coronel Daniel Alves do Rego (COELHO NETTO, 1979). Os rios forneciam água para o consumo humano e para os animais, e eram importantes vias de transporte de pessoas e mercadorias em canoas, em batelões ou em balsas de talo de buriti.

O avanço da pecuária, no Sul do Maranhão, pautou-se na conflituosa apropriação do espaço e seus recursos naturais. As campinas tão cobiçadas pelos criadores eram o local de moradia de várias tribos indígenas, que procuraram resistir à conquista e à ocupação de seus territórios. Os relatos sobre esses conflitos registram embates a partir do início do século XIX, não existindo fontes que mostrem contatos sangrentos e conflituosos nos séculos anteriores.

Nesses sertões [Sul do Maranhão], o fulcro das discórdias estava na posse da terra que o criador queria limpar dos ocupantes humanos para encher de gado e no problema criado para o índio com a liquidação da caça, que o privava de uma insubstituível fonte de subsistência. (RIBEIRO, 1996, p. 65).

À medida que o gado se espalhava pelos verdes sertões do Maranhão, as tribos iam sendo submetidas, uma a uma, ao domínio dos invasores que queriam se apossar e controlar suas terras. As tribos utilizavam duas estratégias para evitar a perda de seus territórios: (1) umas resistiam à colonização e eram completamente dizimadas ou afugentadas para terras distantes, ou (2) se mostravam acessíveis à aproximação e ao contato direto, e eram ilhadas pelas fazendas e lentamente dizimadas.

Os grupos indígenas amigáveis e acessíveis ao convívio pacífico com os pecuaristas permaneceram em seus territórios, vivendo sob o domínio de algum dos grandes criadores, que muitas vezes incitava-os a defender seus interesses e ódios contra outros índios. No Sul do Mara-

nhão, habitavam tribos indígenas relativamente numerosas. Os Timbira compunham 15 tribos, e destas apenas quatro alcançaram o século XX. “Não tendo, (...) nada de comum com os criadores de gado que vieram ocupar o seu território, esses índios ofereciam sérias dificuldades para o estabelecimento de relações pacíficas” (RIBEIRO, 1996, p. 72).

O massacre foi de tal ordem que, segundo cálculos do Major Francisco de Paula Ribeiro (1849), havia, no início do século XIX, mais de 80 mil Timbira. Já os de Darcy Ribeiro (1996), mostram que havia mais de 200 mil Timbira no Sul do Maranhão. De toda essa população indígena, sobrevivem os Canela (antigos Kapiekrã), Krikati, Gavião e Krahô. A expulsão das tribos e a instalação da pequena população de pastores refletiram numa baixa densidade demográfica que perdura até hoje (CABRAL, 2008).

Não existe estatística antiga das quinze tribos Timbira, porém algumas estimativas parciais permitem avaliar a redução que sofreram. Tudo indica que quatrocentos Krahô e os trezentos Canela que sobrevivem em nossos dias decresceram na mesma proporção que os Apinayé. Destes sabemos que constituíam 4200 em 1824, quando foram visitados por Cunha Matos, já muitos anos depois dos primeiros contatos e após haverem sofrido pesados ataques da guarnição de São João do Araguaia, além de epidemias de varíola. Atualmente os Apinayé são passados de cem índios. (RIBEIRO, 1996, p. 79).

No século XVIII, quando os vaqueiros adentraram a região e ocuparam as ribeiras dos rios Parnaíba, Itapecuru, Alpercatas, Balsas e Neves, os confrontos centraram-se contra quatro populosas tribos: Amanajó, Acoroá, Canela e Sakamekrã, que habitavam as margens dos rios mencionados (CABRAL, 2008). Para a compreensão das estratégias dos pecuaristas de apropriação do espaço e seus recursos naturais e

a resistência dos grupos indígenas utilizo a ecologia política porque problematiza as relações de poder entre os grupos sociais em disputa.

Os Amanajó mostraram-se acessíveis à chegada dos primeiros criadores que se instalaram nas margens do rio Parnaíba. Eles ajudaram na construção dos currais e forneceram alimentos. Mesmo assim, os criadores de gado os colocaram em aldeias nas proximidades de Pastos Bons. No ano de 1763, muitos Amanajó migraram para o Piauí. Em visita à aldeia, no século XIX, Paula Ribeiro (1849) afirmou que a mesma estava em completo abandono, restando apenas uns 20 índios. As aldeias representavam uma forma de garantir apropriação exclusiva da terra e da água, e evitar que os índios matassem os rebanhos, assim como faziam com qualquer animal que pudesse lhes fornecer carne para a alimentação.

Os Acoroá, por sua vez, mostraram-se bastante hostis. A tribo vivia ao sul do rio Balsas e andava por todo Alto Sertão e campos do Piauí. Para submetê-los, foram realizadas inúmeras bandeiras², no século XVIII. As incursões contra os Acoroá foram realizadas com o apoio dos governos estaduais do Maranhão e do Piauí. Ao final destas, foram criadas duas aldeias: uma em São Felix de Balsas (MA), próxima do encontro das águas do rio Balsas com as do rio Parnaíba, por volta de 1758, e outra em São Gonçalo do Amarante (PI), em 1772. As duas aldeias neutralizaram a hostilidade Acoroá.

Os Canela (Kapiekrã) e os Sakamekrã, resistentes e aguerridos, habitavam o vale do Alto Itapecuru. Os primeiros, os campos banhados pelo rio Alpercatas e, os segundos, a mata fechada. Atacavam fazendas e povoados e assaltavam os viajantes. Paula Ribeiro (1849) relata que 31 fazendas de gado foram completamente destruídas pelas duas tribos. Apesar da bravura, os Canela e Sakamekrã sucumbiram diante

2. As bandeiras eram “grupos de guerra, compostos de 100 a 200 homens aliciados entre os sertanejos e sob o comando de um chefe local” (CABRAL, 2008, p. 89-90) e, quase sempre, financiadas pelos fazendeiros.

das bandeiras ou da varíola, disseminada pelos índios adoentados e aprisionados que conseguiram fugir das prisões.

Os Krahô se associaram aos invasores na luta contra os demais índios, e hoje habitam o Norte do Tocantins, no município de Tocantinópolis. Os grupos Timbira, que não se submeteram ao domínio dos pecuaristas, abandonaram seus territórios. Os Krem-yé se deslocaram para a margem direita do rio Gurupi, no Noroeste do Maranhão, e os Gaviões se refugiaram na margem esquerda do rio Tocantins, permanecendo-se pouco acessíveis (CABRAL, 2008).

O extermínio ou afugentamento dos índios, o desenvolvimento do comércio de couro e de sal e a seca que acometeu o Nordeste em 1877, contribuíram para o adensamento populacional do povoamento no entorno do Porto Caraíbas, no rio Balsas. Em 23 de maio de 1882, a Lei Estadual n.º 1.269 transformou o povoado no distrito de Santo Antônio de Balsas (COELHO NETTO, 1979), e, em 1892, o Deputado Estadual Balduino Pereira Maya apresentou o projeto que se transformou na Lei n.º 15, de 7 de outubro de 1892, elevando à categoria de Vila a povoação de Santo Antônio de Balsas (BARBOSA, 2008).

A Vila de Santo Antônio de Balsas se tornou ponto estratégico para o recebimento de couro e sal, comercializados no Sul do Maranhão e Norte do Goiás. A ampliação do comércio local fez com que, em 1905, o Governo estadual autorizasse a contratação dos serviços para a construção de uma hidrovía entre o Porto de Flores, no rio Parnaíba, e o Porto Caraíbas, no rio Balsas. A exploração da navegação a vapor, inaugurada em 11 de julho 1911, uniu Santo Antônio de Balsas a centros urbanos do Maranhão e do Piauí (BARBOSA, 2008).

A navegação a vapor no rio Balsas trouxe pessoas de localidades do Sul do Maranhão e do Norte do Goiás à Vila de Santo Antônio de Balsas para vender couro de gado, pele de animais selvagens, coco babaçu e produtos agrícolas, e para comprar sal e produtos manufaturados. Em virtude do desenvolvimento comercial, no ano de 1918, o Deputado Estadual Thucydedes Barbosa encaminhou o projeto que elevou a Vila

à categoria de cidade, passando a se chamar apenas Balsas, a partir da Lei n.º 775, de 22 de março de 1918 (BARBOSA, 2008).

Entre os anos 1920 e 1950, a pecuária balsense viveu uma fase de expansão. Devido ao baixo nível tecnológico da pecuária extensiva, o crescimento esteve condicionado ao aumento do número de fazendas, o que ampliou o número de hectares sob domínio dos pecuaristas. No entanto, o fim do transporte fluvial a vapor pelo rio Balsas, em 1952, e as transformações na agricultura brasileira que se iniciaram nos anos 1960, mudaram drasticamente a atividade pecuária e marcaram o declínio da pecuária extensiva e a inserção de novos atores sociais na produção pecuária e agrícola balsense.

A formação das grandes propriedades no município de Balsas e região remete, deste modo, à maneira como ocorreu a apropriação do espaço e seus recursos naturais no período em que a pecuária se constituía a principal atividade agropecuária. Como, nos anos 1970, a maior parte das terras pertencia à elite pecuarista local, a reconfiguração do território ficou sujeita aos seus interesses, excluindo do processo os agricultores familiares que não possuíam de fato as terras que lhes eram de direito, porque não tinham as escrituras. Essa é uma das chaves para a compreensão da ecologia política da soja no Sul do Maranhão.

Até os anos 1970³, o Estado do Maranhão não emitia título de domínio outorgado. Não havia um órgão público para regulamentar a apropriação da terra. O título do proprietário era, normalmente, um

3. A Lei n.º 3.230, de 06 de dezembro de 1971, criou a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), para executar projetos de colonização. Em 30 de abril de 1979, a Lei n.º 4.036 alterou a denominação da COMARCO para Companhia de Colonização e Terras do Maranhão (COTERMA), a fim de executar projetos de colonização e regularização fundiária. A Lei n.º 4.353, de 09 de novembro de 1981, criou o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (INTERMA) (SHIRAISHI NETO, 1998).

documento particular de compra e venda⁴ de posse de terras que era anexado aos autos de demarcação e divisão judicial de datas. Julgada a data, o proprietário estava com seu título regularizado, com a área determinada e com a completa descrição de perímetro, podendo, então, ingressar com a folha de pagamento no registro de imóveis.

4.2 PROJETO TERRITORIAL PECUARISTA

Apesar do Estado brasileiro acenar para a mudança da base técnica agropecuária nacional ainda nos anos 1960, a pecuária balsense se mantinha alinhada ao modelo tradicional. A manutenção da pecuária extensiva se tornava a cada ano mais inviável economicamente, porque o Estado estava subsidiando a pecuária intensiva. Ocorre, então, uma tensão no interior do projeto territorial pecuário: de um lado, os defensores do modelo extensivo e, de outro, os do modelo intensivo⁵. O modelo intensivo começa a se institucionalizar no final da década de 1960, com a criação de cooperativas alicerçadas nos programas e políticas de modernização agropecuária.

As correlações de forças entre os dois modelos de pecuária acabaram por redefinir as posições dos atores sociais na figuração social. Os produtores tradicionais não perderam por completo o poder, porque ainda detinham grandes áreas de terra, o que lhes permitia obter renda a partir do arrendamento ou da venda de parte de suas terras. Os produtores modernos ou pecuaristas intensivos ascendiam mediante os auxílios financeiro, técnico e comercial assegurados pelo Estado. Com

4. Esse aspecto é complexo, muitas famílias podiam recorrer a documentos de cessão de uso da terra emitidos pelo Estado há muitos anos, em nome de pessoas que tinham o sobrenome do pretense proprietário, e muitas vezes o julgamento de uma Data implicava o aumento exagerado da área ao delimitar o perímetro.

5. Processo semelhante ocorreu nas microrregiões Campanha Central (RODRIGUES, 2006) e Serras Sudeste (SOUZA, 2006), no Rio Grande do Sul.

essas mudanças, o projeto territorial pecuarista incorporou a rizicultura mecanizada, casada aos financiamentos pecuários intensivos dos anos 1970.

4.2.1 Intencionalidades dos atores sociais do projeto territorial pecuário

As intencionalidades dos atores sociais do projeto territorial pecuário serão analisadas a partir das estratégias discursivas de dois grupos: (1) o dos pecuaristas extensivos que representam um modelo pecuário tradicional e de baixo padrão tecnológico e (2) o dos pecuaristas intensivos, que defendem um projeto modernizante da pecuária que se orienta pela mudança do padrão tecnológico (formação de pastagens, introdução do gado zebu e de raças de origem europeia), para a pecuária de corte e para a pecuária de leite, a partir dos anos 2000. Contudo, a compreensão dessa dinâmica não é possível sem a análise do papel das políticas e programas governamentais de modernização da agricultura, algumas discutidas no capítulo I.

Os atores sociais, que compunham o grupo dos pecuaristas extensivos, eram os fazendeiros, grandes proprietários que ampliavam seus domínios sempre que os rebanhos cresciam. Os pecuaristas intensivos foram os atores sociais que aderiram aos programas e políticas federais de colonização do Norte e Nordeste do Brasil. No caso de Balsas, destaca-se o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), que permitiu a comerciantes e a políticos locais, que não possuíam terras suficientes ou adequadas para o desenvolvimento da pecuária intensiva e da agricultura orientada pela modernização das técnicas produtivas, que realizassem empréstimos subsidiados pelo Estado para comprarem terras e implementarem suas atividades agropecuárias.

O PROTERRA, criado pelo Decreto-Lei n.º 1.179, de 6 de julho de 1971, alterou a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais e assegurou (BRASIL, 1971):

- ◆ Aquisição de terras ou sua desapropriação, por interesse social, inclusive mediante prévia e justa indenização em dinheiro, para posterior venda a pequenos e médios produtores rurais da região;
- ◆ Empréstimos fundiários para a aquisição de terra própria cultivável ou ampliação de propriedade de dimensões insuficientes para a exploração econômica;
- ◆ Financiamento de projetos destinados à expansão da agroindústria, inclusive a açucareira, e da produção de insumos destinados à agricultura;
- ◆ Assistência financeira à organização e modernização de propriedades rurais;
- ◆ Subsídio ao uso de insumos modernos;
- ◆ Garantia de preços mínimos para os produtos de exportação;
- ◆ Custeio de ações discriminatórias de terras devolutas.

O arranjo do PROTERRA representou uma tentativa de ocupação das regiões com baixa densidade demográfica do Norte e Nordeste, a partir do estímulo à atividade agropecuária orientada por padrões modernos (em oposição aos padrões tradicionais então dominantes) de produção e uso das chapadas. Como Balsas está localizada numa área de transição entre Cerrado e Amazônia, e possuía um baixo índice demográfico, esse programa possibilitou uma verdadeira corrida ao Banco do Brasil dos municípios vizinhos, porque a cidade não tinha uma agência do banco.

O pagamento em dinheiro das terras adquiridas, o financiamento da infraestrutura necessária à produção e da própria produção, o subsídio ao uso de insumos agrícolas e o custeio de ações discriminatórias de terras devolutas caíram como uma luva nas mãos de detentores de

grandes áreas⁶ e de pretensos produtores rurais. É com o PROTERRA que o mercado de terras em Balsas se delinea, muito embora, se comparado às regiões Sul e Sudeste, os preços da época fossem irrisórios, e o avanço sobre as terras devolutas, ocupadas pelos agricultores familiares, tomasse forma.

Os pecuaristas tradicionais encontraram no PROTERRA uma oportunidade de vender parte de suas terras e ainda modernizar as atividades agropecuárias desenvolvidas em seus estabelecimentos. No entanto, poucos investiram na modernização agrícola, preferindo optar pela venda de terras ou pela manutenção do modelo tradicional de criação bovina. Havia uma grande dúvida sobre o potencial das chapadas para o plantio de capim e de arroz. A abundância de recursos disponibilizados pelo Estado, na década de 1970, estimulou muitos proprietários a realizarem empréstimos para investirem em outras atividades.

Como já foi dito anteriormente, as chapadas não eram cultivadas, serviam apenas para pastagem de animais e para a coleta de madeira e frutos. Portanto, eram terras completamente desprezadas, no sentido agrícola, e não extrativista. O PROTERRA contribuiu para a incorporação de um espaço até então subutilizado, através da exigência do cultivo nas chapadas, a fim de orientar o desenvolvimento de uma agricultura moderna e produtiva nos planaltos centrais do Brasil. Se somarmos as terras devolutas e as áreas de chapadas, o Cerrado e a Amazônia se apresentavam como a grande fronteira agrícola do Brasil.

Heliodoro Sousa, atualmente um dos maiores criadores de bovinos de corte de Balsas, era um comerciante que ingressou na atividade pecuária a partir do PROTERRA:

6. Nos anos de 1970, Eloy Coelho Netto herdou de seu pai, Edísio Silva, pecuarista e ex-prefeito de Balsas, 20 fazendas de gado, que tinham, em média, 10 mil hectares. As fazendas herdadas foram, nos anos seguintes, especialmente nos de 1990, compradas e convertidas em fazendas de soja; são os casos da Vargem Limpa, comprada pelo senhor Leonardus Philipsen, da Temerante, comprada pelo senhor Marcos Paulo Wonmer, e Tem Medo, comprada pelo senhor Euclides De Carli e vendida para a instalação de parte do PRODECER.

Comprei o Araçá [fazenda a 3 km da sede municipal] em 1972 e cerquei em 1973. Fiz o projeto no Banco do Brasil, na agência de Carolina. Financeiei 5 km de cerca, a recuperação de 7 km, a construção de um galpão para forrageira, a reforma da casa da sede, a formação de 70 ha de pastagem e a aquisição de 40 novilhas e 2 touros. Os juros do PROTERRA eram de 3% a.a., dois anos de carência e cinco anos para concluir o pagamento. Iniciei o cultivo de arroz a partir de 1978, arroz de sequeiro na chapada, a partir de projeto custeado pelo Banco do Brasil.

O PROTERRA redefiniu as estratégias discursivas dos pecuaristas, que passaram a defender o modelo intensivo em detrimento do extensivo, o cercamento de parte das chapadas para o plantio de capim, que serviria para alimentar os rebanhos, e o uso da outra parcela com cultivo de arroz, visto que o maquinário era o mesmo, necessitando apenas mudar a regulação da plantadeira. A introdução da rizicultura mecanizada pelos pecuaristas intensivos, portanto, foi a porta de entrada para a soja no Sul do Maranhão, nos anos seguintes, porque mostrou que era viável o cultivo agrícola nas chapadas mediante a correção da acidez do solo.

Alinhados à pecuária intensiva estavam: o Estado, que através de suas instituições de crédito, de pesquisa e de assistência técnica defendia a modernização agropecuária e a incorporação de novas áreas ao processo produtivo, como o Cerrado e a Amazônia; e as empresas produtoras, e que comercializavam insumos agrícolas, sementes de capim, máquinas, implementos agrícolas e arame para cercar as pastagens. Isso nos mostra que a articulação em defesa de um novo modelo de pecuária é, na verdade, parte de um projeto nacional de modernização agrícola, apoiado por diferentes atores e instituições sociais.

Nos anos 2000, novos atores sociais ingressam no projeto territorial pecuário. Proprietários de áreas que não extrapolam 200 ha e com recursos financeiros para desenvolver atividades agropecuárias de

alto padrão tecnológico dão início à industrialização de leite em Balsas, processo que se insere nas ações de controle dos órgãos públicos de vigilância sanitária que fiscalizam com maior rigor a produção de leite e as orientações da Normativa n.º 51, de 18 de setembro de 2002, do MAPA, que redefiniu os padrões de produção, transporte e armazenamento, identidade e qualidade do leite tipo A, B e C, do leite pasteurizado e cru.

O projeto territorial pecuário sofreu modificações em relação à produção e à apropriação da terra, seja pelos incentivos das políticas e programas governamentais da década de 1970, seja pela modernização da legislação agropecuária; e na posição dos atores sociais do projeto. As novas estratégias de apropriação do espaço e de seus recursos naturais se referem ao modelo de criação do rebanho. A pecuária extensiva requeria grandes áreas para a pastagem dos animais; a pecuária intensiva de corte orientava-se pelo confinamento e plantio de capim nas chapadas, áreas subutilizadas até então; e a pecuária intensiva de leite necessitava de áreas menores e de tecnologia de ponta para manter a produtividade.

4.2.2 Institucionalização do projeto territorial pecuário

As mudanças institucionais relacionadas ao projeto territorial pecuário não podem ser compreendidas sem se levar em consideração a atuação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)⁷ – único representante legal do patronato rural em âmbito nacional⁸ e com assento em grupos de trabalho, conselhos e câmaras temáticas e setoriais do MAPA – que participou ativamente da formulação das políticas públicas voltadas para a modernização da agricultura brasileira

7. Em reação à criação do Estatuto do Trabalhador Rural, pela Lei n.º 4.214, de 02 de março de 1963, o patronato rural criou a Confederação Nacional da Agricultura, que, a partir de 2001, teve o nome alterado para Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

8. A CNA é formada por 27 federações, 2.300 sindicatos rurais e 1,7 milhões de produtores rurais voluntários (CNA, 2011).

(FRANCO, 2002), garantindo assim a modernização do latifúndio e a manutenção da grande propriedade como modelo de apropriação da terra.

Isso posto, fica claro porque a pecuária extensiva foi desarticulada no Brasil. O projeto territorial pecuário, com alto grau de institucionalização em nível nacional, adotou a pecuária intensiva como modelo principal, expresso em programas governamentais como o PROTERRA, entre outros. Assim sendo, os atores sociais defensores do modelo extensivo não possuíam capacidade de mobilizar recursos institucionais suficientes para ter acesso a políticas públicas em nível nacional e regional (SUDAM e SUDENE), perdendo espaço para os defensores do modelo intensivo, o que representou um processo de reconversão produtiva na pecuária, inseriu novos atores sociais e redefiniu modelos produtivos.

Em Balsas, os antigos e novos pecuaristas que adotaram os pacotes tecnológicos fomentados pelo governo federal criaram, em 1966, a Cooperativa Agropecuária de Balsas (CAB), para mediar as relações com os órgãos públicos locais, regionais e nacionais, através da CNA. Tal arranjo institucional permitiu a divulgação da pecuária intensiva, isto é, das raças de animais, de tipos de capins e demais aspectos que contribuíssem para o desenvolvimento da atividade; e a organização do processo produtivo e da comercialização da produção, no sentido de orientações de mercado (cotações e compradores).

O pecuarista Heliodoro Sousa afirma que a CAB foi criada para fornecer assistência técnica e orientar os produtores a introduzirem tecnologias que aprimoravam o processo produtivo e, assim, consolidar a pecuária de confinamento. Nos anos 1980, a CAB foi incorporada pela Cooperativa Mista Valverde, muito mais voltada para a produção de grãos. O fim da CAB foi um duro golpe no projeto territorial pecuário, porque representou uma desmobilização institucional dos atores sociais do projeto e a ascensão do projeto territorial sojícola, que conseguiu agregar atividades agropecuárias há muito estabelecidas.

Em 2006, os produtores de leite do patronato rural tiveram uma grande vitória com a Normativa n.º 51 do MAPA, que passou a normatizar e regulamentar o processo produtivo além de tornar ilegal a prática tradicional de venda de leite de porta em porta, muito usada pelos agricultores familiares. Devido aos custos operacionais ligados ao cumprimento da normativa, 24 produtores de leite de Balsas, no dia 06 de janeiro de 2006, criaram a Cooperativa dos Produtores de Leite de Balsas (COMALBA) para pasteurizar o leite, padronizar a produção e produzir queijos (muçarela, minas e nata).

O projeto territorial pecuário possui um alto grau de institucionalização, nacionalmente e regionalmente. Mas os poderes públicos municipais não possuem o aparato institucional necessário para a fiscalização da pecuária de corte. Existem matadouros clandestinos que abatem os animais dos agricultores familiares, ou não implementaram os mecanismos legais para regulamentar a produção de leite – a venda de leite trazido em galões amarrados em garupas de motos é uma prática constante, o que impede o crescimento das vendas de leite pasteurizado e do queijo produzido pela COMALBA.

4.2.3 Legitimação do projeto territorial pecuário

Os pecuaristas extensivos associavam o avanço da pecuária à conquista e ocupação do Sul do Maranhão e à criação de núcleos urbanos para a comercialização do couro, o que justificou o massacre e afugentamento das populações indígenas. Em virtude do baixo padrão tecnológico do processo produtivo, havia sempre a necessidade de expansão das áreas de domínio dos fazendeiros para atender ao crescimento dos rebanhos, o que representou a concentração da posse da terra e a subordinação dos agregados que, posteriormente, com o apoio da Igreja Católica, se organizaram em torno do projeto territorial agropecuário familiar.

A defesa da pecuária intensiva se assentou nas décadas de 1960 e 1970, no uso de terras subutilizadas, como as chapadas do Cerrado, e no aumento da produtividade pecuária a partir da modernização da produção. O pecuarista balsense, Heliodoro Sousa, que comprou terras não cultivadas para plantar capim, para alimentar o rebanho, e arroz de sequeiro nos anos 1970, argumenta que “(...) atualmente os Bancos são como agiotas, pois dificultam para o médio produtor facilitando ao grande, que vende tudo para fora [refere-se aos sojicultores], por isso a cidade de Balsas está nesta situação”.

A partir dos anos 2000, as bases de legitimação para a pecuária intensiva, nacional e localmente, estão presentes em falas como a do presidente da Associação Brasileira de Angus (ABA):

Segundo estimativas, pelo menos 50% da área de pastagem do país está degradada, mesmo que parcialmente. A conta é simples: é mais barato para o pecuarista recuperar essas áreas do que desbravar outras.

Está aí mais um indicador de que o uso da tecnologia, seja em genética, em nutrição ou em sanidade, é a opção mais inteligente para o crescimento contínuo da produção de carne e de leite.

(MARQUES, 2011)

A associação da pecuária intensiva ao não desmatamento de novas áreas e à recuperação de áreas degradadas, pelo contrário, vem contribuindo em muito para o alto grau de legitimação da pecuária nacionalmente. Em Balsas, a pecuária intensiva possui um baixo grau de legitimação, porque a sojicultura é a principal atividade agropecuária e os sojicultores possuem uma capacidade maior de legitimar suas intencionalidades, por motivos que serão explorados a seguir. O discurso, ambientalmente correto, de recuperação de áreas degradadas com a pecuária não conseguiu muitos adeptos no Polo Agrícola de Balsas.

Mas, em Porto Franco, município do Sul do Maranhão, a pecuária é muito forte e a soja não é cultivada.

Os pecuaristas produtores de leite, que ainda são poucos, justificam que a pasteurização e a adoção de padrões de qualidade permitem que o leite seja comercializado em condições adequadas para o consumo humano. Mesmo assim, poucos segmentos da sociedade apoiam a argumentação. Exemplo disso é a dificuldade de se encontrar nos supermercados locais o leite processado pela COMALBA. O queijo é mais comum. A dificuldade de legitimação do projeto territorial pecuário localmente também está associada ao fato de gerar poucos postos de trabalho, especialmente porque a produção da pecuária de corte é beneficiada no Estado de Tocantins⁹.

4.3 PROJETO TERRITORIAL AGROPECUÁRIO FAMILIAR

A rigor, não se poderia falar num único projeto agropecuário familiar, porque as áreas reformadas apresentam três fases diferenciadas: (1) de 1977 a 1990, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)¹⁰ se tornaram a forma de organização predominante dos agricultores familiares que passassem a ter acesso a educação, saúde e orientação no processo produtivo; (2) de 1991 até hoje, período marcado por muitos conflitos pela posse da terra, em que as famílias lutaram pela regularização de suas terras a partir da criação de assentamentos nos Gerais de Balsas; e (3) de 1998 até os dias de hoje, que se caracteriza pela criação de assentamentos do crédito fundiário. Esses momentos serão analisados

9. A cidade de Araguaína, a menos de 400 km de Balsas, possui um grande frigorífico do grupo Minerva, com capacidade de abater 800 animais por dia.

10. O Concílio Vaticano II (1962-1965) rompeu com as práticas litúrgicas tradicionais e sinalizou para a solidariedade e a justiça social. Inspirando-se, nesses valores a Igreja Católica brasileira criou as CEBs, que ganharam impulso no início dos anos 1970, logo após a edição do Ato Institucional 5 (AI-5) (BALDEZ, 2005).

em suas especificidades enquanto processos de apropriação da terra e de reconversão produtiva.

As CEBs foram importantes para a constituição dos povoados rurais, entre 1977 e 1990, e para que as demandas das famílias fossem apresentadas aos poderes públicos locais. Nos anos de 1990, houve conflitos associados ao avanço da soja nos Gerais de Balsas, nas terras devolutas habitadas pelos agricultores familiares e mudanças nas estratégias organizacionais, que passaram a se pautar pela formalização do direito de posse da terra, com a criação de assentamentos rurais mediante a emissão de títulos coletivos pelo INTERMA, processo em curso, porque nem todos os títulos puderam ser registrados em cartório.

Os agricultores familiares que venderam parte de suas terras, as chapadas, ficaram com as áreas de vãos (vales) impossíveis de serem mecanizadas, ou a totalidade delas. Para os sojicultores, foram orientados pelo STTR de Balsas, pela Gerência da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (GEAGRO) e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Maranhão (EMATER), hoje Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP/MA), a criarem associações para adquirirem terras com recursos do Projeto Cédula da Terra (PCT), criado em 1997, e, em 2003, substituído pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

4.3.1 Intencionalidades dos atores sociais do projeto agropecuário familiar

Para a compreensão das intencionalidades dos atores sociais do projeto agropecuário familiar, é indispensável, a análise da atuação da Igreja Católica, que organizou todas as comunidades rurais de Balsas até o final dos anos 1980, e apoiou as lutas pelos direitos da posse de terra dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas, estratégia que não se estendeu a outras áreas rurais do município de Balsas devido às especificidades dos grupos sociais em relação à posse da terra e às

ações de instituições de representação dos trabalhadores rurais que defenderam e defendem a Reforma Agrária de Mercado como uma forma de redefinição da estrutura fundiária maranhense e a consolidação da agricultura familiar.

Nos anos 1970 e 1980, a Prelazia de Balsas, hoje Diocese de Balsas, e o Movimento de Educação de Base (MEB) realizaram cursos para a formação de animadores das comunidades, animadores de oração e animadores da promoção humana para formar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se tornou modelo de organização social e produtivo dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas. Os animadores das comunidades tinham que ser líderes democráticos que despertassem e organizassem as comunidades de origem a partir: da (1) organização de cursinhos, com a autorização e orientação de padres ou membros das equipes pastorais; e de (2) visitas às famílias da comunidade de origem e às vizinhas a fim de promover a ajuda mútua e criar o costume cristão de correção fraterna.

Os animadores de oração tinham que espiritualizar a comunidade através do (1) estudo da palavra e da doutrina cristã e do (2) esforço de tornar sempre mais viva e profunda as celebrações comunitárias. Os animadores de promoção humana tinham que: (1) realizar orientações sobre higiene e alimentação, levantamento das doenças mais comuns do lugar e dos remédios populares utilizados na cura (folhas e raízes); (2) zelar pela escola, a partir da conscientização dos professores sobre seus direitos (salários, segurança no trabalho e cursos de aperfeiçoamento) e deveres; e (3) contribuir para o cultivo da terra, mediante orientações sobre plantio, comercialização e informações de preços.

No período do trabalho de base da Igreja Católica, as famílias plantavam, em roças de toco, o arroz, o feijão (que após a colheita era armazenado num paiol bem fechado para que não estragasse) e a mandioca (para fazer a farinha e armazená-la para o consumo durante o ano). Para adoçar as bebidas, era plantada a cana-de-açúcar e fabricada a rapadura, o açúcar da época. Apesar das dificuldades, todos os anos

as famílias produziam o suficiente para consumir e vender na cidade e, assim, comprar o que não era possível se obter da roça:

(...) ele [agricultor familiar] já contava com a capacidade de trabalho que ele tinha, da quantidade de filhos e ele já calculava – Eu vou botar quatro linhas, seis linhas, dez ou 20 linhas com a intenção de produzir “x” quantias para ter essa quantia para o consumo e outra para eu vender e isso era o arroz, o produto básico que era plantado, a mandioca, o feijão e o milho eram os quatro produtos básicos e sempre foram, a fava que é da mesma família do feijão, e dali quando ele colhia, ele já guardava, armazenava uma parte para comer o ano todo. (Entrevista com João Fonseca, líder sindical)

Nas chapadas, as famílias não realizavam o cultivo da terra, porque o solo não era apropriado para o desenvolvimento de uma agricultura tradicional. Estas áreas eram utilizadas para a criação de gado e equinos. Os animais pastavam livremente pelas chapadas, que anualmente eram queimadas para que a vegetação renascesse em condições adequadas para a alimentação dos rebanhos. As chapadas também forneciam frutas para o consumo:

(...) a gente pegava muito coco catolé, coquinho de chapada que dá baixinho, que a gente até usava muito pouca gordura, a gente usava mais era coco, fazia o preparo do leite de coco para preparar a comida e o que a gente mais usava era coco, buriti, bacaba, buritirana, essas frutas como o pequi. Pequi naquela época a gente usava para fazer sabão, usava o bacuri também e o buriti a gente tirava também para tirar o azeite do buriti que o povo diz que é medicinal, para mordida de cobra, essas coisas. (Entrevista com João Américo do Boqueirão)

O coco catolé era muito utilizado para a produção de azeite. O processo começava com a extração, retirada da amêndoa, assamento das amêndoas, esmagamento das amêndoas assadas e o refino do óleo, procedimento semelhante era adotado para a produção de azeite de coco babaçu. O buriti é uma palmeira que fornecia o talo para fazer as balsas e o fruto, semelhante a um ovo com escamas, era coletado no chão e cozido para que fosse separada a casca da carne do fruto, procedimento mais simples que a produção de azeite de coco. O suco de buriti era, e ainda é, uma importante fonte de alimento, principalmente para o desjejum.

O trabalho do segmento progressista da Igreja Católica de Balsas se inseria, desta maneira, em ações mais amplas de reformas de base que assegurassem os direitos dos grupos sociais menos favorecidos da cidade e do campo. A organização das comunidades rurais contribuiu para a definição de um projeto territorial que procurou garantir a permanência das famílias em suas terras, o que para os padres e irmãos Combonianos era central, e para as famílias, até os anos de 1980, não era uma preocupação, porque pensavam que ninguém queria se apropriar de terras tão distantes e impróprias para cultivos tradicionais:

(...) o padre Franz Weber [missionário Comboniano, natural da Áustria, que trabalhou em Balsas nos anos 1980], quando ele veio para cá ele começou a dar exemplo dizendo que as terras não iam ficar aqui, nós não tínhamos como brigar com os grileiros de terra, aí teria que se organizar em comunidade, tinha que formar uma comunidade para ter mais força porque ele sabia dos conflitos que ia ter, aí começou a levar o povo para fazer uns cursinhos para animador de comunidade, aí foram várias pessoas, aí foi quando começou a comunidade, aí que o povo começou a se organizar. (Entrevista com João Américo do Boqueirão).

O Irmão Bruno Haspinger (1995), através da ACA, orientava que as famílias procurassem os benefícios do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP)¹¹, porque tinha recursos não reembolsáveis, ao invés de programas do Banco do Nordeste, considerados caros. O PAPP financiava projetos de infraestrutura (estradas, energia elétrica, etc.), e o BNB estimulava o cooperativismo, a pequena agroindústria do Nordeste e o acesso de famílias em situação de pobreza absoluta ao processo produtivo, para gerar emprego e renda e contribuir para a redução da concentração fundiária no Nordeste.

Em relação à apropriação do espaço e de seus recursos naturais, os agricultores familiares queriam manter o modelo tradicionalmente usado nos Gerais de Balsas. Cada família possuía uma área, delimitada informalmente, para o cultivo e/ou criação de animais, embora morassem próximas umas às outras. Os missionários católicos, por sua vez, estavam procurando articular um modelo de apropriação coletivo formal, com a criação de associações que viabilizassem a regularização da terra através da criação de assentamentos rurais:

(...) a Igreja começou um trabalho aqui dentro, não sei se você conhece, as pessoas chamavam de animador de comunidade, a Igreja começou a incentivar a fazer curso de animador de comunidade na Igreja de Balsas, daí eles começaram a incentivar o povo para formar uma associação porque individualmente era muito difícil a gente conseguir essa terra, cada um brigando por um pedaço. Esses animadores de comunidade começaram a incentivar o povo, começaram a reunir o povo todos finais de

11. Que no Maranhão é executado pelo Núcleo de Programas Especiais (NEPE). O PAPP é uma parceria entre o Banco Mundial, responsável por 70% dos recursos, os governos federal e estadual, responsáveis por 20%, e os grupos solicitantes, que têm uma contrapartida de 10%. As beneficiadas devem morar em povoados, vilas, aldeias, distritos e comunidades com 5.000 habitantes, que devem estar organizados formalmente para pedirem o empréstimo (HASPINGER, 1995).

semana, na casa de um, na casa de outro aí começaram a articular essas coisas de associação, vamos formar uma associação, a Igreja incentivava esse grupo e esse grupo começou a incentivar o povo até que deu certo. (Entrevista com João Américo do Boqueirão).

O Irmão Bruno Haspinger¹², a CPT e o STTR de Balsas criaram a ACA – fundada no dia 05 de fevereiro de 1991, tendo como primeiro presidente o sindicalista João Fonseca dos Santos – para coordenar todas as ações de defesa dos direitos de posse dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas e planejar a execução do Projeto Alto e Médio Rio Balsas¹³, formado por três subprojetos: (1) uma Área de Proteção Ambiental (APA) nas cabeceiras dos rios Balsas, Ribeirão do Ásia e Rio Peixe (ver Figura 5); (2) o Projeto Ribeirão do Ásia, para assentar famílias da margem direita do Médio Balsas; e (3) o Projeto Rio Peixe, para assentar as famílias da margem esquerda do Médio Balsas.

Uma Área de Proteção Ambiental é:

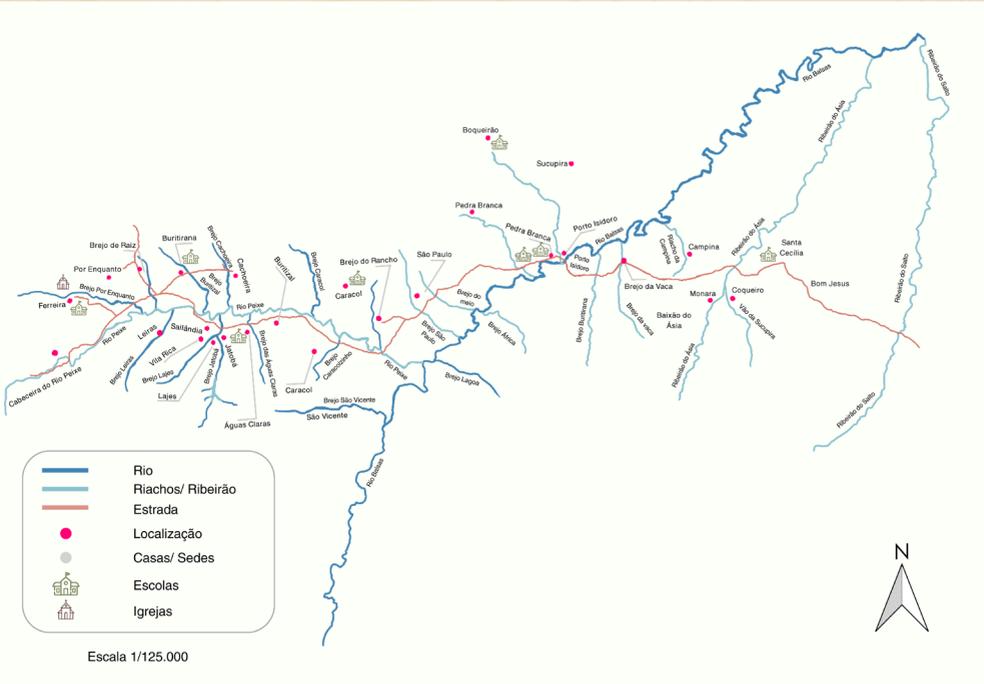
(...) uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo

12. É um religioso do Norte da Itália, da Ordem Comboniana, que chegou em Balsas em 1990 e ficou até 1999. Realizou importantíssimos trabalhos no meio rural do Sul do Maranhão, especialmente na luta pela defesa dos pequenos produtores rurais.

13. Contou com o apoio do STTR, do MEB, da CPT, da Diocese de Balsas, da Igreja Luterana de Balsas, da Werkstatt Solidarische Welt e Arbeitsgruppe Soja da Alemanha, da Organisation für Eine Solidarische da Itália, da Brasil Study Group do Japão e da Koordination der Österreichischen Brasiliengruppen da Áustria. As organizações europeias pressionavam, através de cartas, o governo brasileiro e maranhense para solucionar os conflitos e custeavam todas as ações de defesa dos agricultores familiares.

de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (BRASIL, 2000).

Figura 5 – Projeto Rio Peixe



As Áreas de Proteção Ambiental representam modelos de apropriação dos recursos naturais que se inserem num projeto mais amplo de preservação ambiental e, portanto, restringe e regulam práticas ambientais que, no caso dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas, desencadearam uma mudança expressiva. A tradicional queima para o plantio da roça de toco, ou para a renovação das pastagens naturais, e a extração de madeira se tornaram práticas criminosas. Os assentamentos criados em Balsas se constituíram enquanto modelos de apropriação coletiva da terra, e exigiram a formação de associações para que hou-

vesse mediação com os órgãos públicos, que viabilizassem a inserção de um projeto mais amplo de reordenamento fundiário.

Agricultores familiares do Povoado Sítio Novo, que venderam uma parcela das suas terras nos anos de 1980 (as chapadas), foram incentivados pelo STTR a acessarem o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), em 1994, e o PCT, em 1998, para modernizarem as atividades agropecuárias e comprarem terras passíveis de mecanização. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA) são parceiras do governo no desenvolvimento do crédito fundiário e estimulam, em seus jornais e folhetos, os agricultores familiares a comprarem terra (CONTAG, 2010; FETAEMA, 2010).

4.3.2 Institucionalização do projeto territorial agropecuário familiar

A criação de assentamentos rurais representou e continua representando a institucionalização de um modelo de apropriação da terra que, nos moldes regulamentados pelos poderes públicos (INCRA, IBAMA, etc.), muitas vezes não são os desejados pelos agricultores familiares e possui um arcabouço legal de sustentação: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado pela Lei n.º 9.126, de 10 de novembro de 1995, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), elaborado em 2004 e regulamentado pela Lei n.º 12.188, de 18 de janeiro de 2010, que também instituiu o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

Essa Política pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho. Para tanto, potencializará atividades produtivas agrícolas voltadas à oferta de alimentos saudáveis e matérias pri-

mas, bem como apoiará estratégias de comercialização tanto nos mercados locais como nos mercados regionais e internacionais. Igualmente, deverá estimular a agroindustrialização e outras formas de agregação de renda à produção primária, assim como o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas. (BRASIL, 2007, p. 3-4).

A reforma agrária conduzida pelo Estado tem sido marcada pela criação de assentamentos, embora o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), de 1985, e o II PNRA, de 2003, sejam propostas amplas de reestruturação fundiária. Há, a partir de 1997, a articulação de programas de crédito fundiário para que os agricultores familiares financiem a compra de terras. Essas questões explicitam as dificuldades dos agricultores familiares em mobilizarem recursos institucionais para formalizarem seus projetos e modelos de apropriação da terra, tendo, assim, que adotar as estratégias institucionais fomentadas pelo Estado.

O PCT foi fruto de uma parceria entre o Governo Federal e o Banco Mundial para realizar uma Reforma Agrária de Mercado (RAM) no Ceará, Bahia, Pernambuco e Maranhão, iniciada em 1997 e concluída em 2002, que tinha como pano de fundo a tentativa de desarticular os movimentos sociais rurais, especialmente o MST. A parceria foi um projeto piloto para a criação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, pelo Decreto n.º 4.892, de 25 de novembro de 2003, que disponibiliza os recursos para a execução do PNCF (BRASIL, 2004), que é desenvolvido pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com os governos estaduais e a CONTAG.

O PNCF objetiva: democratizar o acesso à terra, gerar empregos no campo, evitar o êxodo rural, aumentar a produção agrícola, diminuir a pobreza rural e ser um instrumento complementar e de apoio à reforma agrária em áreas não passíveis de desapropriação por interesse social. São três linhas de crédito: (1) Combate à Pobreza Rural (CPR), destinado

aos agricultores familiares mais pobres que recebem os recursos pela associação e não precisam pagá-los; (2) Nossa Primeira Terra (NPT), voltada para jovens sem-terra, filhos de agricultores familiares ou alunos de escolas de formação agrotécnica, organizados em associações; e (3) Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), destinada a agricultores familiares com renda de até R\$ 15 mil e patrimônio inferior a R\$ 30 mil (BRASIL, 2004).

Nacionalmente, o projeto territorial agropecuário familiar, hoje, possui um alto grau de institucionalização, como pode ser visto acima. Contudo, nos estados e municípios, que devem oferecer assistência técnica, por exemplo, o grau de institucionalização sofre variações, o que está relacionado à capacidade dos atores sociais locais em mobilizarem recursos institucionais. Os agricultores familiares de Balsas vivem em áreas reformadas pelo INTERMA e pelo PCT, e tiveram que criar instituições para que houvesse mediação com os órgãos oficiais. O modelo institucional adotado pelos agricultores familiares foi a associação, presentes na maioria dos assentamentos rurais do Brasil (LEITE *et al.*, 2004).

Antes mesmo da regularização da terra, os agricultores familiares dos Gerais de Balsas já haviam criado suas associações, entre 1992 e 1995 (ver Quadro 2). Em março de 1996, foi criada a APA e, em maio de 1997, foram criados os assentamentos Ribeirão do Ásia e Rio Peixe, pela governadora Roseana Sarney, totalizando uma área de 90 mil hectares, 59 mil hectares para preservação e 31 mil para assentamentos de 200 famílias. As famílias beneficiadas haviam sido expulsas das comunidades Mandacaru e Água Branca pelo grileiro de terras Euclides De Carli, ou viviam em comunidades que sofriam ameaças constantes.

Os Projetos Rio Peixe e Ribeirão da Ásia foram compostos por duas etapas: (1) regularização das terras devolutas para as 200 famílias, construção de uma ponte de madeira sobre o rio Balsas para ligar os dois projetos e facilitar o transporte, e outras duas pontes menores sobre os rios Sucupira e Peixe, além da construção de estradas vicinais para

interligar as comunidades e a construção de um Centro Comunitário para alojar a assistência técnica; e (2) estímulo à agricultura, a fim de garantir alimentação saudável para as famílias, diagnóstico sociocultural para não desarticula-las, e apoio à comercialização da produção.

Quadro 2 – Comunidades rurais e associações do Ribeirão do Ásia e Rio Peixe

Subprojeto	Comunidade	Associação
Ribeirão do Ásia	Bom Jesus, Coqueiro	Nova Vida
Ribeirão do Ásia	Compina, Santa Cecília	Santa Cecília
Rio Peixe	Águas Claras, Jatobá, Buritizal	Todos os Santos
Rio Peixe	Boqueirão, Porto Isidoro, Sucupira	São Francisco
Rio Peixe	Brejo de Raiz, Buritirana	Espírito Santo
Rio Peixe	Brejo do Rancho, Caracol	Caracol
Rio Peixe	Ferreira	Ferreira
Rio Peixe	Pedra Branca, São Paulo	São Félix

Parte das famílias do subprojeto Ribeirão do Ásia, primeiras a receberem o título da terra emitido pelo INTERMA, vendeu suas terras para sojicultores. As famílias da associação Nova Vida venderam para comprar terras próximas da cidade. A maioria das famílias da associação Santa Cecília venderam as terras e foram morar na cidade. Os títulos eram vendidos para os sojicultores, que precisavam de áreas de reserva para desmatarem 100% das chapadas ou para especuladores. Para evitar as vendas, a ACA solicitou ao INTERMA que os títulos do Projeto Rio Peixe fossem emitidos no nome das associações e não individualmente.

Embora os títulos tenham sido emitidos, apenas duas associações, Espírito Santo e São Francisco, conseguiram registrá-los em cartório. Os presidentes das demais, ao chegarem no cartório, descobriram que não havia mais matrícula para registrar a quantidade de hectares informados no memorial descritivo. Para solucionar o problema, o INTERMA emitiu novos títulos, com áreas menores. Apesar das retificações dos títulos, as associações até 2010 não haviam efetuado os registros. A

Ferreira, São Félix e Todos os Santos, por falta de recursos para pagar o georreferenciamento. O caso da associação Caracol é o mais complicado, porque não existe mais matrícula na data Caracol para registro de nenhum hectare de terra.

Em meados de 1998, os agricultores familiares do Projeto Rio Peixe, com a assessoria do STTR, começaram a acessar linhas de crédito do PRONAF, principalmente para comprarem gado e, assim, retomarem a atividade pecuária que foi interrompida à medida que os grandes projetos agrícolas foram sendo instalados no entorno e as famílias não tiveram condições financeiras de comprar arame e animais adequados ao confinamento. Atualmente, uma das principais atividades produtivas do projeto é a pecuária, toda família tem animal adquirido com recursos próprios ou via PRONAF:

O Banco do Nordeste financia o PRONAF para o pequeno, nós já fizemos o PRONAF, já tem gente que comprou gado, comprou arame, mas além dos PRONAF serem pequenos [poucos recursos], a gente se aperreia no outro ano, porque a gente compra o arame, cerca a área, mas no outro ano é difícil para pagar, mas funciona, muita gente já foi beneficiada com esse PRONAF. (Entrevista com João Américo do Boqueirão).

Em 2007, a ACA, em parceria com a CPT e o Fórum Carajás¹⁴, elaboraram o plano de negócios para a comunidade Buritirana – através do Programa Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS)¹⁵, financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) –, tendo em vista o aprimoramento das atividades desenvolvidas pelas famílias: criação de

14. Foi criado em 1992 para acompanhar as políticas e projetos para a região de Carajás, que engloba os Estados do Maranhão, Pará e Tocantins. (FÓRUM CARAJÁS, 2011).

15. O PPP-ECOS fomenta projetos de ONGs e de base comunitária no Cerrado.

galinha caipira, cultivo do abacaxi e a coleta do pequi¹⁶ e do buriti. Os produtos escolhidos faziam parte da dieta das famílias e possuíam um mercado institucional: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); e o Programa de Compra Local (PCL), da prefeitura municipal.

O projeto do PPP-ECOS não avançou muito. A agroecologia ainda é uma novidade e os seus potenciais produtivos não estão muito claros para os agricultores familiares locais, que temem que as técnicas agroecológicas não sejam tão eficientes quanto aparentam ser e porque orientam a não utilização de antigas práticas de cultivo:

(...) nós temos o aviso que tem que mudar o cultivo, assim pelo lado do fogo, a roça de botar fogo, nós fizemos até curso de agroecologia, que diz que tem que acabar com isso, que tem que aprender a trabalhar de outro jeito. (Entrevista com Custódio da Buritirana).

A coleta do pequi para a comercialização não foi implementada e o buriti é pouco aproveitado. Em outras, as áreas dos Gerais de Balsas, os agricultores familiares estão começando a adotar a agroecologia:

(...) também desenvolvemos plantio frutífero de laranja, de lima, de abacaxi, essas coisas, e começamos o trabalho, a gente trabalha mais no sistema rudimentar, onde a gente vivia da roça do toco, mas também há um trabalho agroecológico, que é aquela roça sem queimar e sem gradear, comecei com uma área bem pequenininha, meia tarefa (...) A questão da agroecologia... primeiramente você tem que recuperar o solo, porque às vezes é uma área que está degradada ou que o solo não é de qualidade,

16. Em Minas Gerais os agricultores familiares organizaram o processo de coleta e comercialização do pequi a partir da gestão comunitária (AZEVEDO; MARTINS; DRUMMOND, 2009).

tem que trabalhar a recuperação dele sem colocar nada químico e depois vai plantando, mas já está em uma fase praticamente recuperada essa segunda área, já fiz uma colheita e agora já vou plantar novamente, acreditando que já vou ter um resultado positivo. (Entrevista com João Fonseca, líder sindical).

Fora dos Gerais de Balsas, os agricultores familiares do Povoado Sítio Novo, todos ligados por laços sanguíneos, no dia 14 de novembro de 1994, criaram a Associação Santa Luzia de Pequenos Produtores Rurais, uma exigência para ter acesso ao PCPR. Nos dois anos seguintes, o PCPR, através da GEAGRO, financiou, com recursos não reembolsáveis: equipamentos de tração animal; charrete; duas parrelhas de bois; dois burros; equipamentos manuais, enxada foice, machado e plantadeira; dois motores a diesel; usina de arroz; um gerador de energia; um galpão pequeno com telhas de zinco; uma casa de farinha; trator agrícola (65 cv); e implementos, grade aradora, carroça e uma bateadeira de cereais.

Os 25 agricultores familiares, membros da Associação Santa Luzia foram os primeiros a acessar o PCT em Balsas (ver Quadro 3). No dia 24 de junho de 1998, compraram terras passíveis de mecanização, a 12 km da cidade. Ao se instalarem na nova área, cada sócio recebeu 1.500 reais para usarem conforme suas necessidades. Nos anos seguintes, foi sendo implementada a infraestrutura do Povoado Santa Luzia. Em 2000, através do Subprojeto de Investimento Comunitário (SIC), vinculado ao PCPR, foi instalada uma rede elétrica trifásica de 6 km, com um ramal de 300 metros para beneficiar uma área irrigada de 10 hectares.

Nos anos 2000, as famílias foram contempladas com projetos produtivos modernizantes, financiados pelo PCPR e executados pela GEAGRO: 2003, o Programa Estadual “Cabra Legal”; 2004, um campo agrícola irrigado para o cultivo de frutas e hortaliças; 2005, o Projeto Galinhas Caipira de Postura. Todas essas políticas e programas fazem parte do projeto do Estado brasileiro e do Banco Mundial, de implementar um novo modelo de agricultura familiar, capaz de aumentar a

produção agrícola e pecuária familiar, e, principalmente, de reduzir os ruídos das lutas pela posse da terra no meio rural do país. Mas, nenhum dos projetos produtivos implementados obteve êxito.

Quadro 3 – Subprojetos financiados pelo crédito fundiário em Balsas

Instituição Beneficiada	Nº de Famílias	Data da Escritura	Área (em ha)
Associação Santa Luzia de Pequenos Produtores Rurais	23	24/06/1998	880,67
Associação de Pequenos Produtores Rurais do Povoado de Lagoa do Belém	29	16/09/1998	732,69
Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Vida Nova	24	18/02/1999	853,04
Associação de Pequenos Produtores Rurais de Balsas	30	05/04/1999	897,37
Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Santo Antônio	20	20/09/2000	703,00
Associação de Pequenos Produtores da Comunidade São Cardoso	40	26/12/2000	1.075,00
Associação de Pequenos Produtores Rurais Barra da Aldeia	29	28/06/2002	1.125,00
Associação São Félix de Pequenos Produtores Rurais	16	03/07/2002	400,00
Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade São Pedro	22	24/04/2003	587,62
Associação São Raimundo de Pequenos Produtores Rurais	41	24/07/2003	1.000,00
Associação de Pequenos Produtores Rurais Comunidade Terra Viva	32	09/03/2005	1.000,00
Associação Monte Sião	22	26/01/2007	515,08
Associação Brejo Grande	24	26/01/2007	404,00
Total	352	-	10.173,47

Fonte: AGERP/MA.

O desenho dos projetos e qualidade da assistência técnica, segundo os agricultores familiares do Povoado Santa Luzia, foram as principais causas do fracasso dos projetos financiados com recursos do PCPR. A caprinocultura foi abandonada, porque os animais não se adequaram ao clima local e começaram a ter doenças. O projeto de irrigação original foi esquecido e, com a estrutura montada, as mulheres do povoado se reuniram e criaram hortas, comercializando a produção na feira da cidade todos os sábados. A criação de galinhas caipira de postura fracassou, porque a assistente técnica da GEAGRO calculou erradamente

a ração e as galinhas não tinham força se quer para botar os ovos, e morriam tentando.

(...) o município de Balsas também tem terra, tem água, tem homem e mulher trabalhadora, que trabalha, que trabalha, infelizmente falta incentivo, esse incentivo tem que nascer do governo, de entidades, do prefeito, Secretaria de Agricultura, do Estado, do município, das associações, do Sindicato, tem que dar esse incentivo pro pequeno produtor. Se não tiver incentivo, não tiver assistência técnica, financiamento com assistência técnica (...). (Entrevista com Abraão, líder sindical).

A fala do senhor Abraão, expressa dois momentos dos efeitos da institucionalização do projeto agropecuário familiar: (1) um tradicional, em que era necessário, apenas homens e mulheres, terra e água, para que houvesse produção agropecuária; e (2) outro de modernização do processo produtivo da agricultura familiar mediante a oferta de assistência técnica e crédito por parte do Estado. O segundo momento é marcado pela institucionalização de demandas políticas e pela atuação dos órgãos de representação dos agricultores familiares, para cobrarem do Estado a formulação de políticas públicas de assistência técnica e de crédito.

Diante da citação acima, e de todos os aspectos relacionados às questões do PRONAF e do PRONATER, conclui-se que o projeto agropecuário familiar possui um alto grau de institucionalização, verificado nas políticas nacionais e regionais voltadas para as áreas reformadas, que incluem assistência técnica e crédito. No entanto, os agricultores familiares não conseguiram mobilizar instituições para implementarem seus projetos agropecuários, tendo que aderir aos formulados pelos órgãos oficiais, que muitas vezes não funcionam como deveria, o que para as famílias do Povoado Santa Luzia se reflete no não pagamento

da terra e não inclusão dos seus nomes no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).

4.3.3 Legitimação do projeto territorial agropecuário familiar

A luta pela reforma agrária e pelo fortalecimento da agricultura familiar, responsável pela elaboração do I PNRA, do PRONAF, do II PNRA, do PNATER e PRONATER, foi um elemento importante para a legitimação do projeto territorial agropecuário familiar, porque definiu um modelo de apropriação do espaço e dos seus recursos naturais, pelos agricultores familiares, apesar de não ser considerado o ideal para as famílias assentadas, em parte, devido à obrigatoriedade da adoção de instituições formais, associações ou cooperativas, que demandam custos organizacionais e operacionais. O PNCF, por exemplo, tem como discurso de legitimação o combate à pobreza (BRASIL, 2004, p. 8):

O objetivo central do Programa é de contribuir para a redução da pobreza rural e para a melhoria da qualidade de vida, mediante o acesso à terra e o aumento de renda dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

O acesso à terra se dará por meio do financiamento da aquisição de terras e dos investimentos necessários à estruturação das unidades produtivas constituídas pelas comunidades e famílias beneficiárias. Este financiamento é reembolsável pelos beneficiários. Os recursos destinados para este fim poderão ser inteiramente providos pelo Governo Federal, por meio do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, ou contar com contrapartidas dos próprios beneficiários, de estados e municípios ou de outras fontes.

O discurso de combate à pobreza rural e de acesso à terra pelos trabalhadores rurais sem-terra, via crédito fundiário, acaba tendo a

adesão de diferentes segmentos da sociedade brasileira, e dando ao projeto territorial agropecuário familiar um alto grau de legitimação nacionalmente. Mas, há também os discursos que procuram legitimar o processo produtivo familiar em detrimento dos patronais ou empresarias, esses tendem a ser mais localizados, já que cada região possui suas especificidades, e podem representar lutas simbólicas em torno da degradação ambiental, migração rural e escassez de alimentos nas cidades:

Até os anos 1970, todo mundo é sabedor disso, que Balsas era um município pequeno, 80% da população vivia na zona rural e apenas 20% na zona urbana, bom daí pra cá, começou, nos anos 1970, a chegada da lavoura mecanizada, iniciou com o arroz e logo, logo em 1974, 1975 começou o cultivo da soja. Hoje é evidente que daí vem a questão da migração do camponês para a cidade, mas, até chegar essa questão da soja, os trabalhadores viviam na zona rural produzindo arroz, milho, feijão, mandioca, criando gado, criando porco (...) Então, com a chegada da soja, o pessoal foi migrando porque houve **a questão da grilagem**, não é? E a maioria das terras foi grilada mesmo, posso dizer isso aqui e assinar. (...) **o pequeno produtor que estava lá** produzindo da maneira que realmente ele era acostumado (...). (Entrevista com Abraão, líder sindical, grifo nosso).

A citação acima apresenta a percepção das lideranças sindicais sobre a posse da terra nos Gerais de Balsas. Os agricultores familiares há muito estabelecidos, mesmo sem terem tido a regularização da posse da terra, ao passo que os grileiros, adotaram expedientes ilegais para terem acesso à terra. A ênfase na grilagem, feita pelo senhor Abraão, é para mostrar que os agricultores familiares são os proprietários legítimos e legais das terras dos Gerais de Balsas e que os sojicultores, fo-

rasteiros, são invasores. Essa disputa simbólica coloca, de um lado, um modelo de posseiros e outro de grileiros, ambos ilegais para o Estado.

A associação entre avanço da soja em Balsas e no Sul do Maranhão e migração rural é uma estratégia muito adotada pelos sindicatos rurais e movimentos sociais rurais que procuram conquistar o apoio de uma parcela da população urbana. Contudo, a fala mais contundente entre todos os agricultores familiares entrevistados durante a pesquisa chamava a atenção para a centralidade da soja na história da agricultura balsense:

Agora, essa nova governadora [Roseana Sarney]... esperamos que ela tenha mudado, que realmente dê um tratamento melhor para essa questão dos assentamentos, porque uma coisa interessante é que a soja é a chave da história aqui do Sul do Maranhão, é soja, apesar de produzir milho, algodão, arroz, mas a história aqui é da soja e os pequenos não produzem soja, mas o que se consome aqui também não é soja, o que se consome aqui é arroz, feijão, é farinha de mandioca, carne de frango, de porco, de gado, de peixe é essas coisas. (Entrevista com Abraão, líder sindical).

O senhor Abraão, atual presidente do STTR, chama a atenção para o fato de que a soja produzida não serve de alimento para a população local, e que toda a produção é voltada para a exportação, gerando divisas para os grandes grupos empresariais que produzem e comercializam a soja, e descaso político para os agricultores familiares, produtores de alimentos constituintes da dieta local, situação essa que nos mostra o esforço dos agricultores familiares legitimarem seu projeto territorial no Estado do Maranhão e no município de Balsas, principalmente, após a criação dos assentamentos rurais.

Os assentamentos rurais criados pelo INTERMA, em Balsas, foram fruto das lutas em defesa dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas, que estavam sendo expulsos ou ameaçados de expulsão de

suas terras para darem lugar à soja. Ora, a divulgação desses conflitos, pela Igreja Católica e pelo STTR, fizeram com que a pressão da opinião pública legitimasse a criação dos assentamentos, mas não foi forte o suficiente para que o Governo estadual fornecesse assistência técnica, por exemplo, a que os agricultores familiares das áreas reformadas tenham grande dificuldade em legitimar o seu projeto territorial.

4.4 PROJETO TERRITORIAL SOJÍCOLA

O surgimento da atividade sojícola em Balsas confunde-se com a chegada dos primeiros agricultores vindos do Rio Grande do Sul, com a modernização da agricultura brasileira e com os programas governamentais de colonização do Cerrado e da Amazônia Legal. Mas não é possível afirmar categoricamente que houve uma relação determinante entre esses fatores. Por exemplo, a primeira cultura desenvolvida pelos agricultores gaúchos foi a do arroz, cultivo tradicional do Estado, em consorciamento com a pecuária intensiva. O que estimulou o cultivo da soja em larga escala, no Cerrado maranhense, foram as condições favoráveis para a exportação da oleaginosa a partir dos anos 1990.

As dinâmicas que possibilitaram o desenvolvimento da sojicultura, no município de Balsas e região, deram contorno ao projeto territorial sojícola, que será analisado a partir do entendimento das intencionalidades dos sojicultores pioneiros, dos colonos do PRODECER e das empresas produtoras de grãos que ampliaram o cultivo da oleaginosa a partir dos anos 1990; da capacidade dos atores sociais e das empresas (produtoras e que comercializam os grãos, os insumos e os implementos agrícolas) em institucionalizarem seus modelos de apropriação do espaço e dos recursos naturais; e dos diferenciais de legitimação apresentados pelos diferentes sojicultores para dar sentido a suas intencionalidades.

4.4.1 Intencionalidades dos atores sociais do projeto territorial sojícola

Os primeiros sojicultores, aqui chamados de pioneiros, deslocaram-se do Rio Grande do Sul para Balsas, nos anos 1970, em busca de (1) terras baratas e aptas ao desenvolvimento de uma agricultura mecanizada, e de (2) crédito subsidiado pelo Estado para a modernização das atividades agropecuárias tradicionais, como, também, para o plantio de culturas modernas¹⁷. Essas estratégias, produtivas e econômicas, representaram novas formas de apropriação do espaço e de seus recursos naturais – mediante o uso das chapadas, áreas subutilizadas pelos pecuaristas e pelos agricultores familiares balsenses –, que serão analisadas a partir das estratégias produtivas de dois pioneiros da soja: os senhores Leonardus Philipsen e Antídio Sandri.

O primeiro agricultor a cultivar soja no Maranhão foi o senhor Leonardus Philipsen, migrante holandês que chegou a São Paulo no ano de 1949, mudando-se para Não-Me-Toque (RS), em 1956. Já em 1957, o agricultor começou a cultivar a terra através de financiamento de custo junto ao Banco do Brasil. No final da década de 1960, vendeu suas terras, 24 ha, para arrendar uma área de 400 ha no município vizinho de Chapada (RS). No entanto, o falecimento do proprietário das terras, em 1973, mudou o rumo da família Philipsen. Os herdeiros solicitaram a área e a família ficou sem terra para plantio (KAISER SILVA, 2009).

Em 1974, ao se dirigir à agência do Banco do Brasil de Carazinho (RS), o senhor Philipsen foi informado pelo gerente que o banco estava disponibilizando crédito subsidiado, sem correção monetária e sem necessidade de avalista para agricultores interessados em modernizar

17. Entre as culturas tradicionais, destacam-se os cultivos do café, do arroz, da cana-de-açúcar e do algodão. As ditas culturas modernas, no Brasil, são o trigo e a soja, que começaram a ser cultivados comercialmente concomitantemente ao processo de modernização da agricultura.

a agricultura do Sul do Maranhão¹⁸. Em 1974, o senhor Philipsen foi pela primeira vez a Balsas em busca de terra e crédito. Depois de algumas viagens à agência do Banco do Brasil de Uruçuí (PI), em 1976, teve um projeto aprovado para trabalhar em 1.000 ha, no valor de 3.800.000,00 de cruzeiros, com 12 anos de prazo, 4 anos de carência e juros de 1% a.a., sem correção monetária e sem necessidade de avalista¹⁹ (KAISER SILVA, 2009).

A primeira lavoura da família Philipsen foi plantada a 180 km da cidade, em terras do Estado, cedidas por uma Carta de Anuência, emitida pelo Secretário de Estado da Agricultura do Maranhão, à época o senhor Domingos dos Santos Martins, no governo de Nunes Freire, precedido pelo de José Sarney (criador da Lei de Terras de 1969). A primeira colheita foi a de arroz, em 1976, e o Secretário da Agricultura esteve presente. Contudo, no ano seguinte, a Carta de Anuência foi suspensa e a família teve que procurar nova área para cultivar.

Em 1977, na Fazenda Santo Isidoro, próxima da cidade de Balsas, o senhor Philipsen realizou o primeiro cultivo de soja do Estado do Maranhão. Foram plantados 32 ha. A colheita de soja não foi boa, porque a cultivar trazida do Rio Grande do Sul não era adequada para o Cerrado. No ano de 1978, o senhor Philipsen adquiriu a Fazenda Vargem Limpa²⁰, do então pecuarista Eloy Coelho Netto, que ficava a 45 km da sede municipal de Balsas. A nova área de cultivo de 6.000 ha recebeu o nome de Fazenda Boa Vista.

18. Embora o senhor Leonardus Philipsen em nenhum momento faça menção ao nome do programa federal que financiava terras e atividades agropecuárias no Maranhão, fica claro, pelas características e detalhes apresentados, que se trata do PROTERRA.

19. A elaboração do projeto, demarcação de terras e demais aspectos técnicos relacionados à produção agropecuária foram todos planejados pelo gaúcho e engenheiro agrícola Antonio Carlos Noal, que migrou para Balsas, a pedido do senhor Philipsen, em 1974.

20. O senhor Philipsen, sempre que possível, destaca que cada hectare comprado na época tinha o mesmo preço de uma carteira de cigarros.

Embora tivesse o arroz como principal atividade agrícola, em 1976, a família Philipsen não adotou o monocultivo em terras balsenses. Em 1978, além do plantio de arroz e das experiências com o cultivo da soja, a família possuía um rebanho de 700 cabeças de gado e tinha uma criação de porcos pretos, incomuns na região. As atividades pecuárias eram consorciadas com as agrícolas, seguindo as orientações do PROTERRA de ocupar as chapadas, a partir da adoção de pacotes tecnológicos que permitiam níveis expressivos de produtividade, quando comparados com os modelos tradicionais agropecuários locais.

Antídio Sandri e seu irmão, Delmo Sandri, começaram a planejar a saída do Rio Grande do Sul, na segunda metade dos anos de 1970, em busca de terras que atendessem às necessidades de manutenção da família, porque a área que possuíam era pequena:

Nós tínhamos 15 ha e não era chão de serra, era o Vale do Alto Uruguai, chão de serra é muito fértil, mas nossa área só trabalhava manualmente, tração animal, coisa só manual. E nós apostávamos que sabíamos produzir, sabíamos trabalhar, então pegar uma área com mais espaço para poder plantar mecanizado, não é? Então foi o que fez nós sairmos de lá. A gente sofreu demais, deixar todos os parentes e amigos que a gente passou a juventude... a terra da gente sempre é a melhor. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor).

Já com a intenção de vender os 15 ha no Rio Grande do Sul para comprar uma área maior, o primogênito da família, Antídio Sandri, começou a se informar sobre novas áreas de cultivo no Cerrado. Nos anos 1970, muitos gaúchos estavam migrando para o Mato Grosso. Entretanto, um parente da família, que já havia comprado terras no Sul do Maranhão, falou que o solo era bom e que estava disposto a vender sua propriedade. Não perdendo tempo, em 1977, Antídio e Delmo Sandri

visitaram Balsas, acharam a região adequada para o cultivo mecanizado e com terras baratas, fechando logo o negócio com o tio.

A primeira área que a família comprou foi no Rio Coco, totalizando 813 ha, 54 vezes maior do que a posse do Rio Grande do Sul. Após comprarem as terras, surgiram muitas ofertas de venda de terras para a família:

Na época que nós chegamos vinha todo mundo, domingo tinha muita gente querendo **vender as chapadas**, vender as terras porque nas chapadas não dava nada, então muita gente querendo vender terra e oferecia, aí nós fomos comprando umas áreas e fomos seguindo, fomos se localizando. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso)

No Rio Grande do Sul, os Sandri plantavam milho, soja, arroz, feijão e trigo com a força de trabalho da família. Às vezes, no plantio e na colheita, pagavam um trabalhador para ajudar. A grande dificuldade da família Sandri ao chegar ao Sul do Maranhão, em termos produtivos, foi ter que plantar apenas arroz:

Lá diversificávamos um monte de cultura, as hortaliças também, todo tipo, aqui ficou só especificamente no arroz e nós, no começo, sentíamos preocupação em apostar só numa cultura. O arroz é bastante preocupante, porque qualquer veranico que tem se acaba, mas por sorte que no primeiro ano que nós plantamos, colhemos cheio [colheram tudo], atrasou o plantio, porque tudo era mais difícil, mas colhemos safra cheia, vendemos bem, então nós demos uma levantada boa. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso).

O primeiro cultivo de soja, realizado pela família Sandri, foi em 1980, quando plantaram 30 ha. A área de soja plantada permaneceu

pequena nos anos seguintes, porque a família não conseguia custear a produção junto ao Banco do Brasil, que considerava uma operação de risco, porque não havia cultivares adequados para a região, e o arroz continuou sendo a cultura principal para a comercialização. A pequena produção de soja do período era ensacada, não havia caminhões graneleiros, e vendida para São Luís, Fortaleza e Goiânia.

A intenção principal dos sojicultores pioneiros era a ocupação das terras não utilizadas pelos agricultores e pecuaristas locais, as chapadas, associada à ideia, implícita, de desenvolvimento econômico mediante a modernização da agricultura e criação de empresas do ramo agrícola, para gerar empregos e atrair mais gaúchos para Balsas. A partir dos anos 1990, quando a soja já estava definitivamente estabelecida, as intencionalidades dos pioneiros se centraram no aumento da área de cultivo e na intensificação do uso da terra:

Nós plantamos 2.800 ha [de soja em 2008]. Mas, temos os pivôs de irrigação, que a gente chega a plantar três vezes no ano, **plantamos milho, plantamos soja e plantamos feijão**. Em 12 meses dá para fazer 3 culturas, colheitas. Então nós estamos sempre plantando, isso é uma grande vantagem porque a gente contém os empregados, não precisa está trocando, dispensando ninguém, então ele tem o emprego seguro e a gente tem pessoas conhecidas, seguras também e produz o ano todo. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso)

Novos atores sociais aderiram ao projeto territorial sojícola: a Agropecuária e Industrial Serra Grande (AGROSERRA)²¹, criada em 1985, para o cultivo de soja; a SLC Agrícola, que, em 1988, vendeu sua fazenda de 2.000 ha em Horizontina (RS) para comprar 26.000 ha no

21. Fundada pelo engenheiro florestal Serafim Ticianeli, natural de Campinas (SP), em sociedade com os irmãos Zulli, que se retiraram da sociedade em 1988.

Sul do Maranhão (FERRARI, 2011), para cultivar soja; e a CEVAL, que, em 1989, iniciou suas atividades no Sul do Maranhão com o financiamento de lavouras de soja e a construção de uma unidade de secagem e armazenamento de grãos. A AGROSERRA e a SLC Agrícola foram as primeiras empresas produtoras de soja, e a CEVAL a primeira a financiar as lavouras na região, iniciando o processo de empresarização da soja.

Os 28.000 ha de terra adquiridos pela AGROSERRA são estrategicamente localizados, próximos à MA-006, que se conecta à BR-230 (a noroeste de Balsas), especialmente para os anos 1980, porque essas rodovias não eram pavimentadas, para cultivar soja e cana-de-açúcar a partir de 1990, quando constrói uma usina para produzir álcool. A SLC adotou estratégia semelhante: comprou sua primeira fazenda próxima à MA-006 (ao sul de Balsas) para cultivar soja e, nos anos 2000, o algodão. O processo de empresarização da soja é marcado pela resignificação da grande propriedade, para que os gastos decorrentes da falta de uma infraestrutura de transporte adequada fossem compensados com uma produção em escala.

Antonius Philipsen, filho de Leonardus Philipsen, e hoje o responsável pela fazenda da família, em entrevista ao Jornal Maranhão Hoje, afirma que a falta de “infraestrutura [de transporte] pode fazer com que os grandes grupos multinacionais assumam o controle da produção, já que os pequenos e médios estão ficando cansados de tanto esperar pelo governo e não suportam perdas” (EMIR, 2010), o que nos mostra uma tensão entre os sojicultores pioneiros, mais fragilizados pela falta de estradas, e as empresas produtoras de grãos, menos afetadas por esses entraves porque a produção em escala supera os custos com transporte.

Nos anos de 1990, o BASA e o BNB estimularam fortemente a expansão da soja no Sul do Maranhão, com a estruturação do Plano de Ação para Potencializar o Desenvolvimento do Polo de Balsas (PAPDPB), com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), criado em 1974, para viabilizar projetos de desenvolvimento da Amazônia Legal; do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), principal in-

centivo fiscal do Nordeste, criado em 1974; e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), criado em 1988, para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, redução da pobreza e das desigualdades sociais (FRANÇA E SANTANA, 1997).

O então governador do Maranhão, Edson Lobão, endossou as ações estatais de viabilização da sojicultura no sul do Estado a partir da criação do Corredor de Exportação Norte²², em 1990, e da formalização de acordo com a CEVAL, em 1993, para a instalação de uma fábrica de esmagamento de soja em Balsas, com capacidade para 600 toneladas por dia. A empresa catarinense foi a primeira empresa a exportar soja maranhense para a Europa, em 1992, via Porto da Madeira, e tinha a intenção de processar a oleaginosa para agregar valor e fomentar a suinocultura e avicultura na região.

O jornal O Estado do Maranhão publicou, no dia 19 de agosto de 1993, no caderno de economia, que: “Balsas ganhará duas indústrias: Ceval e Agrocere promovem investimentos no Sul do Maranhão”. A primeira esmagaria soja e a segunda produziria álcool a partir de cana-de-açúcar. O também jornal maranhense, O Imparcial, meses depois, em 17 de novembro de 1993, foi mais contundente:

A partir de janeiro, a Ceval Alimentos S/A, uma das maiores cooperativas do país, iniciará a construção de uma grande indústria de soja no Sul do Maranhão. (...) Aos empresários catarinenses, o governador Lobão traçou um quadro de investimentos que o Governo vem realizando no setor agrícola, especialmente no Sul do Estado, e destacou uma vez mais as imensas potencialidades

22. O CEN foi criado para escoar a produção de grãos do Sul do Maranhão pelas ferrovias Norte-Sul e Carajás até a Ponta da Madeira, no complexo Portuário de Itaqui, em São Luís. O programa contou com a participação da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), Banco do Brasil, BNB; BASA; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); CVRD; CONAB; EMBRAPA; Governo do Estado do Maranhão; Governo do Estado de Tocantins; Governo do Estado do Piauí; Prefeitura Municipal de Balsas (PMB).

da região. ‘Temos de recebê-los de braços abertos porque eu creio que, a partir do próximo ano, nós estaremos dando um salto gigantesco no setor de produção de óleo de soja no Maranhão’, afirmou o Governador. (Ceval..., 1993).

Aby-Azar (1993), da Gazeta Mercantil, forneceu mais detalhes do empreendimento, mostrando que a CEVAL tentava enquadrar o projeto no Programa de Desenvolvimento Industrial do Maranhão (PRODEIN), financiado com recursos do Banco do Estado do Maranhão (BEM), para financiar a instalação da fábrica. Furtado (1993), da Revista Exame, em sua matéria fala que há um Eldorado no Maranhão, Balsas, que atrai toda semana uma média de 40 novos migrantes vindos da região Sul.

Embora tenha sido amplamente divulgado, a CEVAL e a Agrocerec não instalaram unidades fabris em Balsas devido à instabilidade política e econômica que assolava o Brasil na primeira metade dos anos 1990. A CEVAL foi comprada em 1997 pela holandesa Bungue, que negociou durante um bom tempo com o governo do Estado do Maranhão para construir uma unidade de processamento de soja em Balsas, mas como não conseguiu as isenções pretendidas, passou a negociar com o governo do Estado do Piauí, que atendeu prontamente aos pedidos. Em 2002, foi inaugurada em Uruçuí uma fábrica da empresa.

O crescente aumento da produção de soja e a infraestrutura de transporte alicerçada no modal ferroviário do Sul do Maranhão, que tanto animou a CEVAL a realizar investimentos em Balsas, também chamou a atenção de outras empresas, nacionais e transnacionais, receptoras de grãos e marcou o início de grandes projetos de investimento privado. Paulo Alberto Fachin, ex-plantador de batata no Paraná, chegou a Balsas em 1986, e em 1995 criou a Ceagro para comercializar soja, financiar lavouras e vender insumos. Em 1996, foi a vez da norte-americana Cargill inaugurar sua primeira unidade de recebimento de grãos em Balsas.

Apesar do processo de empresarização da soja em curso, em 1995, a implementação do Projeto de Colonização dos Gerais de Balsas (PC-GEBAL), também chamado de Projeto Batavo, com recursos do PRODECER, estabeleceu um modelo agrícola cooperativo que aumentou a produtividade agrícola regional. A coordenadora (CAMPO) e a executora (Batavo) do projeto de colonização escolheram e assentaram 40 agricultores naturais das regiões Sudeste e Sul do país. Um dos beneficiários do Projeto Batavo, o paranaense Carlos Degger, ressalta que os motivos que o levaram a Balsas foram:

É o que eu sempre digo, até hoje digo: lá no Sul, ficaram pequenas as áreas, e lá todo dia praticamente você torce para que o seu vizinho quebrar ou morrer, para sobrar uma área para você plantar. (...) Eu tomei conhecimento dele [PC-GEBAL] lá no Paraná através da cooperativa que... como a cooperativa tomou conhecimento eu não sei. Mas a cooperativa foi... diz que foi escolhida, a que apresentou a melhor opção para gerir essa fase do projeto, não é? Daí eu fui dos que me inscrevi e fui escolhido para vir. (Entrevista com Carlos Degger, colono do Projeto Batavo).

O mineiro Devanir Bazanni, por sua vez, apresenta outros motivos:

Eu, por acaso, fui trabalhar em Paracatu em Minas Gerais, eu trabalhava com mineração e fui trabalhar. Em Minas, na cidade que eu fui tinha 7, 8 projeto igual [do PRODECER] em volta, como eu vinha da área rural, minha mãe, meu pai, eu nasci na roça depois sai, meu pai continua até hoje. Eu fui conhecer as fazendas lá, conheci as pessoas em volta, conheci o projeto lá em Ribeiro de Paracatu e comecei assim, aí eu resolvi deixar a mineração e fui procurar outra oportunidade. A oportunidade que surgiu foi o PRODECER, aí eu vim para cá através da... porque eu conheci

lá em Minas. (Entrevista com Devanir Bazonni, colono do Projeto Batavo).

Os colonos do Projeto Batavo tinham a intenção de ter a posse da terra e/ou novas oportunidades de trabalho, mesmo que não viesse cultivando a terra. Os recursos disponibilizados pelo PRODECER eram atrativos para a época, 1,2 milhões de dólares para cada colono, enquanto o salário mínimo, em 1994, era de 70,00 reais. Embora os colonos do Projeto Batavo atualmente estejam desarticulados, mostraram que as terras dos Gerais de Balsas eram altamente produtivas para o cultivo da soja, despertando assim o interesse de empresas agropecuárias, que logo se instalaram para cultivar soja e depois o algodão.

O projeto territorial sojícola não agregou apenas atividades agrícolas como o cultivo da cana-de-açúcar e do algodão, a infraestrutura de transporte e a produção de grãos (soja e milho) estão estimulando empresas do ramo da avicultura a formalizarem intenções de se instalarem em Balsas:

A primeira agroindústria de Balsas deve começar a ser construída em 2010. A empresa pernambucana Frango Natto assinou um protocolo de intenções com o governo maranhense para instalar em Balsas um complexo com capacidade para abater 150.000 aves por dia. O investimento de 146 milhões de reais deve gerar 3.600 empregos diretos e indiretos. Outra modalidade de agroindústria que deve mexer com o Mapitoba é a fabricação de celulose. A Suzano comprou 35.000 hectares no sul do Maranhão para o plantio de eucalipto e fará parcerias com agricultores para a formação da base florestal. No plano de investimentos da Suzano, estão previstas fábricas no Maranhão e no Piauí. “Essa região ficou adormecida tempo demais. Hoje, cresce em progressão geométrica”, diz João Comério, diretor da unidade florestal da

Suzano. No oeste baiano, o que mais deve crescer é a produção de cana-de-açúcar, atraindo usinas de etanol. (STEFANO, 2009).

Além disso, o projeto sojícola vem apresentando novas formas de gestão agrícola. A Agrinvest²³, criada em 2004, comprou 50 mil hectares no Sul do Maranhão e Sudoeste do Piauí, a partir da emissão de títulos na Euroclear, uma câmara internacional de compensação de títulos, que captou 26 milhões de dólares (ANTUNES, 2010). O Grupo Los Grobo, sediado na Argentina e atuando em todo o MERCOSUL, em 2008, comprou a Ceagro, que já atuava no Cerrado, financiando lavouras e exportando grãos, e hoje controla uma produção de 800 mil toneladas de soja no Maranhão, Piauí e Tocantins (MAPITO), numa área de 60 mil hectares a partir da gestão de contratos (administração da produção e das vendas).

As empresas Agrinvest e Los Grobo estão mudando o agronegócio brasileiro. A primeira abriu caminho para uma nova forma da capitalização do agronegócio no Brasil, ao realizar a primeira operação de captação de recursos no setor agrícola a partir da capacidade da empresa gerar renda, diferentemente das linhas tradicionais de crédito que exigem garantias materiais para conceder financiamentos. A segunda repensou a gestão do processo produtivo e a prestação de serviços no campo, ao produzir sem terras e maquinários próprios, transformando antigos produtores em prestadores de serviços (NETTO, 2008).

4.4.2 Institucionalização do projeto territorial sojícola

O projeto territorial sojícola é marcado pela capacidade de seus atores sociais em mobilizarem instituições, processo que remete à modernização da agricultura, iniciada nos anos 1960, e à atuação da CNA. Nos

23. É uma corretora de *commodities* agrícola controlada pelo fundo norte americano Ridgely Capital, dedicada à produção de soja no Brasil.

anos de 1960, a Operação Tatu (calagem e fertilização dos solos ácidos) foi a primeira ação do Estado voltada para a modernização agrícola, depois se tem a criação da EMBRAPA, para o desenvolvimento de tecnologias agrícolas. No Cerrado e na Amazônia, foram implementados programas modernizantes: PCI, PADAP, POLOCENTRO, PROTERRA e PRODECER, e houve a atuação de três superintendências (SUDAM, SUDENE e SUDECO), órgãos de fomento ao desenvolvimento econômico.

Pode-se afirmar que a triticultura e a sojicultura são as culturas da modernização agrícola brasileira, pela quantidade de projetos estatais de estímulo ao desenvolvimento dessas atividades agrícolas. Nos anos de 1980, o BNB criou o Programa de Difusão da Cultura de Soja no Nordeste (PDCSN) e contribuiu para o estabelecimento da sojicultura nos Cerrados nordestinos, e a EMBRAPA Soja, sediada em Londrina (PR), disponibilizou recursos humanos para o desenvolvimento de cultivares adequados ao Cerrado. O arranjo institucional do Estado forneceu aos sojicultores pioneiros de Balsas as condições ideais para a criação da Cooperativa Mista Valverde, para terem uma estrutura de armazenamento da produção.

Na safra de 1982/83, a estrutura de armazenamento da cooperativa não foi suficiente para a soja cultivada em 4.263 ha. A chegada da CEVAL, em 1988, para financiar as lavouras de soja e comprar a produção fez com que a área plantada na safra de 1988/89 saltasse para 22.850 ha (CVRD, 1993) e colocasse a sojicultura como uma das principais atividades econômica de Balsas. Mas, somente após a inauguração do Corredor de Exportação Norte, no dia 7 de julho de 1992, foi realizada a primeira exportação de soja para a Espanha, em 17 de julho, através do Porto da Madeira (CVRD, 1993; KAYSER SILVA, 2009).

De acordo com a CVRD (1993), na safra de 1992/93 eram 118 produtores de soja no Maranhão cultivando uma área de 45.849 ha. Destes, 45 cultivavam até 150 ha, o que representa 38% do total, 57 cultivando entre 150 e 600 ha e apenas 17 produtores cultivando áreas acima de 600 ha, representando 14%, o que nos mostra que poucas empresas

produtoras de grãos estavam instaladas em Balsas, limitando-se à Fazenda Parnaíba do SLC Agrícola e à AGROSERRA. Mas, as facilidades de exportação para um dos principais mercados da soja brasileira, a Europa, contribuíram para adesão de novos atores sociais ao projeto sojícola (*tradings* e empresas produtoras de grãos) e para um processo de reconversão produtiva.

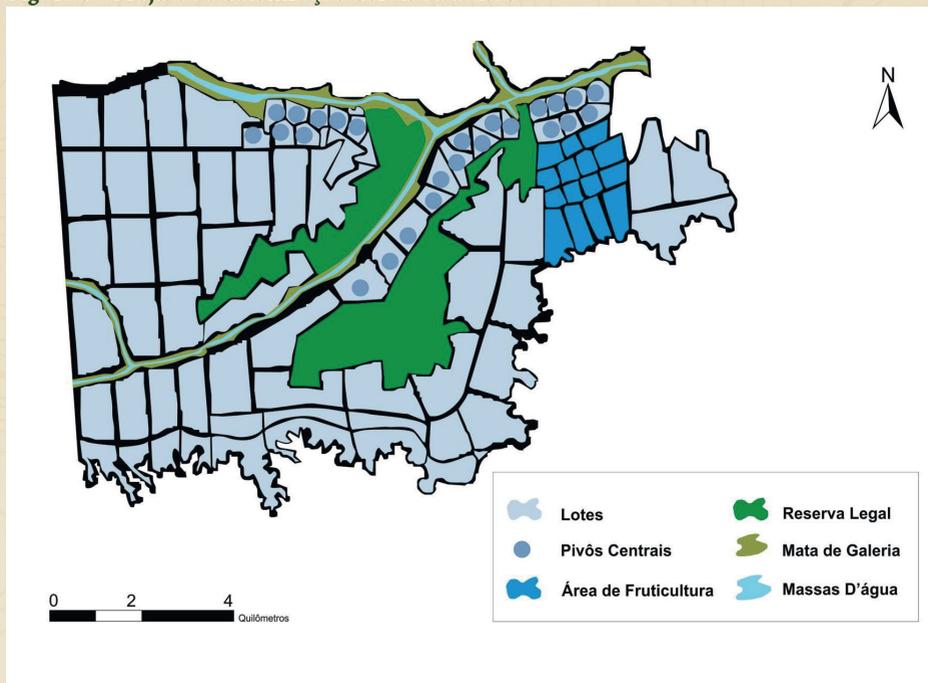
Os sojicultores aderiram ainda às políticas de parceria da EMBRAPA para investir em pesquisa, a fim de que a produtividade da soja no Sul do Maranhão crescesse e se igualasse a outras regiões do Cerrado, como no Mato Grosso, por exemplo. Deste modo, criaram a Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte (FAPCEN), em 27 de abril de 1993, para representá-los institucionalmente nas áreas de pesquisa (melhoramento genético de cultivares) e extensão:

A FAPCEN é um órgão que tem os cotistas, que pagam pelas pesquisas à EMBRAPA, que desenvolve as variedades, os cruzamentos necessários, e a FAPCEN se encarrega de multiplicar as variedades que a EMBRAPA fez, ai se distribui para cada cotista um percentual, depois de feita a pesquisa... nós temos diversos cotistas em diferentes regiões (...), tem no Piauí e tem no Maranhão, tem até Centro-Oeste, tem até em Roraima que é diferente um pouquinho o clima. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor).

As ações da FAPCEN, em parceria com a EMBRAPA, na área de pesquisa e nos programas de desenvolvimento do Cerrado, possibilitaram a implementação do PC-GEBAL (ver Figura 6), com recursos da terceira etapa do PROCEDER, coordenado pela CAMPO e executado pela Cooperativa BATAVO, sediada no Paraná, que criou, no dia 9 de maio de 1995, a Cooperativa Agropecuária Batavo Nordeste Ltda., com sede na Fazenda Batavo, nos Gerais de Balsas. No ano seguinte, o Governo do Estado do Maranhão criou o Núcleo de Meteorologia e Recursos

Hídricos do Maranhão (NEMRH/MA), para realizar, em parceria com a FAPCEN, trabalhos sobre a demanda de água para a cultura da soja em Balsas.

Figura 6 – Projeto de Colonização Gerais de Balsas



Fonte: Adaptado de Aquino, Walter e Ribeiro (2007).

O PRODECER define um modelo de apropriação da terra semelhante aos assentamentos rurais: exige a criação de uma cooperativa para organizar a produção e gerir a comercialização. No PC-GEBAL, cada colono recebeu um lote de 483 ha e 1,2 milhões de dólares para: comprar um pivô central de irrigação para 50 ha, dois tratores, uma colheitadeira, uma grade, uma plantadeira, uma pipa para óleo diesel; construir galpões e uma casa na agrovila; e desmatar e corrigir o solo. O projeto financiou uma estrutura coletiva formada por: duas agrovilas,

um escritório para a cooperativa, uma unidade de secagem de grãos e um silo de grãos com capacidade aproximada de 70.000 toneladas.

Os governos municipal e estadual tinham uma contrapartida para que o projeto fosse implementado no Estado: a construção e recuperação de estradas e de pontes, e a eletrificação rural. Mesmo sem a contrapartida dos governos locais, os colonos começaram a chegar ao projeto, em julho de 1995, e realizaram o primeiro plantio no mesmo ano. A primeira lavoura foi plantada coletivamente em condomínio, e organizada pela cooperativa porque a autorização de desmate de todos os lotes não ficou pronta a tempo:

No primeiro ano nós produzimos muito bem, mas tivemos muitas dificuldades. É... com a cooperativa, na hora de acertar as contas, nós tivemos aqui uma questão nova, o que estava na cooperativa queria, porque queria controlar tudo, está certo? Inventou um condomínio, e esse condomínio deu enormes prejuízos, então o PRODECER ele dá lucro para o colono no início, é onde o colono se prepara para usar nos anos piores, não é? Nós, além de tudo, tivemos essa questão, não é? Nós perdemos dinheiro no primeiro ano, nós colhemos 39 saca de soja no primeiro ano, nós recebemos todo dinheiro financiado do BNB, todo dinheiro. (Entrevista com Devanir Bazonni, colono do Projeto Batavo).

Nos anos de 2000, a cooperativa não tinha mais condições financeiras para continuar operando, porque uma parcela dos colonos, para evitar que débitos anteriores fossem abatidos, vendiam a produção diretamente para as *tradings*, que financiavam suas lavouras (Bunge, Cargill, Ceagro e Multigrin). Sem produção suficiente para comercializar, de modo que os custos gerenciais fossem cobertos, a Cooperativa Agropecuária Batavo Nordeste Ltda. abriu processo de liquidação em 15 de dezembro de 2004, tendo como liquidante o colono Devanir Bazonni.

Para manter os custos operacionais de liquidação, escritório, funcionários e advogados, o silo da cooperativa foi alugado:

Para uma empresa chamada Multigrin [até 2011]. A Multigrin está lá dentro, e paga 180 mil dólares de aluguel por ano. Esses 180 mil dólares eu tenho utilizado para pagar um escritorzinho pequeno aqui e fazer as defesas no escritório do advogado lá no Paraná, e a gente gasta esse dinheiro basicamente nos defendendo. Bom o quê que aconteceu? Nós conseguimos ganhar na justiça o direito de não pagar essas contas todas, nos defendemos bem, fizemos um bom trabalho e tudo que entrou a partir da minha entrada lá como liquidante, em vez de está gastando algo, nós conseguimos evitar os pagamentos, pequenas exceções, algumas coisas que a gente não sabe, não sabia e não tivemos condições de nos defender, o resto a gente conseguiu e estamos gastando esse dinheiro pagando advogado, investindo na justiça e desse jeito está indo. Nós estamos aos trancos e barrancos, a gente está ganhando, com exceção das dívidas com o governo, com o FUNRURAL, com a receita, e essas são grandes demais para nós, além de grandes são dívidas lançadas na dívida ativa, antes da gente chegar [ao projeto], a cooperativa não se defendeu, então todas as cobranças que foram feitas à cooperativa, posteriormente eu fiz a defesa e eles arquivaram o processo. (Entrevista com Devanir Bazoni, colono do Projeto Batavo).

Hoje, no PC-GEBAL há apenas dois colonos morando no projeto e uma grande parte dos demais deixou de cultivar a terra e passou a arrendá-las para a Fazenda Planeste, do Grupo SLC Agrícola, que possui uma área própria de 22.787 ha e 7.626 ha arrendada dos colonos do PC-GEBAL. Apesar do insucesso do projeto, a articulação político-institucional entre o governo japonês, financiador do PRODECER, e os governos brasileiros (federal, estadual e municipal) viabilizaram a instalação

das maiores *tradings* mundiais, a partir de unidades de recebimento e armazenamento de grãos, e de grandes empresas agrícolas brasileiras produtoras de grãos que estão atuando exclusivamente no Cerrado.

A partir de 2000, ano da criação do Sindicato dos Produtores Rurais de Balsas (SINDIBALSAS), para realizar a mediação entre os sojicultores e os poderes públicos locais e regionais, filiou-se à CNA, o órgão de representação legal da agricultura patronal em nível nacional. A atuação desses dois órgãos de representação de classe pressiona os poderes públicos estaduais e municipais para melhorarem a infraestrutura de transporte:

Está marcada para dia 10 de junho [de 2010], em São Luís, a reunião dos produtores de grãos de Balsas [SINDIBALSAS] e demais municípios do sul do estado, com a governadora Roseana Sarney e os secretários de Agricultura, Afonso Salgado, e de Infraestrutura, Fernando Antônio Pires Leal, para debaterem a construção do Anel Rodoviário da Soja. O anel ligará as MAs 140 e 006, um ramal entre a região de Gerais de Balsas e Tasso Fragoso, facilitando o escoamento da produção de arroz, milho, feijão e, principalmente, soja. (EMIR, 2010).

Sobre o processo de licenciamento ambiental, o vice-presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Balsas (SINDIBALSAS) Antídio Sandri ressalta que “(..) a demora no processo de regularização ambiental das propriedades perante a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) é o maior entrave para que os agricultores possam solicitar crédito nas instituições financeiras” (MA..., 2008). Quando se trata da temática ambiental os sojicultores tendem a destacar apenas as dificuldades que enfrentam para cumprir a legislação.

Concomitantemente, os comerciais de insumos e defensivos agrícolas criaram, em maio de 2002, a Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas de Balsas (ARIAB), para cumprir a Lei n.º 7.802, de

11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos (BRASIL, 1989). Após a criação da ARIAB, as multas aos produtores rurais que não davam o destino adequado às embalagens caíram, segundo a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED/MA).

Isto posto, observa-se que o projeto territorial sojícola possui um alto grau de institucionalização nas três esferas (nacional, regional e local). Os atores sociais do projeto possuem uma grande capacidade de mobilizar recursos institucionais para formalizarem regras e normas que regulamentam os modelos de apropriação do espaço e seus recursos naturais desejados. Os sojicultores pioneiros e as empresas agrícolas foram capazes de institucionalizar suas práticas ambientais, desde o primeiro cultivo, em 1977, na primeira importação, realizada em 1992, até os nossos dias.

4.4.3 Legitimação do projeto territorial sojícola

Uma importante estratégia de legitimação do projeto territorial sojícola é uma feira de agronegócio, a Agrobalsas, que, desde a sua primeira edição, em 2000, vem sendo organizada e realizada pela FAPCEN, em parceria com as secretarias estadual e municipal de agricultura, com o objetivo de “capacitar os agricultores, alunos, criadores e familiares para que possam gerir seus negócios com eficiência e eficácia. Através de associativismo, abrir alternativas concretas para produção de gêneros alimentícios e sua inserção junto ao mercado” (FAPCEN, 2009, p. 2).

A primeira edição da Agrobalsas, em 2000, teve como tema “desenvolvimento agrícola sustentável para a região de abrangência do corredor de exportação norte” e promoveu o primeiro encontro de algodão do Estado do Maranhão, além de divulgar as tecnologias agrícolas e figurar

enquanto o espaço de criação do SINDIBALSAS e da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Sul do Maranhão (AEASUMA), (FAPCEN, 2009). Esse tema deixa implícita a intenção de legitimação da exportação de grãos, que gera divisas e se constituiu em um modelo agrícola de pouca agressão ao meio ambiente porque intensifica o uso da terra.

A segunda edição teve como tema “tecnologias regionais: preservação do solo através da rotação de culturas” e o debate sobre o cultivo do milho, da soja, do algodão e das lavouras de fruticultura para viabilizar o plantio direto, o manejo de pragas e as vantagens de escoamento da produção pelo Porto de Itaqui; como também a instalação de unidade receptora de embalagens de agrotóxicos para reciclagem. A terceira edição teve como tema a “soja e culturas alternativas: consórcio de culturas, adubação verde e bioenergia”. A quarta adotou como tema “fome zero, plantio direto e preservação ambiental”, e discutiu a aumento da produtividade e a adoção de uma agricultura conservacionista (FAPCEN, 2009).

Essas três últimas edições apresentam duas importantes estratégias de legitimação do projeto sojícola: (1) uma voltada para a preservação ambiental e (2) outra para a produção de alimentos. A primeira associa práticas de preservação do solo, manejo de pragas e incorporação de novas atividades agrícolas ao agronegócio sojícola. A segunda, que está diretamente relacionada à primeira, destaca que o agronegócio produz mais alimentos, podendo, assim, contribuir para a redução da fome, discurso que está em consonância com as metas do MAPA “(...) o Brasil deve produzir mais alimentos, a partir do desenvolvimento de novas tecnologias e da sustentabilidade” (BRASIL, 2010a).

A relação entre práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis e que ainda produzem alimentos suficientes para reduzir a fome no Brasil, coloca em xeque os discursos que procuram legitimar a agricultura familiar agroecológica, por exemplo, como modelo de agricultura que agride menos o meio ambiente e que produz mais alimentos. Essas legitimações discursivas de modelos de agricultura, relativas a modelos

distintos de apropriação de recursos naturais, constituem-se em lutas simbólicas travadas nas instâncias nacionais (ministérios e congresso), nos estados e nos municípios.

Uma retrospectiva histórica nos fornece elementos para observar como os discursos de legitimação da agricultura patronal, nesse trabalho do agronegócio sojícola, sofre mudanças nos últimos 30 anos. Nos anos de 1970, momento em que a soja emerge como atividade agrícola rentável, a preocupação ambiental era inexistente. No Cerrado, o uso do correntão²⁴ para desmatamento se manteve até os anos 1990. Em 2006, há o discurso da moratória da soja, comprometimento de sojicultores e suas entidades de classe de não desmatarem áreas na Amazônia para o cultivo durante dois anos, e a associação entre queimadas e a agricultura familiar.

Na quinta edição da Agrobalsas, o tema foi “a ‘prata da casa’ gerando tecnologias” e debateu as potencialidades agrícolas do Maranhão e a criação do Corredor de Exportação Centro-Norte. A sexta edição teve como tema “biodiesel, biossegurança e biotecnologia”. A sétima edição abordou os entraves regionais ao desenvolvimento agrícola a partir do tema “...querendo-a aproveitá-la, dar-se-á nela tudo...”, referindo-se a apropriação e ao uso da terra. A oitava edição teve como tema “quem não quer fome, dá os braços ao produtor de alimentos: futuro da região nas mãos de todos”, e a intenção de justificar o agronegócio. Em 2010, a nona edição²⁵ tratou da “agricultura responsável para os cerrados” (FAPCEN, 2009).

24. É a prática de usar uma grande corrente com as duas extremidades presas em tratores de esteira que iniciam um trajeto em forma circular para desmatar grandes áreas. Essa prática não deixa uma árvore em pé.

25. Reuniu expositores nas áreas de: revendas de máquinas e equipamentos agrícolas (13); revendas de automotores, peças e veículos (12); revendas dos principais insumos agrícolas (21); fabricantes dos principais insumos agrícolas (24); compradoras de grãos (Multigrin, Bunge, singro, Algar Agrícola, Cargill), empresas do agronegócio (25); empresas dos Estados do Tocantins, Pará e Piauí (43); parceiros e patrocinadores (Banco do Brasil, BASA, BNB, Vale, Caixa Econômica Federal, Petrobrás, Governo do Estado do Maranhão, PMB); associados da FAPCEN (38) (FAPCEN, 2009).

A Agrobalsas vem sendo o espaço mais importante de capacitação e divulgação de tecnologias agrícolas, e de articulação de estratégias produtivas alicerçadas em modelos de apropriação da terra e de seus recursos naturais orientados para a grande produção agrícola de grãos. Por outro lado, os temas abordados em cada uma das edições do evento representam as disputas internas entre sojicultores pioneiros e empresas produtoras de grãos, e, especialmente, externas entre os atores sociais do projeto territorial sojícola, os órgãos oficiais de crédito e de fiscalização ambiental e grupos sociais que defendem outros projetos (movimentos sociais).

Três discursos dão um alto grau de legitimidade à sojicultura no Sul do Maranhão: (1) o que produz mais alimentos, (2) o que gera emprego e renda e (3) o que há uma preocupação com o meio ambiente, materializada na intensificação do processo produtivo para não desmatar novas áreas:

Nós plantamos 2.800 ha, mais ai temos os pivôs de irrigação que a gente chega a plantar três vezes no ano, planta milho, planta soja e planta feijão, em 12 meses dá para fazer 3 culturas, colheitas. Então nós estamos sempre plantando, isso é uma grande vantagem porque a gente contém os empregados que a gente acerta, eles têm trabalho o ano todo, não precisa está trocando, dispensando ninguém, então ele tem **o emprego seguro** e a gente tem pessoas conhecidas, seguras também e produz o ano todo. (...) Ao invés de estar **desmatando área eu estou plantando três vezes** na mesma área, é uma estratégia que ajuda até o meio ambiente, que eles não querem que desmatem outra [movimentos ambientalistas e o Estado] (...) procuro plantar nas entre safras, porque na hora de uma colheita de soja, de milho que a gente tem agora é muita oferta ao mesmo tempo, então, quando uns estão colhendo, nós estamos plantando o produto, para depois colher na entre safra, então a gente sempre ganha uma a mais por

colhermos na entre safra e depois fazemos a semente de soja, que a melhor semente que se produz é na irrigação, colhe no mês de agosto, mas daí de agosto a novembro está pertinho de plantar a semente 100% (...). (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso).

A adesão de diferentes segmentos da sociedade balsense ao projeto sojícola pode ser observada numa manifestação, no ano de 2006, em que os sojicultores, lutando por melhores condições de crédito, interditaram a BR-230 com o apoio de comerciantes e de caminhoneiros de Balsas:

Em Balsas, os comerciantes da cidade e os caminhoneiros também aderiram ao movimento. O comércio fechou as portas antes do meio-dia e os caminhões, a maior parte ligada ao transporte de soja até os terminais de grãos da Estrada de Ferro Carajás (EFC), fizeram filas no acostamento da rodovia. (BATISTA, 2006).

A defesa da sojicultura como principal atividade econômica do Sul do Maranhão, a partir dos anos de 1990, feita pelos sojicultores, empresas agrícolas, órgãos oficiais de crédito e de pesquisa e, principalmente, pelo Estado, expressas nos discursos e falas, constituem-se enquanto uma fonte material de subordinação da agricultura familiar à agricultura empresarial orientada pela concentração fundiária e, ao mesmo tempo, instrumentos simbólicos de dominação, nos termos de Bourdieu (2005), que legitimaram, para uma ampla parcela da sociedade do Sul do Maranhão, que a agricultura familiar não era produtiva e, portanto, o agronegócio sojícola era a melhor estratégia para a geração de emprego e renda.



EXPANSÃO DA SOJA, CONFLITOS E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO SUL DO MARANHÃO

A atividade sojícola no Sul do Maranhão, a partir dos anos de 1990, é marcada pela ação de grileiros e especuladores com força para mobilizar recursos institucionais suficientes para regularizar terras devolutas e não tituladas de agricultores familiares dos Gerais de Balsas, e pela atuação de órgãos públicos de inspeção e fiscalização ambiental e da produção vegetal. Esses conflitos estão relacionados a processos contínuos de definição e redefinição das formas de acesso e uso dos recursos naturais a serem priorizados, em detrimento de outros não considerados. Os sojicultores priorizaram as chapadas, ao passo que os agricultores familiares foram pressionados a ir para os baixões, morar e cultivar a terra.

O estudo dos conflitos pela posse da terra, no Sul do Maranhão, parte da análise intensiva de casos históricos nos Gerais de Balsas, a fim de elucidar como os atores sociais em disputa estavam ligados entre si, por modos específicos de dependência recíproca, pautados num equilíbrio móvel de tensões, porque as relações de dominação não são exercidas do exterior e em uma direção apenas. No interior de uma figuração social, todos os indivíduos fazem parte de redes de interdependências, segundo Elias (2001, p. 161), até mesmo um rei “se encontra sempre inserido numa determinada tradição social” e seus comportamentos “são sempre tributários de uma trajetória social específica”, que o coage.

As interdependências entre os indivíduos e as coerções que essa dependência recíproca exerce variam de acordo com as necessidades sociais que, por seu turno, possibilitam o estabelecimento de novos vínculos entre as pessoas (ELIAS, 2001). Com isso, quero mostrar que as disputas pela posse da terra entre os defensores do modelo de apropriação do espaço do projeto territorial sojícola e os do projeto territorial agropecuário familiar tiveram momentos de grandes conflitos e situações em que os representantes de ambos os grupos tiveram que formalizar acordos para cumprir exigências jurídicas, redefinindo as relações sociais, mesmo os sojicultores sendo mais poderosos que os agricultores familiares.

Os processos de territorialização, resultantes das tensões entre projetos territoriais no Sul do Maranhão, são compreendidos enquanto transformações nas formas de apropriação do espaço e de seus recursos naturais, que são constantemente estruturadas, desestruturadas e reestruturadas pelas práticas de grupos sociais associados aos diferentes projetos territoriais, porém interdependentes, ligados uns aos outros pelas redes de interesses referentes à figuração social em análise. Portanto, os processos de territorialização representam o entrelaçamento das práticas dos atores e grupos sociais e suas implicações sobre o espaço e seus recursos naturais (CUNHA; SILVA; NUNES, 2008).

A proposta desse trabalho é dar conta dos processos de territorialização entre 1977 e 2010, período em que os projetos territoriais pecuário, agropecuário familiar e sojícola estiveram em disputa, como visto no capítulo anterior, e avaliar as mudanças ambientais ocorridas. Mudanças ambientais são frutos das práticas de atores sociais que se apropriam de recursos naturais (CUNHA; SILVA; NUNES, 2008), de tal modo que a estratégia adotada para avaliar os impactos das diferentes práticas ambientais dos atores sociais que se apropriaram do espaço agrícola dos Gerais de Balsas foi a análise de imagens de satélite em: 1984, 1997 e 2009, dando representatividade às transformações das últimas três décadas.

Para explicar as mudanças ambientais, é analisada a distribuição e o controle dos recursos naturais, que são construídos, e não dados, porque o poder circula entre os diferentes grupos sociais, recursos e espaços, moldando, assim, o ambiente em que ocorrem as interações entre os atores sociais (CUNHA, 2004). Esses processos políticos refletem a distribuição desigual dos benefícios e dos custos associados às mudanças socioambientais, reforçando a desigualdade social e econômica (BRYANT; BAILEY, 1997). A ecologia política, portanto, realiza uma integração balanceada entre questões ambientais e as dimensões políticas da problemática ambiental (ZIMMERER; BASSETT, 2003)

5.1 O AVANÇO DA SOJA NOS GERAIS DE BALSAS

As atividades agropecuárias, especialmente a soja, que vem sendo desenvolvidas, desde fins da década de 1970, no Polo Agrícola de Balsas, contribuíram para um adensamento populacional vigoroso; mudanças ambientais associadas ao crescimento da produção de soja; o crescimento da produção agrícola, alicerçado no predomínio atual da soja como atividade principal e a inserção de novas culturas em consorciamento; os processos de reconversão produtiva na pecuária e na sojicultura; e a concentração da posse da terra. Essas mudanças serão problematizadas mediante a análise da produção agrícola, pecuária municipal, censos demográficos e imagens de satélite landsat.

O avanço da soja nos Gerais de Balsas, a partir dos anos de 1990, operacionalizado pela inserção de novos atores sociais no processo produtivo, e a redefinição de suas estratégias reflete-se no crescimento populacional e, no caso de Balsas, no aumento vertiginoso da população urbana (ver Tabela 4). Em 1970, a população era de 19.385 habitantes, e 21 anos depois já totalizava 41.648, um crescimento de 46,54%. O adensamento populacional representou uma redução da população rural de 63,61%, em 1970, para 26,45%, em 1991, fechando a década de 2000 com

o percentual de apenas 12,87%. Atualmente, o município possui 87,13% de população urbana, o maior índice do Sul do Maranhão (IBGE, 2010).

Tabela 4 – Crescimento populacional de Balsas (1970-2010)

Censo Demográfico 1970				
População Urbana		População Rural		População Total
7.054	36,39%	12.331	63,61%	19.385
Censo Demográfico 1980				
População Urbana		População Rural		População Total
13.548	57,16%	10.152	42,84%	23.700
Censo Demográfico 1991				
População Urbana		População Rural		População Total
30.633	73,55%	11.015	26,45%	41.648
Censo Demográfico 2000				
População Urbana		População Rural		População Total
50.144	83,35%	10.019	16,65%	60.163
Censo Demográfico 2010				
População Urbana		População Rural		População Total
72.786	87,13%	10.751	12,87%	83.537

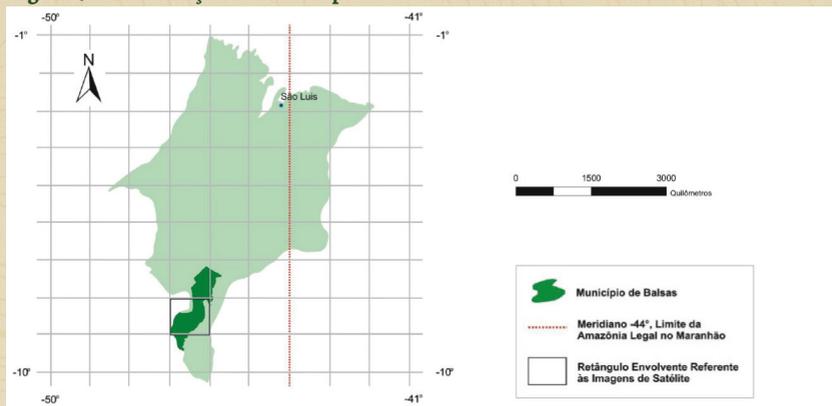
Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

O aumento da população urbana de Balsas se insere no contexto de ocupação do Cerrado nordestino pela agropecuária, em especial pela soja (BATISTELLA; VALLADARES; BOLFE, 2008). No Oeste da Bahia, as principais áreas de cultivo estão em Barreiras, que possui uma população de 137.427 habitantes. Destes, 123.741, 90,04% residente na cidade, e 13.686, 9,96%, no campo; e em Luís Eduardo Magalhães, que tem uma população de 60.105 habitantes, sendo que 54.881, 91,31%, habitam a cidade, e 5.224, 8,69%, moram no campo. O Sudoeste do Piauí é a área mais recente de expansão da soja no Nordeste e tem o município de Uruçuí como principal produtor, com uma população de 20.149 habitan-

tes. Destes, 15.505, 76,95%, moram na cidade e 4.644, 23,05%, no campo (IBGE, 2011).

O avanço da soja no Sul do Maranhão está associado à incorporação das chapadas dos Gerais de Balsas à produção agrícola. Entre 1990 e 2009, os sojicultores se apropriaram de todos os planaltos da região. As imagens de 1984 (ver Figuras 7 e 8), quando a soja era cultivada experimentalmente, mostram que a área agrícola era de 9.167,205846 ha, e a área de solo exposto de 36.217,228058 ha, estava relacionada à pecuária extensiva. Os animais eram criados soltos e as pastagens naturais eram queimadas anualmente para que rebrotassem e continuassem oferecendo alimentos aos animais. As áreas de pastagem eram sempre perto dos rios e riachos porque a água tinha que estar acessível aos rebanhos.

Figura 7 – Localização do município de Balsas no Estado do Maranhão

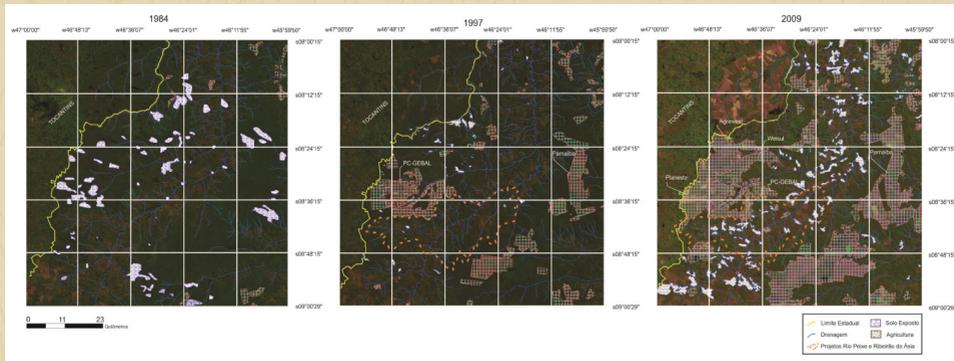


Fonte: IBGE (2005).

A instalação de empresas produtoras de soja, a partir de 1988, e do PC-GEBAL, em 1995, refletiram no aumento da área agrícola para 97.707,355592 ha, em 1997 (ver Figura 8), correspondendo, em relação a 1984, a um crescimento médio de 6.810,780749 ha ao ano, e um percentual de aproximadamente 1.065,83%, no período (13 anos). Entretanto, as áreas de solo somam 5.695,920665 ha, uma redução de 635,84%. A

regeneração da vegetação ocorreu porque os sojicultores não se apropriaram das áreas de Campo Cerrado, próximas aos rios e com pastagens naturais, e a pecuária extensiva deixou de ser praticada. Isso nos mostra que o padrão tecnológico agropecuário interfere diretamente na não degradação do solo.

Figura 8 – Áreas agrícolas e de solo exposto nos Gerais de Balsas em 1984, 1997 e 2009



Com a intensificação do uso da terra nos Gerais de Balsas, nos anos 2000, e os processos de reconversão produtiva da soja, os produtores particulares deram lugar às empresas e novas formas de gestão da produção (Los Grobo), e de captação de recursos para compra de terras no Sul do Maranhão (Agrinvest), acrescido, ainda, da ampliação do tamanho da área produtiva, que, em 2009, era de 230.747,097168 ha (ver Figura 8). Comparando com o tamanho da área em 1997, houve um crescimento médio de 11.086,645131 ha ao ano, e percentual de aproximadamente 236,16%, no período (12 anos). As áreas de solo exposto aumentaram, totalizando 45.949,263757 ha, um crescimento de 806,80%.

A Figura 8 mostra que as áreas de solo exposto, em 2009, estão concentradas nos baixões, local para onde foram deslocados os agricultores familiares, após a instalação do PC-GEBAL, e foram criados os assentamentos do Projeto Alto e Médio Rio Balsas. O plantio em roças de toco

e a atividade pecuária desenvolvida em pastagens naturais cercadas dependem da utilização do fogo para que haja produção. As queimadas feitas pelos agricultores familiares, associadas ao manejo agrícola incorreto nas lavouras de soja, nas chapadas¹, contribuem prontamente para a erosão pluvial e para processos de voçorocamento².

O aumento da área plantada nos Gerais de Balsas remete aos grandes programas governamentais implementados na Pré-Amazônia Maranhense, na década de 1980. A ferrovia EFC e o Porto da Madeira, que possibilitaram a implementação de um ousado plano de exportação de *commodities* para a Europa e Ásia, e contribuíram para a reafirmação da grande propriedade, mediante o cultivo da soja, e a marginalização dos agricultores familiares, desprestigiados pelas políticas públicas e expulsos de suas terras. A análise da produção agrícola e pecuária municipal complementa os números apresentados nas imagens de satélite e mostram o crescimento da produção e da produtividade, principalmente da soja.

A soja, em 1990, ocupava uma área de 5.952 ha e produzia 1.607 t, passando para 60.040 ha e 152.141 t, em 2000, um crescimento de aproximadamente 1.008,63%, e 9.467,39%, respectivamente. Em 2001, a área plantada era de 70.563 ha e produzia 162.714 t, em 2009, aumentando para 106.416 ha e 319.248 t, um crescimento de aproximadamente 150,80% e 196,20%, respectivamente. A cana-de-açúcar, cultivada em terras do município de São Raimundo das Mangabeiras pela AGROSERRA, sediada em Balsas, ocupava uma área de 8.500 ha e produzia 408.000 t, em 2000; e, em 2009, a área plantada foi de 20.000 ha e a produção de 1.200.000, um crescimento de 235% e 294%, respectivamente. O algodão,

1. De acordo com Batistella, Valladares e Bolfe (2008), as chapadas possuem baixa suscetibilidade erosiva quando a cobertura vegetal é mantida, e alta suscetibilidade erosiva após a remoção total ou parcial da vegetação. Processo esse que implica a erosão das áreas abaixo, assoreamento de rios e alteração física e química da água.

2. É um processo geológico que consiste em grandes buracos causados pela chuva em solos de vegetação escassa, e o solo não é mais protegido.

em 2001, ocupava uma área de 150 ha e produzia 562 t, e, em 2009, já ocupava uma área de 6.300 ha e produzia 21.420 t, um crescimento de 4.200% e 3811,38%, respectivamente (IBGE, 2011).

Uma questão que deve ser observada é o salto de produtividade da soja, da cana-de-açúcar e do algodão, sempre maiores do que o crescimento da área plantada. Isso mostra a capacidade dos atores sociais em mobilizarem instituições para aprimorarem constantemente a produção – através de pesquisas, realizadas pela EMBRAPA, em parceria com FAPCEN –, e o processo de reconversão produtiva, de modo que, à medida que a empresarização da soja ocorreu, entre 1997 e 2009, índices de produtividade foram crescendo, e, concomitantemente, houve o aumento da degradação do solo (ver Figura 8). A pecuária balsense manteve-se estável entre 1990 e 2009, com exceção da suinocultura (IBGE, 2011).

O crescimento da produção de soja tem sido acompanhado pela concentração fundiária e pela desarticulação da agricultura familiar. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, no município de Balsas existem 1.724 estabelecimentos agropecuários, destes, 437, 25,35%, são patronais e 1.287, 74,65%, são de agricultores familiares. A área total dos estabelecimentos é de 628.666 ha, destes, 556.415 ha, 88,51%, pertencem aos agricultores patronais e 72.251 ha, 11,49%, pertencem aos agricultores familiares (IBGE, 2006). Esses números mostram que a maior parte dos recursos naturais está à disposição da sojicultura e (ver Figura 8) que os custos da degradação do solo ficam para os agricultores familiares.

5.2 CONFLITOS E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO

Os conflitos vivenciados no Sul do Maranhão, nos últimos 31 anos, foram recuperados pela fala dos agricultores familiares e de lideranças sindicais, e pela consulta a documentos e a cartas. As análises resultantes do estudo formam um mosaico dos conflitos relacionados: à desarti-

culação da pecuária extensiva; às lutas pela posse da terra, formalizadas em 1979, com o julgamento da Data Caracol, e, nos anos 1990, quando agricultores familiares dos Gerais de Balsas foram expulsos pelo grileiro Euclides De Carli; à participação de latifundiários e políticos locais na regularização de terras não tituladas de agricultores familiares; à atuação do MAPA e da AGED na inspeção animal e vegetal, e às fiscalizações do IBAMA.

Tudo isso demonstra que os conflitos no Polo Agrícola de Balsas não possuem uma única dimensão. As ações do IBAMA ocasionam tensões referentes às áreas de reserva legal que, aliás, é um debate nacional em torno da reformulação do Código Florestal. As primeiras empresas agrícolas a se estabelecerem na região não respeitaram o percentual de 35% da área para reserva legal no Cerrado, e agora estão sendo autuadas e impedidas de acessarem linhas de crédito rural. A solução que vem sendo adotada pelas empresas multadas é comprar áreas, quase sempre impróprias ao cultivo agrícola mecanizado, para que se tornem áreas de reserva, o que está gerando uma pressão sobre as terras das famílias assentadas do Projeto Rio Peixe, que não conseguiram escriturar os títulos emitidos pelo INTERMA.

Os conflitos nos Gerais de Balsas se inserem num debate sobre a modernização da agricultura brasileira, associado ao discurso de que a sojicultura, pelo uso intenso de tecnologia, agride menos o meio ambiente porque não queima a vegetação, como os agricultores familiares, que cultivam em roças de toco, e porque os sojicultores não dependem da caça a animais silvestres para se alimentarem:

Não se pode considerar estas pessoas (e de outras regiões similares) agricultores [famílias do Ferreira] porque jamais cultivaram as terras que ocupam e sim apenas derrubaram a floresta natural e a queimaram, transformando as poucas reservas em desertos e capoeiras; apenas plantam algumas poucas sementes, cuja produção sem qualquer tecnologia, é insuficiente para seu próprio sustento. Vivem de caça predatória, tendo liquidado praticamente todos os animais silvestres na região.

A agricultura sem tecnologia está condenada e não adianta insistir na “roça de toco” que se fazia antigamente. É preciso técnica, dinheiro e crédito, coisas que dificilmente os moradores da região os terão, consequência da exploração a que por centenas de anos são submetidos. (DE CARLI, 1994, grifos do autor).

Sabe-se que não é bem verdade, porque os sojicultores receberam muitas pesadas devido ao descarte inadequado das embalagens de insumos e defensivos agrícolas e desrespeito ao licenciamento ambiental. Em 2008, a AGED, em parceria com o MAPA, realizaram uma fiscalização e o cadastramento de todos os empreendimentos agropecuários que faziam uso de insumos e defensivos agrícolas na Fazenda Santa Luzia, que está localizada próximo das cabeceiras do Rio Balsas. Por exemplo, foram retiradas embalagens suficientes para encher três carretas bitrem (ver Figura 9). Nos cadastros do IBAMA, até maio de 2011, havia 26 estabelecimentos agropecuários de Balsas com áreas embargadas.

Figura 9 – Embalagens de agrotóxicos em fazenda de soja do município de Balsas



O descumprimento da legislação ambiental no Sul do Maranhão não se restringe aos grandes produtores agropecuários, os agricultores familiares são frequentemente autuados pelo IBAMA, devido às queimadas para renovar a pastagem natural para os rebanhos bovinos. No Projeto Rio Peixe, os agricultores familiares sempre queimam as áreas de pastagem natural (ver Figura 10). O Estado do Maranhão é o segundo no Nordeste (atrás apenas da Bahia) com o maior número de focos de fogo e o quinto na Amazônia Legal (depois de Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins). No período de 01 de janeiro a 07 de outubro de 2008, foram registrados 5.935 focos no Estado (IBAMA, 2010).

Figura 10 – Áreas queimadas no projeto Rio do Peixe



A defesa de uma agricultura moderna, pautada pelo uso de tecnologia, desenvolvida pelos agricultores que migraram do Sul do Brasil, é legitimada pelo discurso de que geram empregos, divisas para o Estado e contribuem para a melhoria da infraestrutura local:

Nós e nossos companheiros agricultores do SUL DO PAÍS, que fomos para o CENTRO OESTE na década de 70 e 80 e ali geramos milhares de empregos e milhões de dólares de divisas e de impostos, além de cidades criadas com toda a infra-estrutura, agora viemos em busca de terras mecanizáveis e bem posicionadas geograficamente, ATENDENDO O CHAMADO do GOVERNO FEDERAL, que construiu ferrovias e portos, inclusive com dinheiro estrangeiro, visando a exportação de soja. É a nova fronteira agrícola que se abre, e ninguém segurará este progresso. (DE CARLI, 1994, grifos do autor).

A fala do senhor De Carli, de que os sulistas contribuem para o desenvolvimento econômico, pode ser observada nas estratégias que os sojicultores pioneiros adotaram para se estabelecerem em Balsas. O senhor Leonardus Philipsen ressalta que teve que superar duas dificuldades principais para ter as condições adequadas para desenvolver uma agricultura mecanizada. A primeira era a inexistência de uma revenda de máquinas e implementos agrícolas, que começou a ser superada no dia 12 de julho de 1977, quando, em sociedade com Francisco Honaiser, Lírio Braun, Martinus Philipsen e Antônio Carlos Noal, criou a Lavronorte Produtos para Lavoura Ltda., tendo em vista a comercialização de implementos agrícolas e, posteriormente, a revenda de tratores e colheitadeiras, nos anos 1980:

(...) nós tivemos mesmo que abrir uma revenda aqui, no caso foi a Lavronorte, na época para nós termos as nossas máquinas, não é? Peças, você ia comprar uma câmara de ar, por exemplo, para um trator, tinha que comprar de Imperatriz para frente, não

tinha nada aqui, parafuso aqui não achava, não tinha nada em Balsas (...). (Entrevista com Antonius Philipsen, filho do senhor Leonardus Philipsen).

A segunda era a falta de cultivares de soja adequada, o que o levou, em 1977, a EMBRAPA Soja, em Londrina (PR), a firmar uma parceria que permitisse o desenvolvimento de cultivares de soja adequados às condições edafoclimáticas do Sul do Maranhão. A parceria trouxe a Balsas o pesquisador Irineu Alcides Bays, que, em 1982, desenvolveu a primeira cultivar maranhense, chamada de mina, em homenagem à esposa do senhor Philipsen, Wilhelmina (KAYSER SILVA, 2009). A partir de então, o PDCSN contribuiu para a realização de novas experiências com cultivares de soja.

Os primeiros conflitos relatados pelos agricultores familiares e lideranças sindicais não remetem à posse da terra, mas à invasão de animais nas lavouras dos agricultores sulistas, sojicultores que começaram a se instalar em Balsas a partir de 1975:

(...) aí começou a matança dos primeiros animais que entravam lá [nas lavouras]. Eles [agricultores sulistas] se baseavam no Código Civil brasileiro e nós [pecuaristas e agricultores familiares] nos baseávamos pela lei do acordo, não era escrito, mas todo mundo respeitava, era uma tradição, uma cultura que veio dos mais velhos para os mais novos, mas eles se baseavam na lei civil, aí recorria nesse Código Civil através de um advogado e o juiz autorizava – Então na hora que entrar vocês podem eliminar (...). O Dr. Eloy [pecuarista], que vendeu a terra para o seu Philipsen [primeiro sojicultor do Maranhão], foi o primeiro a começar a sofrer as consequências, teve que mudar o gado aqui para os Picos, diminuir lá na Vargem Limpa, fazer cercado para prender e terminou acabando com as fazendas de gado, a criação de gado lá. (Entrevista com João Fonseca, líder sindical).

Os criadores mais prejudicados com o estabelecimento da agricultura moderna em Balsas foram os agricultores familiares, porque não tinham acesso a crédito, nos anos de 1970, para adotar o modelo pecuário intensivo: comprar animais adequados ao confinamento, plantar e cercar os pastos³. Assim, os rebanhos foram sendo reduzidos com o passar dos anos:

(...) sempre tivemos umas criações, pouca, não muita, só para ir mantendo, cada um tinha dez gados, tinha cinco e, quando surgiu esse projeto [grandes lavouras de soja], aí sempre foi criado esse problema para nós, porque acontece às vezes da criação, às vezes uma vaca sai, aí, como aqui, em vez de naquela época, que não tinha os projeto (...), eles têm a liberdade de **plantar no aberto**, meu cidadão, esse mundo de terra, sem uma pequena liberdade do que é da gente fazer arte lá dentro. (Entrevista com Antônio do Brejo de Raiz, grifo nosso).

Os conflitos pela posse da terra começaram em 1979, quando o senhor José Coelho Ribeiro, conhecido como Cana Verde, comprou um direito de posse de 500 ha e, ao solicitar o julgamento da Data Caracol, regularizou 77.005 ha. Menos de 10 anos após a regularização, toda a área já havia sido vendida para políticos, funcionários públicos e comerciantes locais (ver Quadro 4). Em 1980, o prefeito de Balsas, José Bernardinho, conseguiu demarcar e legalizar 60.000 há,, e o delegado regional, Domingos Alves da Silva, aproximadamente 8.000 ha. A primeira grande grilagem no Sul do Maranhão contou com a participação dos grupos sociais dominantes de Balsas e não teve a participação direta dos sojicultores.

3. No início da década de 1970, uma bola de arame farpado de 500 m custava o valor de um bezerro. Hoje, com o dinheiro da venda de um bezerro é possível comprar quase três bolas de arame farpado.

Quadro 4 – Venda dos 77.005 ha grilados pelo senhor Cana Verde

Nº da Matricula	Data de Compra	Área (em ha)	Primeiro Comprador
1.932	20/01/1980	20.000	Celso Coelho
1.786	30/10/1980	10.000	José Maria Pereira Veras
1.812	19/11/1980	3.000	Ivo Juchen
1.826	26/11/1980	3.000	Libiano da Silva Caraça
2.051	06/05/1981	1.000	Francisco de Assis Milhomem Coelho ¹
2.054	07/05/1981	1.000	Walber de Souza Queiroz
2.093	09/06/1981	1.000	Jaime Ribeiro da Silva Maia
2.111	01/07/1981	1.000	Jaime Ribeiro da Silva Maia
2.112	01/07/1981	2.000	Luis Benedito Varela
2.113	01/07/1981	1.000	Francisco de Assis Milhomem Coelho
2.125	14/07/1981	3.000	Antônio Adolfo Fonseca ² , Luciano Pedra Fonseca e Paulo de Tarso Fonseca Filho
2.145	27/07/1981	2.000	João Antônio de Barros Neto
2.150	28/07/1981	2.000	Luiz Alves Coelho Rocha ³
2.151	29/07/1981	1.000	João Alves de Lima
2.177	21/08/1981	300	Wesley Tavares de Lima
2.306	09/11/1981	700	Wesley Tavares de Lima
2.301	10/11/1981	3.000	Jair Nunes Caraça
2.406	15/02/1982	2.000	Almir José dos Santos
2.674	19/11/1982	2.000	Luis Pereira Martins
2.736	29/12/1982	2.000	Ercilon Rocha Brandão
2.944	03/01/1983	2.000	Luis Pereira Martins
3.014	26/06/1983	1.000	José Maria Marques
3.007	16/08/1983	1.000	Manoel João de Assis Bastos
3.083	21/11/1983	500	Raimundo Nonato da Rocha Coelho
3.242	08/03/1984	1.000	Adelma Santos Bastos
3.313	07/06/1984	1.000	Helder Santos Bastos
3.360	03/07/1984	1.000	Luis Pereira Martins
3.361	03/07/1984	2.000	José de Sousa Teixeira
3.362	04/07/1984	2.000	Luis Pereira Martins

3.682	14/05/1985	500	Domingos Alves da Silva ⁴
4.088	11/06/1986	2.000	Fernandes & Soares Ltda.
4.109	24/06/1986	1.000	Júlio Enoc Rocha Leite
4.631	02/03/1988	1.005	Ezer Xavier de Almeida

Fonte: ACA.

1 Ex-Deputado Federal, ex-Secretário de Estado da Agricultura do Maranhão e Prefeito de Balsas.

2 Chefe do Escritório Regional de Balsas do IBAMA.

3 Ex-Governador do Estado do Maranhão e ex-prefeito de Balsas.

4 Ex-Delegado Regional de Balsas e ex-Vereador de Balsas.

A CPT, no início dos anos de 1980, realizou um estudo sobre a grilagem de terras no Estado do Maranhão e concluiu que o senhor Cana Verde, na verdade, era testa de ferro do comerciante local, Joaquim Coelho e Silva, e do Deputado Estadual, Absalão Coelho (ALMEIDA, 1982), ambos de família de pecuaristas. O Quadro 4 nos mostra que a família Coelho adquiriu 24.500 ha dos 77.005 regularizados após o julgamento da Data Caracol. As políticas e programas governamentais agropecuários dirigidos para o Cerrado e para a Amazônia Legal, nos anos de 1970 e 1980, contribuíram para que latifundiários, comerciantes e lideranças políticas procurassem regularizar as terras não tituladas de agricultores familiares.

Até 1980, haviam sido regularizados, aproximadamente, 145.005 ha de terra nos Gerais de Balsas, habitadas e cultivadas por agricultores familiares que foram convertidos em moradores, trabalhadores rurais ou prepostos, mantendo-se nas mesmas áreas. A partir de 1990, o grileiro Euclides De Carli, natural de São José do Rio Preto (SP), através da Colonizadora De Carli (CODECA)⁴ e da empresa Terra Soja, passa

4. Foi criada em 1988, na cidade de São José do Rio Preto (SP), e o escritório de Balsas foi implantado em 1995 para administrar o projeto de colonização que há nas proximidades da Fazenda Batavo.

a regularizar terras na região⁵ e comprar as áreas regularizadas pelos senhores Cana Verde, José Bernardinho e Domingo Alves da Silva, para revendê-las a grandes empresas produtoras de grãos do Brasil.

As áreas adquiridas incluíam a Gleba Caracol que, até 1990, tinha 120 famílias e a Gleba Sucupira, que tinha 60 famílias, todas morando e cultivando a terra. Em agosto de 1990, a Terra Soja começou a criar conflitos com João Mineiro, médio produtor com propriedades na cabeceira do Brejo Jacu, sendo atacado por duas vezes. Na última, incendiaram sua casa e destruíram cercas de arame e todo o plantio. João Mineiro e seus trabalhadores, que não se sabe quantos, todos estão desaparecidos. No entanto, o senhor De Carli dá outra versão aos conflitos com João Mineiro:

Este João Mineiro fora contratado pela família grileira DOGNANI para invadir, sob protesto de documentos falsos, uma área de nossa propriedade nas cabeceiras do Rio Verde ou Jacu distante do local chamado Ferreira.

Os invasores, em número de 40, vieram em Ônibus, originários de vários Estados brasileiros, tomaram nossa área de assalto, agrediram nossos empregados, deram tiros em nossos tratores e até na Toyota do delegado DA SILVA, que na época tinha terras nas proximidades, fora alvejada. (DE CARLI, 1994).

5. Entre 1990 e 1995, o INTERMA teve um escritório em Balsas, exatamente no período em que ocorrem os principais conflitos pela posse da terra nos Gerais de Balsas. Em solicitação formal encaminhada ao órgão, sobre os títulos de domínio emitidos para Balsas, entre 1979 e 2009, obtive apenas os dados de 1999 a 2009, que estão em anexo. O período nebuloso de regularização fundiária no município, 1990 a 1995, é guardado a sete chaves. Levantamentos realizados pelo Irmão Bruno Haspinger mostram que, entre 1991 e 1995, foram emitidos 41 títulos para agricultores familiares, totalizando 10.554 ha, e 223 títulos para especuladores e latifundiários, totalizando 40.295 ha, nos Gerais de Balsas.

Os planos do senhor De Carli extrapolava a modernização da agricultura sul maranhense. Os projetos de colonização da CODECA e do PRODECER previam a criação de um município nos Gerais de Balsas:

(...) nos anos 1990, quando foi criado o projeto Batavo, os chefes [colonos e De Carli] começaram a fazer o povoado, eles queriam tomar a região inteira, dizendo que a Batavo seria um município [Campos Gerais], e esse município se desmembraria de Balsas, e eles já eram donos dessas terras todas aqui; e, nesse tempo, aconteceram até algumas tragédias até mesmo morte, umas chacinas aí na cabeceira do rio Manoel Alves Grande, que hoje é chamado Serra do Centro, mataram pessoas ali, trabalhadores das fazendas, porque quando eles reagiam dizendo que ninguém ia tomar as terras, eles matavam logo para não espalhar a conversa (...).
(Entrevista com Antônio do Boqueirão).

Esses conflitos ocorrem no momento em que a soja já havia se mostrado uma cultura apta a ser desenvolvida no Sul do Maranhão, depois do desenvolvimento de cultivares adequadas, das políticas de divulgação e custeio dessa atividade agrícola na porção nordestina do Cerrado (Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e Sul do Piauí); ao passo em que o número de sojicultores crescia e as primeiras empresas produtoras e compradoras de grãos se instalavam em Balsas (AGROSERRA, SLC Agrícola e CEVAL). Assim, foram feitos investimentos na infraestrutura de transporte, para que a soja produzida no nordeste pudesse ser exportada para a Europa e para a Ásia, grandes mercados consumidores dessa oleaginosa.

Ao assegurar a implementação do Corredor de Exportação Norte, em setembro de 1990, para que a soja produzida no Estado do Maranhão fosse exportada pelo Complexo Portuário de Itaqui, em São Luís, o governo federal estimulou a corrida de políticos locais e especuladores sobre as terras devolutas de Balsas e região. As terras férteis dos Ge-

rais de Balsas e, em sua grande maioria, cultivadas pelos agricultores familiares, foram foco da ação de grileiros que iniciaram um amplo processo de expropriação marcado pela violência. A defesa do direito de posse dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas foi articulada pela Igreja Católica e pela Igreja Luterana de Balsas.

No dia 26 setembro de 1993, as famílias do povoado Ferreira foram surpreendidas pela presença de agrimensores da Terra Soja, que demarcavam suas terras para regularizarem. Imediatamente, as famílias pediram a suspensão da demarcação, mas os trabalhadores informaram que tinham a autorização do INTERMA para realizar a demarcação da área. Dois dias depois, chega ao povoado o presidente do STTR e um representante do MEB, e confirmam que já haviam solicitado a demarcação e titulação de lotes aos agricultores familiares, aguardando a decisão do INTERMA.

Ao se posicionar sobre a tensão referida acima, mais uma vez o senhor De Carli tenta desqualificar a capacidade de produção agropecuária dos agricultores familiares da Comunidade Ferreira:

Mesmo havendo um bom relacionamento com o pessoal do FERREIRA, sendo que alguns já trabalham e trabalharam para nós, aconteceu uma pequena divergência este ano quando estávamos medindo a área de chapada, local distante mais de 15 quilômetros do FERREIRA, local onde a vida de qualquer morador que não tivesse muitos mil dólares seria impossível porque não tem água e são terras fracas que precisam de calcário, fertilizantes, tratores, colheitadeiras, insumos, secadores e toda a infraestrutura para um trabalho de alta tecnologia, terra está legalmente constituída e registrada em nosso nome e nunca ocupada por qualquer morador da região. Alguns moradores, nada representativos, INSUFLADOS pelo sindicato, tentaram impedir esta medição, alegando QUEREREM CONSTITUIR ALI UM CAMPO DE CAÇA. (DE CARLI, 1994, grifos do autor)

Enquanto aguardavam a decisão do INTERMA, as famílias do Ferreira eram constantemente ameaçadas pelos funcionários da Terra Soja. Em outubro de 1993, o delegado do STTR, Valdemar da Silva Oliveira, encontrou no caminho dois homens armados com revólveres, punhais e rifles, e o gerente da Terra Soja, senhor Eurico, que foi logo avisando “não se metam, porque vocês podem até ganhar na Justiça, mas de outra maneira vocês não ganham, porque os homens estão bem aí, e se precisar tem mais homens no Mato Grosso, com passagem comprada” (Entrevista com Valdemar do Ferreira). Em virtude das ameaças de morte, Valdemar teve que passar uns tempos fora.

O senhor Vasco Carlos Busato, agrônomo a serviço da Terra Soja, conseguiu, entre 1993 e 1995, regularizar 9.000 ha de terra, na cabeceira do rio Tem Medo, em nome de 46 posseiros, nenhum deles da localidade e, logo em seguida, converter todos os títulos em uma única propriedade no seu nome:

Ele usou nome de laranjas empregados dele, vinha com o CPF e imediatamente, quando o cabra dava o CPF para fazer aquele título, já assinava procuração no cartório para ele com todos os poderes, então ele pegava o CPF e a procuração. Com o título ele registrava no cartório e transferia para ele. Ao todo o De Carli conseguiu naquela região (...) mais ou menos 140 títulos de terra. (Entrevista com João Fonseca, líder sindical)

No Porto Isidoro, que hoje é uma das comunidades que formam a associação São Francisco, os agricultores recebiam ameaças de duas direções. De um lado, De Carli se apresentava enquanto proprietário de parte das terras. E, de outro lado, a AGROSERRA se apresentava enquanto dona da outra metade. A atuação da ACA, do MEB e do Irmão Bruno Haspinger contribuiu para que uma parcela dos agricultores familiares não abandonasse suas terras, mesmo não tendo documentos

que comprovassem a posse destas, e com poucas condições de lutar contra as investidas de especuladores e grandes empresários agrícolas:

(...) mandaram que a gente tirasse as coisas de casa porque eles precisavam da terra, a gente não abriu mão, a gente, dentro dos vãos, dentro dos próprios vãos que a gente trabalha, a gente achou demarcador dele demarcando dentro dos vãos, tirando lote de terra, a gente teve que agir contra eles, não na parte de briga, mas mandando que eles se ausentassem que a terra era nossa e eles voltavam porque os agrimensores, os topógrafos eles tinham muito medo desses conflitos de terra, aí eles saíram. (Entrevista com João Américo, da comunidade Porto Isidoro).

As intimidações não ficavam apenas nas palavras:

A ameaça maior que ele tinha era um grupo de pistoleiro, que diz que era pistoleiro, inclusive tem um que foi até vereador de Balsas [Amauri Carneiro de Sousa], que era uma pessoa que trabalhava para ele, que foi quem nos ameaçou mais, ele mandava nós sairmos e o que ele mais mostrava para nós ter medo era esse grupo de pistoleiro que ele comandava, aí ele dizia que saía de qualquer jeito, a gente chegou a conhecer a sede dele, era um grupo de homem armado de revólver e a gente sentia muito medo, inclusive até essa pessoa que estava enfrentado essa questão conosco chegou a ser ameaçado também. (Entrevista com João Américo, da comunidade Porto Isidoro).

A estratégia do grupo chefiado pelo senhor De Carli era desarticular a organização das famílias que moravam nas terras de seu interesse, pela ameaça e/ou pelo aliciamento. Algumas famílias recebiam dinheiro para irem embora de suas terras. Contudo, os conflitos pela terra nos Gerais de Balsas extrapolaram as fronteiras nacionais e passou a ser

acompanhado de perto por ONGs e movimentos sociais europeus de defesa dos direitos humanos e de apoio à agricultura familiar, que divulgavam nos meios de comunicação de seus países e mandavam cartas aos órgãos públicos brasileiros:

Não o conhecemos [Johannes Holz], e nem ao seu grupo de amigos que tem nos enviando cartas. Não sabemos à que órgão pertence, porque não se identificou em sua carta. Não temos qualquer obrigação de responder-lhe e também não aceitamos qualquer ingerência, principalmente de outro país, em nossos negócios.

Mas não queremos perder a oportunidade que se apresenta para esclarecer em definitivo este assunto indigesto, ao qual você e seus amigos se envolveram gratuitamente e inocentemente, sendo que da mesma forma que os moradores daquela região, estão sendo USADOS em proveito de alguns espertalhões [refere-se à Igreja Católica]. (DE CARLI, 1994, grifos do autor).

Para continuarem morando e cultivando a terra nos Gerais de Balsas, os agricultores familiares lançaram mão de novas formas de organização social, capitaneadas por um amplo movimento de defesa das famílias expulsas e ameaçadas de expulsão pelo senhor Euclides De Carli, articulado por seus órgãos de representação, pelas Igrejas Católica e Luterana, e por movimentos sociais europeus que pressionavam os poderes públicos brasileiros (ver Quadro 5). Esses conflitos se desenvolveram em diferentes níveis: local, regional e nacional, com a atuação da ACA, do STTR e das Igrejas Católica e Luterana; e internacional, com a participação de movimentos sociais europeus que defendiam o embargo à soja maranhense.

Quadro 5 – Estratégias que garantiram aos agricultores familiares a posse da terra

Data	Descrição da Ação
11/10/1988	Primeira denúncia ao INTERMA, processo n.o 5.824
26/10/1989	Segunda denúncia ao INTERMA, processo n.o 7.863
06/11/1990	Terceira denúncia ao INTERMA, processo n.o 7.863
14/11/1993	A Assembleia Diocesana de Balsas manda uma carta para o Governador, o INTERMA e o INCRA
21/11/1993	STTR, MEB e ACA lançam uma denúncia internacional, provocando uma forte repercussão
29/11/1993	Grande mutirão no Ferreira para plantar a roça do delegado sindical Valdemar da Silva Oliveira, ameaçado de morte
10/02/1995	Entrega dos títulos pelo INTERMA

Fonte: Documentos da ACA.

Deste modo, a instalação do PC-GEBAL, com recursos da terceira etapa do PRODECER, ocorreu à custa da expulsão de muitas famílias de suas terras pelo senhor De Carli, que vendeu a área do projeto:

(...) na cabeceira do [rio] Tem Medo, pegando também toda a área do Mandacaru. Tanto no Mandacaru como no Tem Medo tinha gente (...), eles foram obrigados a migrarem, mudarem para dentro dos baixões onde hoje está na Pedra Branca, no Brejo de Raiz, quer dizer que as terras são menos férteis, não é? Terra de beira de brejo é fraca e lá era baixão, mas muita gente ainda permanece lá e quando a gente tentou ver essa questão da terra do Estado, porque lá eles não tinham documento das áreas, ninguém tinha documento, eram todas terras que pensávamos ser do Estado, quando a gente foi ver lá não tinha mais terra nenhuma de Estado, a terra era toda do senhor Euclides De Carli, ele conseguiu documentar toda aquela área em nome de pessoas fantasmas de São Paulo, de São Jose do rio Preto (SP), pessoas que nunca pisaram lá, então ele conseguiu documentar aquilo tudo. (Entrevista com Abraão, líder sindical).

Em 1997, a criação de assentamentos rurais nos Gerais de Balsas assegurou às famílias das comunidades de Boqueirão, Brejo de Raiz, Buritirana, Porto Isidoro e Sucupira a posse legal da terra após a escrituração dos títulos coletivos emitidos pelo INTERMA. No entanto, as famílias das comunidades Águas Claras, Brejo do Rancho, Buritizal, Caracol, Ferreira, Jatobá, Pedra Branca e São Paulo não conseguiram escriturar os títulos emitidos pelo INTERMA, porque no Cartório do 1º Ofício de Balsas não existem matrículas suficientes para registrar os perímetros descritos nos títulos, isso ocorre porque o INTERMA já havia emitido títulos para especuladores na mesma área que emitiu para os agricultores familiares.

Mesmo após a criação dos assentamentos constituintes do Projeto Alto e Médio Rio Balsas, as famílias do Subprojeto Rio Peixe continuaram a ter suas terras invadidas:

Rapaz, eu não lembro, faz tempo [1998]... era 400 ha que ele[colono do Projeto Batavo] queria ficar, diz que tinha tirado dois títulos de 200 ha cada um, mas depois disso ainda fomos em Balsas com ele, nesse tempo aquele João Fonseca [sindicalista] parece que ele trabalhava na Pastoral da Terra, aí o João Fonseca tratou com ele e eu fui daqui, fomos no cartório e registramos e não era para ele [o invasor] desmatar mais nenhuma vara em cima da serra e o que ele já havia desmatado era dele e aqui pra baixo era nosso. (Entrevista com Albertino da Pedra Branca).

Os agricultores familiares dos Gerais de Balsas, mesmo aqueles que ainda não conseguiram registrar em cartório os títulos emitidos pelo INTERMA, modificaram suas estratégias produtivas, no sentido de retomar a atividade pecuária, até mesmo pelas condições creditícias do PRONAF. Nas comunidades Boqueirão, Porto Isidoro e Sucupira, por exemplo, não houve produção agrícola em 2009. As principais atividades econômicas são a pecuária e a oferta de serviços (cabeleireiro, operador

de motosserra e comerciante). No restante das comunidades, o plantio de arroz, feijão e mandioca estão associados à pecuária.

O Projeto Alto e Médio Rio Balsas e a ACA não tinham apenas a pretensão de garantir o acesso à terra aos agricultores familiares dos Gerais de Balsas, mas, a partir dos modelos de apropriação do espaço e dos recursos naturais impostos pelo Estado, quando da criação dos assentamentos, modernizar o processo produtivo, com a mecanização do plantio e da colheita, e oferta de assistência técnica, processo que se insere na lógica das políticas públicas para a agricultura familiar, na segunda metade dos anos 1990, como o PRONAF e Projeto Lumiar⁶, e que representou a institucionalização da agricultura familiar no Brasil a partir de então.

A ACA também foi responsável pela criação da Escola Família Agrícola (EFA)⁷ e da Associação dos Pais e Mestres dos Jovens dos Projetos Rio Peixe e Ribeirão do Ásia, para gerir a escola, no dia 17 de outubro de 1997. A EFA oferece ensino médio, e o método de ensino é de alternância, em que o aluno passa 15 dias na escola, em alojamentos, e 15 dias na casa dos pais. Todos os alunos contribuem com uma taxa mensal (dinheiro ou alimentos) para ajudar nos custos de manutenção da escola, e também cuidam de hortas, de bovinos, de caprinos, de galinhas e de peixes, para ajudar na alimentação (café da manhã, almoço, lanche e jantar), e contribuir na aprendizagem de novas técnicas produtivas.

Doações do exterior pagam os salários dos funcionários e ajudam na melhoria da infraestrutura da escola. O Estado e o Município pagam os professores contratados (que moram na comunidade e são agricul-

6. O projeto Lumiar foi criado com base na resolução n.º 95, de 20 de novembro de 1996, do Conselho Diretor do INCRA. Entre dezembro de 1996 e junho de 1997, as diretrizes foram avaliadas, sendo consolidadas no segundo semestre de 1997. O formato do Projeto Lumiar baseia-se no programa Conta Cooperativa de Capacitação (CONTACAP), desenvolvido no Ceará, Pernambuco e Bahia, entre 1994 e 1995 (PIMENTEL, 2007).

7. No Brasil, as Escolas Família Agrícola surgem a partir de 1969, com o trabalho do padre jesuíta Humberto Pietogrande, que procurava combater o êxodo rural (NASCIMENTO, 2004).

tores ou filhos de agricultores) e fornece material didático. Porém, as doações do exterior vêm diminuindo a cada ano e os problemas financeiros passaram a ser mais frequentes:

(...) agora vem sempre menos, porque, com o governo Lula, que é um governo popular e socialista, voltado para essa questão da pobreza, os países [ricos] não estão mais querendo financiar. A pobreza que o Brasil tinha não existe mais, mas com essa questão da escola a gente ainda consegue alguma ajudinha, mas não é essas coisas não. No início era tudo com recurso de fora. Depois o governo colocou a parte dele para monitor. Nós estamos preocupados é porque agora não vai mais ter ninguém contratado, tem que ser concursado e concursado vai ser chamado para trabalhar pelo município e o currículo do município é outro, diferente da Escola Família. Então nós estamos preocupados com essa situação. Agora, já fizemos reunião com os vereadores para ver como é que fica essa situação, então não está muito fácil. (Entrevista com Abraão, líder sindical).

A EFA vem contribuindo não só para a educação formal das crianças e jovens como também para a fixação dos jovens no campo e, consequentemente, para a manutenção e consolidação da agricultura familiar nos Gerais de Balsas:

É a diferença ai que está na Escola Família, porque se você pega uma jovem, as meninas do Santana e, quando terminar o curso técnico, uma minha que estudou na Escola Família, a Raquel, eu tenho duas filhas mulheres, uma estudou na Escola Família e a outra não estudou, quando elas chegam lá em casa é o inverso uma da outra, essa que estudou na cidade, casou agora, trabalha na prefeitura ela tem... Deus, a livre de apanhar ao menos um feijão bem ali na roça, ela acha que é sofrimento, a outra [que estou

na EFA], se tiver um porco dentro da lama ela vai lá, derruba, senta em cima, se tiver uma vaca no mato ela sai no cavalo e vai atrás, se eu tiver na roça fazendo o que seja, apanhando um gar-rancho, pois ela veste uma calça velha, calça uma botina e vai para lá, porque ela entendeu que aquilo ali não é um serviço que faz vergonha é um serviço duro, é! Mas ela entendeu que é dali que se come, apesar do serviço duro, mas no fundo é gostoso, então comparando as meninas do Santana que é o meu vizinho lá, que estão terminando o curso técnico, ela chega lá seja na casa delas ou na minha casa, elas vão lá para minhas manguieiras, criação de porco, o que é necessário fazer elas fazem, não tem vergonha, porque elas entenderam e dizem – **Olha! Nós estamos estudando para aprender a desenvolver a nossa propriedade.** (Entrevista com João Fonseca, líder sindical, grifo nosso).

Avaliando o antes e o depois dos grandes projetos de cultivo de soja, os agricultores familiares dos Gerais destacam que:

(...) a gente sentia que vivia mais feliz, a primeira coisa é que a gente não usava nada com veneno porque a gente tinha medo, até os animais eram criados mais tranquilos e hoje ficou tudo mais difícil, as caças não existem mais, eles plantam e não fazem curva de nível, [o agrotóxico] está descendo, entra no nosso baixão e para completar essa safra passada [2008] dentro da nossa roça de toco, dentro do baixão nasceu soja, nasceu milheto, nos córregos tinha muita piaba aqui, desapareceram e as águas, também estão desaparecendo, baixando um pouco, inclusive a nossa margem da Buritirana que é o centro da associação (...). É tanto que nós temos um baixão que esse ano não está servindo para trabalhar, e vamos fazer roça de toco e se continuar do jeito que está no ano que vem não vai prestar mais para nada, porque onde era barro não se vê mais, só é areia descendo da serra, dos projetos que

eles fazem, aonde sai do projeto mesmo, já arrasta folha, arrasta tudo e acaba indo parar na água, para ter uma justa prova de que nós estamos bebendo água intoxicada, porque a soja vem nas enxurradas e eles plantaram com veneno, a gente ainda pede para eles não fazerem isso, mas acontece do mesmo jeito. (Entrevista com Custódio da Buritirana).

E que a quantidade de pragas nas lavouras aumentaram:

Antigamente, naqueles tempos era diferente de hoje, no tempo que meu pai era novo a gente trabalhava de roça toda vida, as coisas que plantava na roça sempre dava, não tinha tanta praga, podia plantar a qualquer tempo que tinha fartura, dava fava, feijão e hoje, depois que chegou esse grande projeto, não dá mais, você planta, mas a praga vem e acaba com tudo, dá mal o arroz e a mandioca, e se plantar no final de fevereiro, antigamente a gente plantava em novembro, dezembro que a gente fazia esses plantios, de primeiro era assim (Entrevista com Joacir do Ferreira).

O feijão, tem uns que conhecem como trepa pau, esse nós plantávamos todo tempo e dava bom, hoje não dá mais não, se você deixar para plantar já meio tarde não dá de jeito nenhum, tem um cascudo, que como eles [sojicultores] jogam veneno nas lavouras dele aqui, aí desce para cá para os baixões (Entrevista com Valdemar do Ferreira).

Essas falas mostram como a distribuição dos custos ambientais nos Gerais de Balsas tem sido desigual. Os sojicultores controlam as áreas mais férteis e as nascentes de rios importantes na região. Os agricultores familiares se apropriaram dos baixões, áreas menos férteis e mais suscetíveis aos processos de erosão e voçorocamento. Além disso, os efeitos do uso de agrotóxicos nas lavouras de soja, milho e algodão, são

sentidos na alteração física e química das águas, que são abundantes em todas as comunidades, exceto no Ferreira, onde existe um poço artesiano; e tem deslocado pragas para as lavouras de arroz e feijão dos agricultores familiares mais próximos do Projeto Batavo.

Todavia os agricultores familiares reconhecem que a instalação de grandes fazendas produtoras de grãos aumentou as oportunidades de ganhar dinheiro:

Para ganhar assim um dinheiro ficou mais fácil, agora em termos de criação piorou, porque aí o pouquinho gado que tem, tem que ser fechado, e além disso vem o problema da praga, antes não tinha praga aqui, hoje tem que foi trazido nesse desenvolvimento da fruta da soja. (Entrevista com Valdemar do Ferreira).

Os agricultores familiares que acessaram o crédito fundiário modificaram suas formas de organização social e os modelos de apropriação. A exigência de criação de associações para que as famílias tivessem acesso às políticas que formam a Reforma Agrária de Mercado no Brasil expressou uma tentativa de coletivização da apropriação da terra, que hoje tem como resultado a dificuldade das famílias produzirem o suficiente para viverem e para pagarem a dívida, que é coletiva. O uso da terra também mudou. As roças de toco deram lugar ao plantio mecanizado, parcialmente, porque a colheita ainda é manual, e grande parte das plantações passou a ser feita nas chapadas.

Como as áreas reformadas, via crédito fundiário, são próximas da cidade, os agricultores familiares vendem seus produtos em restaurantes, comércios e feiras. As mulheres do Povoado Santa Luzia e de outros projetos do crédito fundiário, todos os sábados saem de trator, motos e carros, para vender hortaliças e doces caseiros na feira livre da cidade, organizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), pela Secretaria Municipal de Agricultura, que

forneceu quite de irrigação, e pela AGERP, que ficou responsável pelos serviços de assistência técnica para a horticultura.

Os processos de territorialização ocorridos no município de Balsas, entre 1977 e 2010, mostram que há um controle maior dos recursos naturais pelos sojicultores, e que as tensões entre os três projetos territoriais possibilitaram a organização da agricultura familiar, embora os custos das mudanças ambientais recaiam mais sobre esses atores sociais. Como a territorialização é um processo contínuo, dinâmico, fruto das práticas dos atores sociais que se apropriam do espaço e de seus recursos naturais, transformações ocorrerão, novos projetos podem emergir e os projetos atuais podem ser redefinidos ou ter o ingresso de novos atores sociais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço da soja sobre o Cerrado e a Amazônia foi um processo marcado por disputas pela posse da terra, entre projetos territoriais sojícolas e projetos agropecuários familiares, e pela mobilização de recursos institucionais para a formalização de modelos de apropriação do espaço e seus recursos naturais, que representou uma ressignificação da grande propriedade. A modernização da agricultura, na verdade, representou a modernização do latifúndio em detrimento da propriedade familiar, destacada no Estatuto da Terra (PALMEIRA, 1989), e mudanças ambientais que acabaram afetando as bases produtivas da agricultura familiar.

No Sul do Maranhão, os efeitos da modernização agrícola são tardios, quando comparados com regiões do Cerrado mineiro e goiano. Em virtude disso, tais efeitos foram alicerçados em diferentes estratégias de legitimação, devido à incorporação da questão ambiental à agenda do Estado, embora o pano de fundo tenha sido quase que o mesmo: desenvolver uma agricultura moderna em terras, “terras mecanizáveis e bem posicionadas geograficamente” (DE CARLI, 1994), gerar empregos, renda e o desenvolvimento econômico. O diferencial é a posição geográfica de Balsas, próxima das ferrovias FNS e EFC e do complexo portuário de Itaqui, que permitiam a exportação de soja para a Europa com custos menores.

Os grandes projetos agrícolas implementados no Polo Agrícola de Balsas procuraram desqualificar completamente os agricultores familiares que, segundo De Carli (1994), “jamais cultivaram as terras que ocupam e sim apenas derrubaram a floresta natural e a queimaram, transformando as poucas reservas em desertos e capoeiras”. A fala do senhor De Carli expressa estratégias de legitimação do projeto sojícola, menos agressivo ao meio ambiente porque não faz queimadas, e mais produtivo. É nesse contexto que se inserem as mais significativas disputas entre projetos territoriais no Sul do Maranhão.

Os agricultores familiares retrucam os discursos dos sojicultores com a fala de que “o que se consome aqui também não é soja, o que se consome aqui é arroz, feijão é farinha de mandioca, carne de frango, de porco, de gado, de peixe é essas coisas” (Entrevista com Abraão, líder sindical). Realmente, a soja produzida em Balsas não é beneficiada no município, a produção é toda exportada para os mercados europeus e asiáticos pelas *tradings* Bunge, Cargill e Ceagro, e apenas a Algar Agro, a última a se instalar, processa a oleaginosa numa unidade industrial no município de Porto Franco, inaugurada em 2007. Tem-se, então, uma disputa simbólica em torno da segurança alimentar.

Os discursos e falas em torno da geração de empregos, renda e segurança alimentar remetem a diferentes modelos de apropriação dos recursos naturais e demais temáticas associadas, como preservação e degradação ambiental que, por sua vez, refletem tensões entre os projetos territoriais sojícola e agropecuário familiar, responsáveis pelos processos de mudança ambiental, provocadas pelas práticas socioambientais dos atores que se apropriam dos recursos naturais e de territorialização, expressas no entrelaçamento dessas práticas nos seus efeitos sobre o espaço (CUNHA, SILVA e NUNES, 2008).

A análise da figuração social não se pautou nas individualidades dos atores sociais: pecuaristas, agricultores familiares e sojicultores, ligadas umas às outras, mas nas relações de interdependência estabelecidas que tiveram como elemento central a apropriação do espaço e seus

recursos naturais, e expressaram as correlações de forças produzidas no seu interior. A alteração do balanço de tensões da figuração, devido às tensões entre pecuaristas e sojicultores sobre a criação de animais a solta, engendraram uma movimentação no interior da figuração. Na década de 1980, a pecuária deixa de ser a principal atividade agropecuária do Sul do Maranhão para dar lugar ao cultivo da soja, o que não implicou o fim da pecuária.

Essa foi a primeira grande mudança no interior da figuração, no período desse trabalho, a saber, 1977 a 2010. As correlações de forças foram modificadas e os sojicultores pioneiros passaram a exercer um controle maior sobre a base de recursos naturais. Graças ao modelo teórico adotado, ecologia política figuracional, foi possível verificar as modificações no interior do projeto territorial sojícola, com o ingresso de novos atores a partir de 1988, e nas empresas produtoras de grãos, que iniciam um processo de empresarização da soja e o estabelecimento de um novo modelo de apropriação dos recursos naturais.

As empresas produtoras de grãos têm como base produtiva extensões de terra contínuas, de mais de 2.000 ha, chegando até a 30.000 ha. Essa mudança, associada à criação do Corredor de Exportação Norte, representou uma pressão sobre as terras não tituladas dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas e, por conseguinte, alteração das correlações de forças e transformações no interior da figuração social. A regularização de terras feita pelo senhor De Carli, e sua venda posterior para instituições que implementaram grandes projetos, deu às empresas produtoras de grãos o controle de todos os planaltos (as chapadas) dos Gerais de Balsas que passaram a ocupar maior espaço no projeto territorial sojícola.

Apesar da dominação da sojicultura ter consolidado um modo de partilha do poder, permanecia um equilíbrio instável de tensões, porque havia uma interdependência funcional entre os sojicultores e os agricultores familiares, que procuraram, com o apoio de seus órgãos de representação, movimentos sociais e ONGs nacionais e internacionais,

defender a produção agropecuária familiar enquanto um modelo de apropriação dos recursos naturais, especialmente nos Gerais de Balsas. Isso nos mostra, que, embora as diferenças de poder sejam grandes, as transformações são possíveis, porque o poder não é um amuleto, que um indivíduo possui e outro não, e sim intrínseco às relações humanas, todas elas (ELIAS, 2005).

A criação dos assentamentos rurais do Projeto Alto e Médio Rio Balsas, em 1997, marcou mais uma modificação no interior da figuração social: os agricultores familiares conseguiram mobilizar recursos institucionais para formalizarem a produção agropecuária familiar como um modelo de apropriação do espaço e dos recursos naturais nos Gerais de Balsas, mesmo tendo ficado com as terras menos férteis e mais suscetíveis à erosão pluvial e aos demais impactos do uso de agrotóxicos, nas grandes lavouras cultivadas nas chapadas. Mudança que deu novos contornos ao equilíbrio instável de tensões na figuração.

Recentemente, nos últimos cinco ou seis anos, vem ocorrendo um novo movimento ou tentativa de movimentação de posições no interior da figuração social, decorrente das discussões em torno das Áreas e Preservação Permanente (APP) e das áreas de reserva legais, que, no Cerrado, equivalem a 35% da área do estabelecimento agropecuário. As empresas produtoras de grãos, que se instalaram entre 1988 e 1995, não respeitaram o limite legal das áreas de reserva, em alguns casos desmatando 100% da área, sendo, agora, multadas e impedidas de acessar linhas de crédito rural. A solução adota e tentar comprar as terras dos baixões, dos agricultores familiares, para servirem de reserva legal.

As relações entre sojicultores e agricultores familiares são permeadas pela interdependência funcional. Deste modo, uma alteração nos modelos de apropriação da terra e dos recursos naturais em um dos grupos interfere diretamente no outro. E, nesse caso, representa uma nova pressão sobre os agricultores familiares, os mais fragilizados nas disputas, e uma movimentação no interior da figuração, porque alguns agricultores familiares já venderam suas terras para as empresas produ-

toras de grãos as transformarem em áreas de reservas legais, e, assim, livrarem-se das multas e voltarem a ter acesso a crédito rural.

Essas mudanças no interior da figuração ilustram também processos de mudanças ambientais, como o crescimento das áreas agrícolas, através do desmatamento, e a degradação do solo, como as erosões pluviais e os voçorocamentos. No caso de Balsas, a pecuária extensiva representou uma dinâmica de territorialização organizada por um modelo de apropriação da terra altamente degradante para o solo, devido ao uso das queimadas para renovar as pastagens naturais. Na área de análise das mudanças ambientais, a pecuária deixou um rastro de 36.217,228058 ha de solo exposto, em 1984.

Com a sojicultura, o tamanho das áreas de solo exposto teve uma redução, segundo os dados das imagens de satélite de 1997, porque a natureza teve um tempo para se regenerar. Mas o desmatamento de área para o desenvolvimento de atividades agrícolas cresceu 1.065,83%, entre 1984 e 1997. Esse foi o período de estabelecimento dos grandes projetos agrícolas nos Gerais de Balsas, como o PC-GEBAL, que serviu como um projeto piloto para a definitiva apropriação dos planaltos da região pelas empresas produtoras de soja, e depois de milho e algodão, como nos mostra a Figura 8, o quanto cresceu a agricultura na região.

Os processos de territorialização, entre 1977 e 2010, remetem às contradições e aos consensos entre os grupos sociais e seus respectivos projetos territoriais (pecuário, agropecuário familiar e sojícola), que representaram, nesse período, diferentes poderes, estratégias de gestão do espaço e seus recursos naturais e conversões de atores sociais. A pecuária esteve, historicamente falando, muito ligada ao latifúndio no Sul do Maranhão. Hoje a grande propriedade vem sendo usada para o cultivo da soja, e a pecuária está sendo, a cada ano, mais desenvolvida pelos agricultores familiares dos Gerais de Balsas e dos assentamentos do crédito fundiário.

A retomada da pecuária pelos agricultores familiares se constituiu em um processo de reconversão produtiva, porque eles foram impos-

sibilitados de desenvolvê-la durante o auge dos conflitos pela posse da terra e estabelecimento da sojicultura. Mas, com a criação dos assentamentos rurais nos Gerais de Balsas e nas demais regiões do município de Balsas, via crédito fundiário, têm-se possibilitado o desenvolvimento da produção pecuária familiar um pouco diferente da de outrora, pelo uso de tecnologia no processo produtivo, plantio de pastos, adoção de raças de crescimento mais rápido, entre outras, em associação às práticas tradicionais, como o uso do fogo para renovar as pastagens naturais.

Não se pode desconsiderar também que está em curso um projeto de pecuária de leite, em Balsas, que vem sendo desenvolvido por empresários e comerciantes que passaram a investir na industrialização do leite. Esses pecuaristas podem se enquadrar no que comumente tem sido chamado de novos rurais. São novos atores sociais rurais e com novos modelos de apropriação, produzindo para abocanhar uma fatia do mercado pouco valorizada ou esquecida. O que facilita esse processo são as redes de relações já estabelecidas durante o período de predomínio de atividades comerciais e empresariais não agrícolas, que agora orientam novos empreendimentos.

No interior do projeto territorial sojícola também houve um processo de reconversão produtiva. A soja produzida em Balsas, entre 1977 e 1988, era exclusivamente plantada pelos chamados pioneiros, agricultores familiares que venderam suas terras no Rio Grande do Sul, como foi o caso das famílias Philipsen e Sandri, para comprarem áreas maiores e desenvolverem uma agricultura moderna. A gestão do estabelecimento era feita pela família. Nos anos de 1990, inicia-se o processo de empresarização da soja. Os pioneiros venderam ou arrendaram suas terras, ou criaram empresas para produzir sementes. As sementes de soja e milho produzidas em Balsas vêm dos estabelecimentos desses sojicultores pioneiros.

As reconversões produtivas foram importantes para compreender os processos de territorialização em Balsas, Sul do Maranhão, porque representaram as dinâmicas constituintes do espaço, um dos pressu-

postos básicos da ecologia política que é importante repeti-lo: “de que o poder circula entre diferentes grupos sociais, recursos e espaços e, assim, molda o ambiente em que ocorrem a ação e a interação entre seres humanos” (CUNHA, 2004, p. 22). Quero, com isso, dizer que o espaço, assim como seus recursos naturais, do Sul do Maranhão, foram sendo moldados pelas relações de interdependência entre os pecuaristas, agricultores familiares e sojicultores no interior da figuração social.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIOVE. **Dados do complexo da soja**. Disponível em: <http://www.abiove.com.br/menu_br.html>. Acesso em: 13 maio 2011.

ABY-AZAR, C. Ceval decide construir fábrica de farelo e óleo em Balsas, no Maranhão. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 20 nov. 1993, Caderno Economia, p. 19.

AGUIAR, T. J. A.; Monteiro, M. S. L. Modelo Agrícola e desenvolvimento sustentável: a ocupação do Cerrado piauiense. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 1-18, jul. 2005.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagem de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

ALIMONDA, H. La ecologia política de Mariategui: buscando una herencia en Lima. **Revista Tareas**, Panamá, n. 125, p. 75-87, abr. 2007.

ALMEIDA, A. W. B. **Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão**. São Luís: CPT, 1982.

_____. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.

ALVES, V. E. L. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 2, p. 40-68, jan./jun. 2005.

_____. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses**: formação territorial do império do agronegócio. 2006. 305f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ANDRADE, M. P. **Os gaúchos descobrem o Brasil**: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa. São Luís: EDUFMA, 2008.

ANTUNES, L. Agrinvest faz operação pioneira no agronegócio e obtém capital no exterior. **Blog Aqui no Brasil**, 06 out. 2010. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/blogs/aqui-no-brasil/tag/agrinvest/>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

AQUINO, F. G.; WALTER, B. M. T.; RIBEIRO, J. F. Dinâmicas de populações de espécies lenhosas de Cerrado, Balsas, Maranhão. **Revista Árvore**, Viçosa, MG, v. 31, n. 5, p. 793-803, set./out. 2007.

ARAÚJO, R.; CASTRO, E.; ROCHA, G.; SÁ, M. E.; MATHIS, A.; MONTEIRO, M.; PUTY, C.; MONTEIRO, R.; CANTO, O.; BENATTI, J. Estado e sociedade na BR-163: desmatamento, conflitos e processos de ordenamento territorial. In: CASTRO, E. **Sociedade, território e conflitos**: BR-163 em questão. Belém: NAEA, 2008, p. 13-83.

AZEVEDO, A. I.; MARTINS, H. T.; DRUMMDOND, J. A. L. A Dinâmica institucional de uso comunitário dos produtos nativos do Cerrado no município de Japonvar (Minas Gerais). **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 193-228, jan./abr. 2009.

BALDEZ, C. CEBs. **Jornal da UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 8-9, nov. 2005.

BALSAS ganhará duas indústrias: Ceval e Agroceres promovem investimentos no Sul do Maranhão. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, 19 ago. 1993, Caderno Economia, p. 5.

BARBOSA, M. P. Princípios físicos de sensoriamento remoto. Programa de suporte técnico à gestão de recursos hídricos (ABEAS). **Curso de Especialização em Sensoriamento Remoto e SIG. Módulo 2**. Brasília, 1996. 47 p.

_____. Sensoriamento remoto e SIG aplicados à avaliação e manejo dos perigos naturais. **Relatório de Pós-Doutorado**. Campina Grande: UFPB, 1997. 41 p.

_____. **Sensoriamento remoto aplicado ao estudo dos recursos naturais e do ambiente**. Campina Grande: DEAg/UFPB, 2000. 50 p.

BARBOSA, T. **Subsídios para a história de Balsas**. Imperatriz (MA): Ética, 2008.

BATISTA, E. Produtores agrícolas interditam três rodovias. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 17 maio 2006. Disponível em: <<http://www.oimparcial.com.br>>. Acesso: 13 mar. 2011.

BATISTELLA, M.; VALLADARES, G. S.; BOLFE, E. L. Monitoramento da expansão agropecuária como subsídio à gestão ambiental estratégica na região Oeste da Bahia, Brasil. In: BATISTELLA, M.; MORAN, E. F. (Orgs.). **Geoinformação e monitoramento ambiental na América Latina**. São Paulo: SENAC, 2008, p. 163-195.

BELMONTE, J. T. El proceso de monopolización del sistema agroalimentario mundial. **Revista Ecología Política**, n. 28, p. 61-67, jul./dic 2004.

BERTRAND, J. P.; LAURENT, C.; LECLERCQ, V. **O mundo da soja**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BICKEL, U. **Brasil**: expansão da soja, conflitos sócio-ecológicos e segurança alimentar. 2003. 169f. Dissertação (Mestrado em Agronomia Tropical) – Faculdade de Agronomia, Universidade de Bonn, Bonn, 2003.

BIERSACK, A. Introduction: from the “new ecology” to the new ecologies. **American Anthropologist Review**, Arlington, v. 101, n. 1, p. 5-18, Mar. 1999.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-lei n.º 1.179**, de 6 de julho de 1971. Institui o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/1965-1998/Del1179.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2011.

_____. Presidência da República. **Decreto n.º 74.607**, de 25 de dezembro de 1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 09 ago. 2010.

_____. Presidência da República. **Lei n.º 7.802**, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7802.htm>. Acesso em: 13 maio 2011.

_____. Presidência da República. **Lei n.º 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 13 jan. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de Crédito Fundiário: consolidação da agricultura familiar. **Manual de operações**. Brasília, 2004. 43 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília: MDA, 2007. 22 p.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Relatório técnico de monitoramento do desmatamento no bioma Cerrado: 2002-2008. **Relatório**. Brasília, 2009. 71 p.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **A estratégia para vencer desafios**: 2006-2015. Brasília: MAPA, 2010a. 36 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Exportação brasileira**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2463&refr=1161>>. Acesso em: 8 set. 2010b.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Cerrado brasileiro tem 54,5% da vegetação preservada**. <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2015/11/cerrado-brasileiro-tem-54-5-da-vegetacao-preservada>>. Acesso em 5 jul. 2017.

BRYANT, R. L.; BAILEY, S. **Third world political ecology**. New York: Routledge, 1997.

BUNKER, S. G. Os fatores espaciais e materiais da produção e os mercados globais. In: COELHO, M. C.; MONTEIRO, M. (Org.). **A mineração e reestruturação espacial da Amazônia**. Belém: NAEA, 2007a, p. 65-101.

_____. Da castanha-do-pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração. In: COELHO, M. C.; MONTEIRO, M. (Org.). **A mineração e reestruturação espacial da Amazônia**. Belém: NAEA, 2007b, p. 105-137.

CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, abr./out. 2007.

CABRAL, M. S. C. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. 2. ed. São Luís: EDUFMA, 2008.

CPT. **Conflitos de terra no Brasil 1985**. Goiânia, 1986. 36 p.

CPT. **Conflitos de terra no Brasil 1986**. Goiânia, 1987. 51 p.

CPT. **Conflitos no campo: Brasil 1987**. Goiânia, 1988. 60 p.

CPT. **Conflitos no campo: Brasil 1988**. Goiânia, 1989. 77 p.

CPT. **Conflitos no campo: Brasil 1996**. Goiânia, 1997. 65 p.

CARNEIRO, W. M. A.; NARCISO SOBRINHO, J.; COELHO, M C. S. G. **Grãos nos cerrados nordestinos: produção, mercado e estruturação das principais cadeias.** Fortaleza: BNB, 2006.

CARVALHO, N. D. As políticas públicas para o campo no Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba-MG. In: SEMANA ACADÊMICA, 5. 2008, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2008.

CASTRO, A. C. **Localização e identificação das empresas processadoras de soja, suas áreas de influência, preços e custos de transporte relacionados.** Brasília: WWF, 2002.

CASTRO, B. S. **O processo de institucionalização da soja transgênica no Brasil nos anos de 2003 e 2005: a partir da perspectiva das redes sociais.** 2006. 166f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CEVAL beneficiará soja em Balsas. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 17 nov. 1993, Caderno Política, p. 3.

CNA. **Sobre o sistema CNA.** Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/sobre-sistema-cna/federacoes#wrapper>>. Acesso em: 14 maio 2011.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; WANDERLEY, L. J. M. Conflitos em áreas de mineração na Amazônia: os casos dos quilombolas e dos moradores de beiras de lagos, dos canais fluviais e de estradas em Oriximiná. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: EDUFMG, 2010, p. 276-300.

COELHO NETTO, E. **História do Sul do Maranhão**: terra, vida, homens e acontecimentos. São Luís: São Vicente, 1979.

CONAB. **Mapas temáticos**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/busca.php?filtro=mapa>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

CONTAG. Novas regras do PNCF ampliam acesso à terra. **Jornal da CONTAG**, Brasília, n. 72, set. 2010, p. 7.

CUNHA, L. H. Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, p. 10-26, jan./dez. 2004.

CUNHA, L. H.; SILVA, J. I. A. O.; NUNES, A. M. B. A proteção da Natureza em assentamentos rurais e nas RPPN's: conflitos ambientais e processos de territorialização. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 27, n. 1, p. 80-96, jan./jun. 2008.

CVRD. **Diagnostico do corredor de exportação norte**. São Luís: CVRD, 1993.

DALLAGNOL, A.; ROESSING, A. C.; LAZZAROTTO, J. J.; HIRAKURI, M. H.; OLIVEIRA, A. B. O complexo agroindustrial da soja brasileira. **Circular Técnica**, Londrina, n. 3, p. 1-12, set. 2007.

DE CARLI, E. [Carta] 15 jan. 1994, São José do Rio Preto (SP). 7f. [para] HOLZ, J., Alemanha. Conflito pela posse da terra nos Gerais de Balsas.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 1 v.

_____. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

EMIR, A. Logística precária preocupa os produtores agrícolas de Balsas. **Jornal Maranhão Hoje**, São Luís, 27 maio 2010. Disponível em: <<http://www.maranhao hoje.com.br/index.php/economia/industria-comercio/2577-logistica-precaria-preocupam-os-produtores-agricolas-de-balsas>>. Acesso em: 13 de mar. 2011.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 133-168.

FAPCEN. Agrobalsas 2010: agricultura responsável para os cerrados nordestinos. 25 jul. 2009. **Projeto**. Balsas, 2009. 23 p.

FASE. **A expansão da soja no Baixo Amazonas**. Santarém (PA): FASE, 2005. Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_expansao_soja_santarem.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2011.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

FERNÁNDEZ, A. J. C. **Do Cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso**. 2007. 262f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FERRARI, B. O outro lado do eldorado nordestino da soja: expansão do agronegócio na região Mapitoba atrai levas de migrantes e cidades

da região já sofrem com graves problemas de infraestrutura. **Revista Veja**, São Paulo, 21 mar. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/o-outro-lado-do-eldorado-nordestino-da-soja>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

FERREIRA, A. G. A. **A produção e exportação de soja no Brasil e no Maranhão**. 2004. 100f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

FERREIRA, M. G. R. **Dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na região de Balsas-MA**. 2008. 273f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. Repercussões da expansão da agricultura moderna sobre a pequena produção no Sul do Maranhão. In: FERNANDES, J. A. (Org.). **A territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2009, p. 69-88.

_____. Mudanças no urbano de Balsas (MA) decorrentes da agricultura moderna. **Revista Geográfica de América Central**, Heredia, v. 2, n. 47, p. 1-14, jul./dic 2011.

FETAEMA. Grito da Terra Brasil 2010: mais de 100 lideranças do Maranhão participam do dia “D” do GTB 2010. **Jornal da FETAEMA**, n. 17, jul. 2010, p. 4.

FÓRUM CARAJÁS. **Quem somos?** Disponível em: <<http://www.forumcarajas.org.br/>>. Acesso em: 6 fev. 2011.

FRANÇA, F. M. C.; SANTANA, G. M. **Plano de ação para potencializar o desenvolvimento do pólo de Balsas**. Fortaleza: BNB, 1997.

FRANCO, L. G. **Guardiões da propriedade:** organizações da burguesia agrária e reforma agrária – um estudo sobre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (1995-2001). 2002. 159f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FURTADO, J. M. Há um Eldorado no Maranhão: campeã de produtividade, Balsas, no sul do Estado, quer colher 1 milhão de toneladas no ano 2000. **Revista Exame**, n. 516, p. 34-36, dez. 1993.

GARCIA, S. B. F. Reflexos da globalização sobre a lei de proteção de cultivares no Brasil. **Revista Jurídica On-line**, Limeira, v. 1, n. 1, out./nov. 2002. Disponível em <<http://www.jurisdoctor.adv.br/revista/rev-01/arto4-01.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

GARÍ, J. A. La ecología política de la biodiversidad. **Revista Ecología Política**, Barcelona, n. 20, p. 15-24, enero/jun. 2000.

GEZON, L. L. Finding the global in the local: environmental struggles in Northern Madagascar. In: PAULSON, S.; GEZON, L. L. (Eds.). **Political ecology across spaces, scales, and social groups**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004, p. 135-153.

GEZON, L. L.; PAULSON, S. Place, power, difference: multiscale research at the dawn of the twenty-first century. In: PAULSON, S.; GEZON, L. L. (Eds.). **Political ecology across spaces, scales, and social groups**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004, p. 1-16.

GIORDANO, S. R. **Competitividade regional e globalização**. 1999. 225f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GÖRG, C; BRAND, V. Política ambiental global y competencia entre estados nacionales: sobre la regulación de la biodiversidad. **Revista Ecología Política**, Barcelona, n. 19, p. 67-87, jul./dic. 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GREENBERG, J. B.; PARK, T. K. Political ecology. **Journal of Political Ecology**, Philadelphia, v. 1, n. 1, p. 1-12, Jan./June 1994.

GROSSMAN, S. L. **The political ecology of bananas**: contract farming, peasants, and agrarian change in the Eastern Caribbean. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1998.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. e BECKER, B. K. (Orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 43-71.

HALL, A. L. **Amazônia**: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HANNIGAN, J. Discurso, relações de poder e ecologia política. In: _____. **Sociologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 85-97.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science Magazine**, Whashington, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, Dec. 1968.

HASPINGER, B. Projetos de desenvolvimento: programas PAPP e BNB. **Jornal Apoio Informativo**, Balsas, p. 16-18, maio 1995.

HEINICH, N. Uma sociologia do espaço de interações. In: _____. **A sociologia de Norbert Elias**. Bauru: EDUSC, 2001, p. 101-139.

HEREDIA, B; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 33., 2009, Caxambu (MG). **Anais...** Caxambu (MG): ANPOCS, 2009.

HORNBORG, A. Undermining modernity: protecting landscapes and meanings among the Mik’maq of Nova Scotia. In: PAULSON, S.; GEZON, L. L. (Eds.). **Political ecology across spaces, scales, and social groups**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004, p. 196-214.

IBAMA. **Preocupação com incêndios florestais**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/ma/prevfogo/>>. Acesso em: 13 dez. 2010.

_____. **Consulta pública de áreas embargadas**. Disponível em: <http://siscom.ibama.gov.br/geo_sicafi/>. Acesso em: 7 maio 2011.

IBGE. **Malha municipal digital**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

_____. **Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA)**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER e a territorialização do capital em Goiás: o projeto de colonização paineiras**. 2002. 152f. Dissertação

(Ministrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

INPE. Spring 2.0. In: _____. **Processamento de Imagens**. v. 4. São José dos Campos, 1996, p. 1-23.

_____. **Monitoramento da floresta Amazônia brasileira por satélite: 2001-2002**. São José dos Campos, 2002. Disponível em: <<http://mtc-m16c.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/lise/2002/06.12.13.16/doc/Capa.htm>>. Acesso em 8 ago. 2017.

_____. **Projeto PRODES: Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite**. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

JANSEN, K. **Political ecology, mountain agriculture, and knowledge in Honduras**. Amsterdam: Thela Publishers, 1998.

KASTER, M.; BONATO, E. R. Evolução da cultura da soja no Brasil. In: MIYASAKA, S.; MEDINA, J. C. (Org.). **A soja no Brasil**. Campinas: Ital, 1981, p. 58-64.

KAYSER SILVA, C. **Os caminhos da soja até o Maranhão**. Não Me Toque (RS): Gráfica Gapel, 2009.

KLINK, F. A. El fin de la tragedia de los comunes. **Revista Ecología Política**, Barcelona, n. 3, p. 137-145, enero/jun. 1992.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, maio/ago. 2002.

LASCHEFSKI, K; COSTA, H. S. M. Segregação social como externalização de conflitos ambientais: a elitização do meio ambiente na APA-SUL,

região metropolitana de Belo Horizonte. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 307-322, jul./dez. 2008.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L., S.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: EDUNESP, 2004.

LEROY, J. P. Amazônia: território do capital e territórios dos povos. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2010, p. 92-113.

LÉVY, J.; LUSSAULT, M. **Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003.

LIMA, M. S. B; MAY, P. H. **A expansão da fronteira agrícola no Sul do Amazonas e na relação com o incremento do desmatamento nas áreas de Cerrados e campos naturais**. Disponível em: <<http://www.amazona.org.br>>. Acesso em: 11 mar. 2008.

LIPIETZ, A. A. A ecologia política e o futuro do marxismo. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 5, n. 1/ v. 6, n. 2, p. 9-22, jan./dez. 2003.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: uma guia teórica e metodológica. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

MA: produtores de soja na região de Balsas enfrentam crise. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, 02 nov. 2008.

Machado, R. B. *et al.* Estimativas de perda da área do cerrado brasileiro. **Relatório**. Brasília: Conservação Internacional, 2004. 26 p.

MALTHUS, T. H. Ensaio sobre a população. In:_____.**Princípio da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 273-384.

MARQUES, P. C. Preservação ambiental combina com pecuária profissional. **Folha de São Paulo**, Caderno Mercado, quinta-feira, 05 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/meo505201124.htm>>. Acesso em: 05 maio 2011.

MARSH, G. P. **The earth as modified by human action**. New York: Charles Scribner's Sons, 1898.

MEDEIROS, V. B. A. El movimiento de las recolectoras de coco babaçu em Brasil. **Revista Ecología Política**, Barcelona, n. 11, p. 169-173, enero/jul. 1996.

MEJIA, M. R. G.; MOREIRA, R. J. Tensões entre diferentes ruralidades na comunidade de Taquari. In: MOREIRA, R. J.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Identities sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 89-107.

MELLO, F. Apresentação. In: SCHLESINGER, S. **O grão que cresceu demais: a soja e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente**. Rio de Janeiro: Fase, 2006, p. 5-6.

MELO, F. H. A composição da produção no processo de expansão da fronteira agrícola brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 86-111, jan./mar. 1985.

MENDONÇA, M. R. A. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudoeste goiano**. 2004. 458f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Dutra, 2004.

MORAN, E. F. **Nós e a natureza**: uma introdução às relações homem-sociedade. São Paulo: SENAC, 2008.

MUELLER, C. C. O Estado e a expansão recente da fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In: Seminário “Expansão da Fronteira Agropecuária e meio ambiente na América latina”, 1981, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB. v. 1.

MUELLER, C. C.; Martha JR, G. B. A agropecuária e o desenvolvimento sócio- econômico recente do Cerrado. In: simpósio nacional cerrado, 9; Simpósio Internacional savanas tropicais, 2. Brasília. **Anais...** Planaltina (DF): Embrapa Cerrados, 2008.

NASCIMENTO, C. G. Escola família agrícola: uma resposta alternativa à educação do meio rural. **Revista da UFG**, Goiânia, v. 7, n. 1, jun. 2004. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/agro/Q02_escola.html>. Acesso em: 15 jan. 2010.

NETTO, I. “Queremos desenvolver o nosso continente”: rei da soja na Argentina fala sobre a expansão de sua empresa no continente e do modelo de negócios que pretende aplicar no Brasil. **Revista Dinheiro Rural**, São Paulo, n. 50, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/revistadinheiorural/edicoes/50/artigo120292-2.htm#>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

NEUMANN, R. P. Political ecology: theorizing scale. **Progress in Human Geography Review**, Chicago, v. 33, n. 3, p. 398-406, June 2009.

OLIVEIRA, J. P. Apresentação. In: OLIVEIRA, J. P. (Org.). **Indígenas e territorialização**: poder, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, p. 7-14.

OLSON, M. **Lógica da ação coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. New York: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Rules, games, and common-pool resources**. Michigan: University of Michigan, 1994.

_____. A behavioral approach to the rational choice theory of collective action. **American Political Science Review**, Washington, v. 92, n. 01, p. 1-21, Mar. 1998.

PÁGINA DO GAÚCHO. **Lista de CTGs no mundo**. Disponível em: <<http://www.paginadogauchocom.br/ctg/lista.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2010.

PALMEIRA, M. Modernização, estado e questão agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, set./dez. 1989.

PAULA RIBEIRO, F. Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima. **Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 5-80, 1848.

_____. Descrição do Território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, character de seus habitantes colonos, e estado actual dos seus estabelecimentos. **Revista Trimestral de Historia e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 41-86, 1849.

PAULSON, S. Gendered practices and landscapes in the Andes: the shape of asymmetrical exchanges. In: PAULSON, S.; GEZON, L. L.

(Eds.). **Political ecology across spaces, scales, and social groups**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004, p. 174-195.

Pedroso, I. L. P. B.; SILVA, A. P. P. O papel das políticas públicas no desenvolvimento agroindustrial de Rio Verde – GO. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 6, n. 15, p. 20-27, jun. 2005.

PIMENTEL, V. C. **Assentamento é mais que um “projeto”**: a assistência técnica nos assentamentos rurais. 141f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PORTO, M. F. S. **Uma ecologia política dos riscos**: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

QUINTANEIRO, T. The concept of figuration or configuration in Norbert Elias' sociological theory. **Revista Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2006, p. 54-69.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REYDON, B. P. L.; MONTEIRO, M. S. L. **A ocupação do Cerrado Piauiense**: um processo de valorização fundiária. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12050265.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

REZENDE, G. C. **Ocupação agrícola e estrutura agrária no Cerrado**: o papel do preço da terra, dos recursos naturais e da tecnologia. Disponível em: <<http://www22.sede.embrapa.br/unidades/MC/sge/ocupação-agrária.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

RIBEIRO, D. As fronteiras da expansão pastoril. In: _____. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 63-108.

ROBBINS, P. **Political ecology**: a critical introduction. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

RODRIGUES, A. L. **O latifúndio no Rio Grande do Sul**: velhas formas na funcionalidade de novos atores econômicos na microrregião geográfica da Campanha Central. 2006. 165f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

ROESSING, A. C.; LAZZAROTTO, J. J. **Criação de empregos pelo complexo agroindustrial da soja**. Londrina: EMBRAPA Soja, 2004.

SALOMÃO, A.; SEIBEL, F. Os 10 novos pólos do agronegócio. **Revista Exame**, São Paulo, set. 2005. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SAWYER, D. R. Ocupação e desocupação da fronteira agrícola no Brasil; ensaio de interpretação estrutural e espacial. In: Seminário “Expansão da Fronteira Agropecuária e meio ambiente na América latina”, 1981, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB. v. 1.

SCHLESINGER, S. **O grão que cresceu demais**: a soja e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente. Rio de Janeiro: Fase, 2006.

SHIRAISHI NETO, J. **Inventário de leis, decretos e regulamentos de terras do Maranhão** – 1850/1996. Belém: EDUFPA, 1998.

SIMON, P. **A diáspora do povo gaúcho**. Brasília: Senado Federal, 2009.

SILVA, L. L. O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 25-36, dez. 2000.

SLC. **Nossas fazendas**. Disponível em: < <https://www.slcagricola.com.br/nossas-fazendas/>>. Acesso em: 13 maio 2011.

SOUZA, T. S. C. **Afirmção e contestação ao patrimonialismo**: um estudo das práticas e das representações sociais num território em transformação. 2006. 146f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

STEFANO, F. O sertão agora é assim. **Revista Exame**, São Paulo, n. 947, 9 jul. 2009. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0947/noticias/sertao-agora-assim-482542>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

STEVENS, C. J. Symbolic action and soil fertility: political ecology and the transformation of space and place in Tonga. In: PAULSON, S.; GEZON, L. L. (Eds.). **Political ecology across spaces, scales, and social groups**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004, p. 154-173.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 5, n. 93, p. 1-11, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/nova5.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2010.

TOLEDO, M. R. **Circuitos espaciais da soja, da laranja e do cacau no Brasil**: uma nota sobre o papel da Cargill no uso corporativo do território brasileiro. 2005. 142f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

TSEBELIS, G. **Jogos ocultos**: escolha racional no campo da política comparada. São Paulo: EDUSP, 1998.

UOL. **Execução orçamentária do PAC até dezembro de 2010**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/infografico/2010/02/25/veja-a-execucao-orcamentaria-do-pac-ate-dezembro-de-2009.jhtm>>. Acesso em: 27 set. 2010.

VAINER, C. B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 9-23, maio 2007.

VANWEY, L. K.; OSTROM, E.; MERETSKY, V. Teorias subjacentes ao estudo de interações homem-ambiente. In: MORAN, E. F.; OSTROM, E. (Org.). **Ecossistemas florestais**: interação homem-sociedade. São Paulo: SENAC, 2009, p. 41-81.

VAYDA, A. P.; WALTERS, B. B. Against political ecology. **Human Ecology Review**, New York, v. 27, n. 1, p. 167-179, Mar. 1999.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

VERNETTI, F. J. História e importância da soja no Brasil. **Revista a Lavoura**, Rio de Janeiro, v. 81, p. 21-24, nov./dez. 1977.

YOSHII, K. Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER. In: YOSHII, K.; CAMARGO, J. A.; ORIOLI, A. L. (Org.) **Monitoramento ambiental nos projetos do Prodecer**. Planaltina (DF): Embrapa Cerrados, 2000, p. 27-33.

ZANCOPE, G. J.; NASSER, J. M. **O Brasil que deu certo**: a saga da soja brasileira. Curitiba: Tríade, 2005.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, P. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil mal: o caso das usinas hidrelétricas. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 119-135, jul./dez. 2007.

ZIMMERER, K. S.; BASSETT, T. J. Approaching political ecology: society, nature, and scale in human-environment studies. In: ZIMMERER, K. S.; BASSETT, T. J. (Eds.). **Political ecology**: an integrative approach to geography and environment-development studies. New York: The Guilford Press, 2003, p. 1-25.

LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Angus
ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
ACA – Associação Camponesa
ADM – Archer Daniels Midland Company
AEA – Associação de Empresas da Amazônia
AEASUMA – Associação dos Engenheiros Agrônomos do Sul do Maranhão
AI-5 – Ato Institucional 5
AGROSERRA – Agropecuária e Industrial Serra Grande
AGED/MA – Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão
AGERP/MA – Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão
APA – Área de Preservação Ambiental
APP – Áreas de Preservação Permanente
ARIAB – Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas de Balsas
BASA – Banco da Amazônia S/A
BEM – Banco do Estado do Maranhão
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNB – Banco do Nordeste Brasileiro
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRASAGRO – Companhia Brasileira de Participação Agro-Industrial
CAB – Cooperativa Agropecuária de Balsas
CADIN – Cadastro de Inadimplentes

CAF – Consolidação da Agricultura Familiar
CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola
CCTA – Centro de Ciências Tecnologia Agroalimentar
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEVAL – Agro Industrial dos Cereais do Vale S/A
CH – Centro de Humanidades
CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CODECA – Colonizadora De Carli
COMALBA – Cooperativa dos Produtores de Leite de Balsas
COMARCO – Companhia Maranhense de Colonização
COMIGO – Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTACP – Conta Cooperativa de Capacitação
COTERMA – Companhia de Colonização e Terras do Maranhão
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CPR – Combate à Pobreza Rural
CTG – Centros de Tradições Gaúchas
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
EEB – Encefalopatia Espongiforme Bovina
EFA – Escola Família Agrícola
EFC – Estrada Ferroviária de Carajás
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Maranhão
FAPCEN – Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte
FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FETAEMA – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão
FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia

FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FLONA – Floresta Nacional
FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente
FNS – Ferrovia Norte-Sul
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GEAGRO – Gerência da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural
GPI – Grande Projeto de Investimento
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGEO – Instituto de Geociências
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
I PNRA – I Plano Nacional de Reforma Agrária
II PDN – II Plano de Desenvolvimento Nacional
II PNRA – II Plano Nacional de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INTERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
JADECO – Japan-Brazil Agricultural Development Corporation
LEM – Luis Eduardo Magalhães
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPITO – Maranhão, Piauí e Tocantins
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDR – Mestrado em Desenvolvimento Regional
MEB – Movimento de Educação de Base
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MFC – Manejo Florestal Comunitário
MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NASA – National Aeronautics and Space Administration

NEMRH/MA – Núcleo de Meteorologia e Recursos Hídricos do Maranhão

NEPE – Núcleo de Programa Especiais

NPT – Nossa Primeira Terra

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONGs – Organização Não Governamentais

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Parnaíba

PADPB – Plano de Ação para Potencializar o Desenvolvimento do Pólo de Balsas

PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PC – Projetos de Colonização

PCC – Projeto de Colonização dos Cerrados

PC-GEBAL – Projeto de Colonização Gerais de Balsas

PCI – Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados

PCL – Programa de Compra Local

PCPR – Programa de Combate a Pobreza Rural

PCT – Projeto Cédula da Terra

PDCSN – Programa de Difusão da Cultura de Soja no Nordeste

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A

PGC – Programa Grande Carajás

PIB – Produto Interno Bruto

PIC – Projeto Integrado de Colonização

PIN – Plano de Integração Nacional

PMB – Prefeitura Municipal de Balsas

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PPG-7 – Programa Piloto Internacional para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras

PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PPGCSO – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia

PPP-ECOS – Programa Pequenos Projetos Ecosociais

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados

PRODEIN – Programa de Desenvolvimento Industrial do Maranhão

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

RAM – Reforma Agrária de Mercado

REBIO – Reserva Biológica

RESEX – Reserva Extrativista

RR – Roundup Ready

SAS – Subsistema Agroalimentar da Soja

SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional

SDT – Secretária de Desenvolvimento Territorial

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDAGRO – Secretária do Estado de Agricultura e Desenvolvimento Agrário

SEMA – Secretária de Meio Ambiente

SIC – Subprojeto de Investimento Comunitário

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SINDIBALSAS – Sindicato dos Produtores Rurais de Balsas

SLC – Schneider Logemann & Cia Ltda.

SPRING – Sistema para Processamento de Imagens e Geoprocessamento

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Balsas

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos



Formato 15x21 cm
Tipologia *Alegreya / Calibri /*
Nº de Pág. 232

Editora da Universidade Federal de Campina Grande- EDUFCG

